

GEOHISTÓRIA

Paisagem e Nacionalidade nos Registros de Viagem

KÁRITA DE FÁTIMA ARAÚJO

EDITORA

GEOHISTÓRIA

Paisagem e Nacionalidade nos Registros de Viagem

GEOHISTÓRIA

Paisagem e Nacionalidade nos Registros de Viagem

KÁRITA DE FÁTIMA ARAÚJO

BOA VISTA/RR
2024

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Ar5 ARAÚJO, Kárita de Fátima

Geohistória: Paisagem e Nacionalidade nos Registros de Viagem. Boa Vista: Editora IOLE, 2024, 207 p.

Série: Geografia. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-85212-81-6
https://doi.org/10.5281/zenodo.10827612

1 - Brasil. 2 - Geografia. 3 - Geohistória. 4 - Viagens. 5 - Viajantes.
I - Título. II - Araújo, Kárita de Fátima. III - Geografia. IV - Série

CDD–900

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capitalização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2024

SUMÁRIO

PRÓLOGO | 11

INTRODUÇÃO | 15

CAPÍTULO 1 |
A Inspiração Romântica 25

CAPÍTULO 2 |
A Paisagem Como Recurso 47

CAPÍTULO 3 |
Contrastes: A Paisagem e o Povo 101

CAPÍTULO 4 |
A Identidade Nacional 165

REFERÊNCIAS | 189

SOBRE A AUTORA | 199

A verdadeira felicidade está na própria
casa, entre as alegrias da família

Leon Tolstói

Aos meus pais, esposo e filho, por me
proporcionarem conhecer a felicidade

Kárita de Fátima Araújo

PRÓLOGO

PRÓLOGO

Outrora escrevera Drummond: “Paisagens, país feito de pensamento da paisagem, na criativa distância espacitempo, à margem de gravuras, documentos, quando as coisas existem com violência mais do que existimos: nos povoam e nos olham, nos fixam. Contemplados, submissos, delas somos pasto, somos a paisagem da paisagem.” A paisagem sempre despertou a curiosidade e o interesse daqueles que por diferentes caminhos transitaram. O Brasil, em particular, fora reduto de viajantes que, de um modo ou de outro, descreviam a paisagem de acordo com o que sua criatividade e o alcance e seu olhar lhes permitia. A paisagem, que aparecia ora sublime, ora obscura, transmitia, quase sempre, a sensação de olhar para o desconhecido, procurando desvendá-la e assimilar suas características mais marcantes. Paisagens, menos ou mais pitorescas e que serão, aos poucos, desvendadas pelo olhar dos viajantes que por elas passaram. Neste capítulo, estendemos nosso olhar para a paisagem, categoria primordial da geografia, que representa para nós o olhar que os viajantes estrangeiros deixaram sobre nosso país. Olhar este, quase sempre carregado de “pré-conceitos” e interesses diversos: em conhecer, registrar através de texto ou imagem, aquilo que de mais incrível lhes saltasse aos olhos. A exuberância da paisagem até então pouco conhecida, faz-se presente na maioria dos relatos. E constatamos que, alguns desses discursos, não caminham por uma via de mão única, pautado exclusivamente nos rigores positivistas que orientaram a ciência no século XIX. Mas, foram no sentido oposto, em direção ao romantismo e uma outra abordagem da viagem científica. Paralelamente, não deixaríamos de mencionar o povo, que, em todos os aspectos possíveis, contrastava com a paisagem ao seu redor.

PRÓLOGO

Figura 1 - Lagoa das Aves à margem do rio São Francisco



Fonte: Carl von Martius *In*: Viagem pelo Brasil (1817-1820).

[...] Em vão procuraria o artista um posto de observação nessas florestas em que o olhar não penetra além de poucos passos; as leis de sua arte não lhe permitem exprimir com inteira fidelidade das variedades inumeráveis das formas e das cores da vegetação em que ele se vê envolvido

Johann Moritz Rugendas

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Na Geografia, a categoria paisagem ganhou destaque com o paradigma Tradicional, ainda no século XIX, quando, segundo Corrêa (2012) os debates se deram em torno também dos conceitos de região natural, gêneros de vida e diferenciação de áreas.

Sob uma perspectiva culturalista, Murari (2009, p. 41) afirma que o conceito de paisagem vai muito além da ideia de representação – no sentido de construções imaginárias que se tornaram sua própria expressão visual, alçadas à condição de símbolos coletivos. Ela é, para a autora, a forma como enxergamos a natureza, uma referência de duração e pertencimento adequada para a afirmação da continuidade e do culto à história. Essa concepção, de cunho fenomenológico, é uma das muitas abordagens acerca desse conceito.

Vitte e Silveira (2010) ressaltam a diversidade de contribuições que levaram à atribuição da paisagem como categoria geográfica de análise. Para os autores, a paisagem ganha um sentido analítico tornando-se fundamental para a constituição da Geografia moderna. A partir do pensamento de Alexander Von Humboldt influenciado por Immanuel Kant – na busca pela ordenação da natureza (com suas causalidades e fins – "teleologia da natureza") – que se estabelece uma noção importante para a fundação do pensamento geográfico, tendo a paisagem como uma das categorias base.

No pensamento kantiano delineia-se uma estética universal, que partirá para o entendimento da estética da natureza como forma de lidar com suas representações. Para entender o "juízo de gosto" proposto por Kant, é necessário distinguir três pressupostos: o agradável, o bom e o belo. O primeiro está ligado ao prazer, às sensações e percepções que o objeto desperta no sujeito. Quanto ao

segundo, o que é "bom", também remete a um interesse do sujeito, ligado por sua vez, à noção de dever moral. O "juízo de gosto", no entanto, não deve comportar nenhum interesse, sendo assim, puramente estético. O belo, nesse sentido, compreende apenas uma apreciação estética, do sujeito perante o objeto – em uma esfera intuitiva (VITTE; SILVEIRA, 2010, p. 08).

Os autores ressaltam ainda que o ponto mais relevante da fundação da paisagem como categoria da Geografia Física Moderna reside no fato de Kant tratar da percepção estética para designar o belo, já que, essa perspectiva intuitiva de contemplação das formas será apropriada pela geografia em sua gênese (VITTE; SILVEIRA, 2010, p. 09).

Não apenas Kant influenciou a concepção de paisagem em suas origens humboldtianas. A leitura do poeta Johann Wolfgang von Goethe permite uma descrição da natureza para além da ciência racionalista. Sua representação não se reduzia a uma mecanicidade: embora partisse também da observação e da descrição, Goethe compreendia o mundo como sendo vivo, dinâmico, linear e oferecia à análise científica uma perspectiva artística, uma descrição aliada à linguagem poética. Há em Goethe e, posteriormente, em Humboldt, uma confluência entre a análise científica e as manifestações artísticas, especialmente a pintura e a poesia. Ao lançar um olhar artístico sobre as coisas dispostas na natureza, pode-se vislumbrar interação e indissociabilidade entre os elementos que conectam o homem ao mundo e vice-versa (VITTE; SILVEIRA, 2010, p. 10).

Ao associar as influências dos pensamentos de Kant e Goethe à Humboldt, Vitte e Silveira (2010, p. 11) apontam que para ele a natureza atua segundo determinados fins, reconhecendo nela uma causalidade (teleologia), no intuito de construir uma ciência que agrupasse informações e representações da interação entre o todo e suas partes. Mesmo se debruçando sobre a descrição das formas naturais, não se limita a ela puramente. Humboldt busca assim, em

Goethe, a unidade em tudo que se apresenta como variado, recorrendo à imagem artística da natureza e, resolvendo assim, "o problema do movimento, da fuga do objeto no momento da análise".

Para os autores, Humboldt busca escapar do distanciamento de uma ciência objetiva através da linguagem poética. A valorização da vegetação enquanto elemento integrador entre as variáveis climáticas e morfológicas se manifesta, seja pela pintura ou pela linguagem poética, enquanto uma fonte de conhecimento sobre a Terra. A paisagem para Humboldt seria, portanto, "a sua visão como cena, como momento de uma natureza em movimento [...] ela seria a composição destas diferentes formas, a reunião harmoniosa na montagem de um "quadro" natural" (VITTE; SILVEIRA, 2010, p. 11).

O que se observa, entretanto, entre os viajantes estrangeiros em Minas Gerais, é o prevalecimento da visão positivista da paisagem, enquanto meio natural ou recurso econômico, que a distancie de uma interpretação mais subjetiva, tal como concebiam Goethe ou Humboldt. Gerber (2013) autor de *Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Gerais*, por exemplo, foi enquadrada como "produto vegetal", relacionando com objetividade a taxonomia das plantas à variedade do solo e clima de onde ocorrem.

O termo *Landschaft*, originado a partir da separação dos vocábulos *Land Schaffen*, é mais antigo que sua versão em francês, *paysage*, e, em alemão, significa criar ou produzir a terra, em uma associação direta do sítio a seus habitantes, em suas formas físicas e culturais (BRANDÃO; ARAÚJO, 2015, p. 71). O conceito de *Landschaft*, segundo Castro (2004), não possui correspondência em outras línguas e possui uma variedade considerável de significações conforme as visões de mundo que lhe conferem interpretações e utilizações diversas.

Se na Geografia o conceito de paisagem trazido a *priori* da inspiração humboldtiana, ganhou importância central nas discussões da disciplina, e, ao longo do tempo, apresentou outras concepções, entre elas aquelas de cunho mais materialista, no extremo oposto do subjetivismo kantiano. Sem perder, claro, sua essência no debate da geografia, a paisagem foi especialmente retomada nos últimos anos nos moldes da geografia cultural, que buscou incorporar noções como percepção, imaginário, simbolismo e representação (CASTRO, 2004).

Para a historiografia, a paisagem está associada, especialmente, ao campo do patrimônio cultural, ou seja, o conceito vem sendo adotado, inclusive, como tipologia para o reconhecimento de determinados bens culturais, caracteristicamente marcados pela interação entre o homem e a natureza. Brandão e Araújo (2015) resgatam Raymond Williams ao afirmar que não cabe à historiografia somente resgatar a história da paisagem, tanto na literatura, como na pintura ou na cultura em geral. Mas, sua análise deve relacionar essas histórias à história comum de uma terra e da sociedade que nela vive (RAYMOND WILLIAMS, 1989, p. 167 *apud* BRANDÃO; ARAÚJO, 2015, p. 73).

Outro conceito que, de acordo com Moreira (2001, p. 55-56) associava-se à ideia de paisagem no século XVIII, estendendo-se pelo XIX, é o chamado "pitoresco". A autora afirma que, no contexto dos viajantes, especialmente ingleses, duas correntes se vinculavam ao pitoresco. Uma delas delimitava a experiência do artista amador, "turista", que em viagem buscava por cenas abruptas e selvagens da natureza. A outra corrente, orientava-se pela ideia do *gentleman* empreendedor, na medida em que o viajante buscava a transformação de um lugar pitoresco em outro aprazível para se viver, especialmente quando se tratava de propriedades rurais.

Moreira (2001) reforça ainda que, o pitoresco estava no contexto das viagens relacionado à ideia de exótico, abarcando

coisas que embora exóticas, não eram, necessariamente, pitorescas. Assim, o termo pitoresco associar-se-ia frequentemente àquilo que era exótico ao europeu, acessado através das viagens e expedições marítimas. Por esse motivo, segundo a autora, encontramos tantas obras e ilustrações desse período que levam "pitoresco" no título.

Para Souza (2014, p. 63), "o pitoresco é o que não é europeu; quanto menos europeu, melhor". Assim, uma viagem à França ou outra paisagem europeia "não daria um relato de viagem", não porque os exemplos fossem nela inexistentes, mas, faltariam elementos suficientes que contrastassem com o olhar do viajante, tanto em relação aos seres, quanto à própria paisagem (SOUZA, 2014, p. 63).

A paisagem tropical, surge, portanto, como a maior referência para a construção da ideia de pitoresco, sua flora e fauna rapidamente povoam o repertório de imagens do europeu. Moreira (2001) explica que se convencionou denominar de *trópico*, ou outras variações, como *zona tórrida*, alguma coisa culturalmente estranha e ambientalmente diferente da Europa.

Justamente essa *estranheza*, causada pelo deslumbre diante da exuberância da natureza criaria, segundo Souza (2014, p. 58), "um sentimento de desproporção entre as dimensões da natureza tropical e os recursos do quais a ciência – e, portanto, eles próprios, viajantes – dispõe para descrevê-la; como se o aparato europeu se apequenasse diante da tarefa".

Segundo o autor, a atração inicial sentida pelo viajante em seu primeiro contato com paisagem brasileira é causada pela diferença visual associada a ela, quando comparada às paisagens europeias, por exemplo, por isso, quase sempre é descrita como deslumbramento. Tal qual relata Saint-Hilaire (2000) em sua chegada ao Brasil:

> Quando um europeu chega à América, e que, ao longe, avista as matas virgens pela primeira vez, admira-se de não mais perceber certas formas curiosas que admirou nas nossas serras quentes, e que aqui estão confundidas nas massas de vegetação; admira-se de encontrar, nos contornos das florestas, tão pouca diferença entre as do Novo-Mundo e as do seu país; e se alguma coisa o surpreende, é unicamente a grandeza das proporções e o verde carregado de austero. Para conhecer toda a beleza das florestas tropicais é necessário penetrar nesses retiros tão antigos como o mundo. Lá nada faz lembrar a fatigante monotonia dos nossos bosques de carvalhos e pinheiros; cada árvore ostenta, por assim dizer, um porte que lhe é próprio; cada qual tem sua folhagem, que frequentemente difere do matiz das árvores vizinhas. Vegetais gigantescos, que pertencem às famílias mais afastadas, misturam seus ramos e confundem suas folhas (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 22 – Original publicado em 1837).

Essa sensação de "espanto", obtemos em diversos relatos, por exemplo, na descrição feita pelo francês Francis de Castelnau, em passagem pelo Rio das Velhas, paisagem a qual, ele mesmo descreve como *pitoresca*:

> [...] nada mais **pitoresco**, diz Weddell, do que este rio cujos contornos se veem de longe desenhar-se por entre a **luxuriante vegetação**, aqui desaparecendo por detrás de uma colina, acolá aparecendo de novo para, logo depois, mais uma vez esconder-se. A travessia, bastante perigosa dada a instabilidade das embarcações feitas de um só tronco escavado de árvore, foi-nos muito bem paga pela **magnificência dos lugares** por onde passamos. Eu já havia visto muitas matas virgens; mas nenhuma me impressionou

> tanto pela **magia da decoração** como a que me era dado admirar nesse momento. Para isso muito contribuía a presença da grande palmeira indaiá, já observada por nós em chapéu de uvas e em Pitangui (CASTELNAU, 1949, p. 205-206. Destaque nosso – Original publicado em 1850/1857).

O pitoresco não despertaria, entretanto, somente as sensações de estranhamento ou deslumbramento, mas, de proximidade e identificação, entre o viajante e o lugar visitado:

> Talvez pela primeira vez em minha vida, não tendo nada melhor para fazer, deixo-me ir, sinceramente, sem mistura, ao prazer de adornar essa natureza estranha com horizontes distantes, perspectivas vastas, infinitamente menos ricas, incomparavelmente menos luxuriante que o dos arredores do Rio, mas que tem para mim um encanto singular, uma **atração indefinível**, que nunca teve, que nunca terá as mais magníficas florestas virgens. Ali, em meio a essas árvores gigantescas, essa vegetação exuberante, essa desordem impenetrável, sem ar, sem espaço e quase sem luz. o homem, cercado por todos os lados, deve se sentir esmagado pela natureza, desamparado, aniquilado - ou não sentir nada, o que é melhor - mas aqui, no meio desses imensos pastos, onde o olho caminha, para perda de visão, sem encontrar nada além de picos descobertos, sem descobrir quase outros animais além dos bois que pastam na encosta, sem perceber nenhum outro vestígio humano que o caminho por onde andamos, caminho dos animais em vez de pessoas, eu finalmente sinto a **sedução que o deserto exerce** [...] (SELYS-LONGCHAMP, 1875, p. 82-83, destaque nosso).

Essa relação com o pitoresco e suas variadas formas de aparecimento nos relatos de viagem, está, talvez, mais enraizada na constituição científica da geografia do que possamos imaginar. Atraídos pelo método positivista e preocupados com o rigor metodológico dessa corrente de pensamento, muitos geógrafos – e viajantes, debruçaram-se sobre etapas importantes do procedimento científico como a observação e a descrição, a comparação e a conclusão, "assim, a tradição das narrativas de viagens e das descrições regionais se encontrava incorporada em sua construção científica" (GOMES, 2016, p. 209).

Ótima leitura!

Profa. Dra. Kárita de Fátima Araújo

CAPÍTULO 1

A Inspiração Romântica

A INSPIRAÇÃO ROMÂNTICA

Johann W. Goethe foi mais de uma vez inspiração para os viajantes do século XIX. O poeta, que influenciou a grandiosa obra de Humboldt e sua percepção da natureza, foi também escolha feita por outros "homens da ciência" na busca por sua interpretação da paisagem.

Entre eles, está Hernst Hasenclever, comerciante alemão que esteve no Brasil entre 1837 e 1844 para prestar auxílio ao seu primo na sucursal da "Casa Hasenclever" aberta na capital do Império. Em seu trajeto pelo Brasil imperial, com atenção especial para a província de Minas Gerais, Hasenclever procurou incorporar em seus relatos e iconografia a percepção romântica da paisagem, inspiração trazida dos textos de Goethe.

Assim, de modo semelhante à Humboldt, que procurou estabelecer com a paisagem uma conexão que ultrapassava o empirismo puro, na busca por caminhos mais reflexivos e abstrados, que promovessem a interlocução com a filosofia e a arte, Hasenclever também construiu sua interpretação da paisagem sob essa perspectiva.

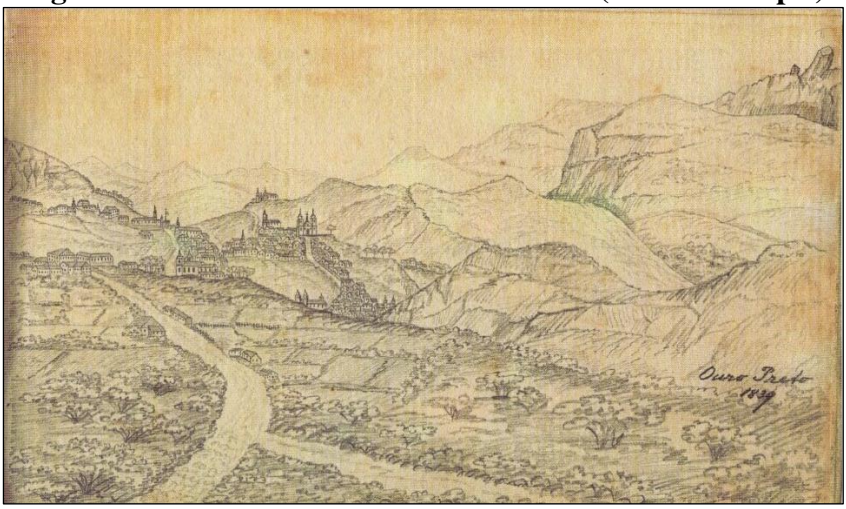
Brandão e Araújo (2015) afirmam que a inspiração de Hasenclever segue com fidedignidade o método cognitivo de Goethe, ou seja, não preza pela separação entre sujeito e objeto, recorrente na fragmentação do conhecimento científico a partir do século XIX. Andriolo *apud* Brandão e Araújo (2015) segue explicando o referido método:

> Diversos autores apontaram o processo de gestação de um método de conhecimento desenvolvido por Goethe ao longo da viagem à Itália, fomentado pelo

> ato de viajar e pela posição do olhar frente às paisagens, às obras de arte, aos elementos da natureza e às pessoas dos lugares [...] a visão se torna ela própria objeto de conhecimento, o visível deixa de ser algo incorpóreo e torna-se hóspede do corpo humano, responsável pela produção de fenômenos dissociados do mundo exterior. Inversamente à transparência do conhecimento clássico, Goethe apresenta a opacidade do observador como condição à aparência do fenômeno (BRANDÃO; ARAÙJO, 2015, p. 68).

Buscando inspiração em Goethe, tal qual fez Humboldt, Hasenclever propôs-se a viajar pelo Brasil, em especial por Minas Gerais, desenvolvendo sua habilidade de contemplação dos lugares, captando sua essência e procurando não a subordinar a seu olhar. Assim, o alemão atenta para a reprodução fidedigna dos lugares e objetos em uma outra perspectiva que não a científica que prevalecia entre os viajantes da época (BRANDÃO; ARAÚJO, 2015).

Figura 2 - Ouro Preto e Pico do Itacolomi (desenho a lápis)



Fonte: Hasenclever (2015).

Não somente em seu texto, mas também em seus desenhos, é possível observar a representação da paisagem assumida por Hasenclever. O conjunto iconográfico por ele produzido revela uma "energia muito particular e são o resultado de um tremendo esforço no sentido de compartilhá-las e de, minuciosamente, tentar fazê-las corresponder ao real observado" (Figura 2) (BRANDÃO; ARAÚJO, 2015, p. 69).

Ao ler o texto, temos a mesma impressão:

> Ouro Preto, a capital da província de Minas e sede do governo, antigamente chamada de Vila Rica, situa-se em 19º 45' de latitude sul, no encontro de duas cadeias de montanhas. É compreensível que tal local não possa ser plano. Pelo contrário, a paisagem é de colinas e morros. Nesse espaço, ou melhor, em cima desses morros e vales profundos, ergue-se essa cidade curiosa. Ela consiste praticamente de uma única rua comprida e sinuosa que serpenteia pelo terreno irregular, subindo morros e passando por vales, onde ficam duas belas pontes de pedra. Assim, parece que são várias ruas até que, ao virar uma esquina, percebemos que estamos defronte da mesma igreja pela qual passamos um quarto de hora antes. Por conseguinte, trata-se de um único caminho, cortado em ambos os lados, aqui e ali, por becos pequenos sem saída ou dando origem a uma trilha íngreme que leva para alguma capela isolada (HASENCLEVER, 2015, p. 156-157 – Original publicado em 1839).

O viajante prossegue que:

> [...] fica deslumbrado com a vista do alto de onde se sobressaem as edificações mais importantes da cidade, como as lindas igrejas, o palácio, a câmara, etc., situadas na parte alta. Inúmeras casas, muito brancas, enfeitam a cidade, escondendo do olhar a parte baixa, acobertada pelas montanhas. Com seus picos rochosos e escuros, a serra de Ouro Preto forma um fundo perfeito desse belo cenário. No ponto mais alto da cidade, o Alto da Cruz, fica uma igreja de silhueta esbelta e elegante que chama a atenção do distante observador. Uma escada de pedra comprida conduz até lá. Logo atrás dessa igreja, fica o ponto mais elevado da serra, encimado por duas colunas rochosas que os índios chamam de Itacolomi, que quer dizer "filho da pedra", porque uma é menor que a outra. A formação principal da serra é granito. Essas colunas, porém, são formadas por uma massa silicosa e avermelhada que, com alto grau de certeza, foi recentemente identificada como a rocha matriz dos diamantes em Serro Frio, no distrito dos diamantes (HASENCLEVER, 2015, p. 156-157 – Original publicado em 1839).

Se o retrato de Ouro Preto e do imponente Itacolomi guardam com fidedignidade as características urbanas e naturais, em traços delicados, porém consistentes, que revelam diferentes perspectivas da visão da cidade naquele 1839, observa-se que Hasenclever é ainda mais detalhista ao descrever sua passagem pela cidade. Essa preocupação, recorrente em todo o texto, revela-se novamente a cada paisagem visitada, como por exemplo, o trajeto pelo Rio Guandu, na província do Rio de Janeiro:

> [...] largura de mais ou menos quarenta passos, cujas margens são excepcionalmente belas, ornadas com ricos arbustos. [...] quando a luz iluminava por momentos a região, a vista era deslumbrante. De um

> lado os muitos picos e o cume mais alto da Serra de Botais, e de outro, entre matas abertas, vales com casas de lavradores rodeadas por lugarejos de negros localizados em meio às plantações de café, com suas cores verde-claro, contrastavam com as matas escuras, já que a floresta virgem, com suas palmeiras e árvores floridas de todas as cores, sempre forma o fundo do tapete maravilhoso que a natureza tropical do Brasil estendeu em todos os cantos (HASENCLEVER, 2015, p. 126 – Original publicado em 1839).

A descrição da paisagem feita por Hasenclever, quase nos faz transportar para aquele lugar e momento, dada sua riqueza de detalhes e escrita cuidadosa. Talvez fosse mesmo esse o propósito do alemão. Especialmente, diante de sua perspectiva sobre a viagem ao Brasil:

> Eu queria conhecer um país que me fosse completamente desconhecido, atravessar as províncias onde um povo com muitas particularidades constrói poucos vilarejos e cidades e as singelas estradas militares só apresentam raras casas residenciais. Um denso véu encobria aquilo que eu só iria descobrir a cada passo. Descrições além da incerteza de se o tempo gasto e os problemas e as privações que precisaria enfrentar, renderiam o retorno esperado desta viagem (HASENCLEVER, 2015, p. 126 – Original publicado em 1839).

Ainda que voltadas para uma outra compreensão e interpretação do significado da paisagem, Hasenclever também não abandona a perspectiva fisiológica e traz para seu relato a

caracterização do relevo e dos biomas, alinhada à sua interpretação romântica:

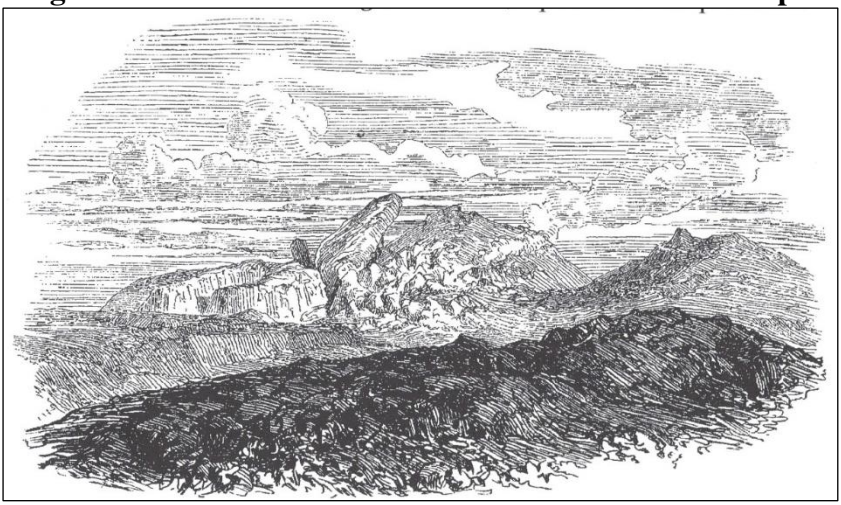
> O Brasil se divide em suas paisagens distintas. De norte a sul, é dividido em duas partes desiguais por uma cadeia de montanhas longas e muito ramificadas, que Eschwege denominou muito apropriadamente de serra do Espinhaço. A parte mais estreita entre a serra e o mar é montanhosa e densamente coberta de mata virgem. A outra parte constitui-se de campos quer dizer, de cobertura herbácea intercalada de matas isoladas de maior ou menor porte. Ao norte, a última parte é muito montanhosa e só se torna mais plana bem ao sul, na província do Rio Grande do Sul, nos pampas. O oeste do país, a região menos conhecida do Brasil, é a mais triste, onde só se encontram matas de vegetação raquítica e por isso é denominada sertão (HASENCLEVER, 2015, p. 136-137 – Original publicado em 1839).

Essa postura também coincide com a de Humboldt, que também influenciado pelo método de Goethe, não abandona a descrição da paisagem em sua perspectiva fisiológica, ainda que seja, quase permanentemente aliada ao romantismo interpretativo.

Diferenças claras entre o perfil interpretativo de Hasenclever para outros viajantes do período podem ser observadas, por exemplo, em comparação com a descrição e ilustração de Tschudi (2006) (Figura 3) da mesma paisagem do pico do Itacolomi. Ao contrário de Hasenclever, sua ilustração é "precisa" e "detalhada" no que se refere ao perfil da rocha, suas características e formação. Desse modo, a paisagem do entorno é retratada como pouco atrativa, não possuindo elementos outros que a integrem à cidade de Ouro Preto, e não havendo a preocupação do viajante em relatá-la sob outros aspectos que não os geológicos e físicos.

Observamos aqui, por esse motivo, a influência do método racionalista usado por Darwin, que, estando em um polo epistemológico oposto ao de Humboldt, como tratado no capítulo 2, dá preferência à racionalidade e fidedignidade aos aspectos visíveis, bem como, o apego aos procedimentos de observação e comparação, caros ao método positivista. Assim, a paisagem tal qual descrita por Tschudi (2006) não reflete preocupações outras que não as evidentes no texto do viajante, referentes aos aspectos físicos da rocha e da vegetação no seu entorno.

Figura 3 - Ouro Preto e Pico do Itacolomi. Desenho a lápis



Fonte: Tschudi (2006).

A descrição que segue, acompanha o mesmo sentido da imagem:

> Somente no segundo dia de estada em Ouro Preto é que avistei, à tarde, o pico do Itacolomi localizado

> defronte a cidade. Até então, ele estava encoberto por nuvens densas e escuras. Sua visão me surpreendeu. A rocha nua e fraturada, as encostas cobertas por vegetação escassa, a rocha do pico com uma forte inclinação para o lado e na base de outro rochedo, quase na forma de uma coluna, posicionado na direção contrária a primeira formam, em seu conjunto, uma paisagem pitoresca e rara (TSCHUDI, 2006, p. 25 – Original publicado em 1866/1869).

Igualmente descritiva e carregada de teor essencialmente descritivo, característica dos relatórios científicos produzidos por instituições como a Comissão Geológica do Império, é a discussão travada por Orville Derby (1881) acerca das características do itacolomito, sendo:

> membro d'uma extensa serie de camadas, mais ou menos metamorfoseadas, serie esta largamente desenvolvida na parte central do Império [...]. em aspecto o itacolomito differe pouco de muitos grés não alterados, porém estando associado com uma serie não metamórfica, deve dar-se-lhe o nome de quartzito. Esta serie acha-se magnificamente exposta na cidade de Ouro Preto e na base da serra de Itacolomi, onde os numerosos cortes naturaes e artificiaes não deixam duvida quanto ao lugar e as relações do itacolomito na serie a que pertence. O Pico do Itacolomi, bem como a próxima Serra do Ouro Branco, é pela maior parte constituído de possantes camadas de grés, muito semelhante ao itacolomito quando visto em amostras destacadas, mas jazendo em estractificação discordante sobre as camadas metamórficas entre as quaes se acha o verdadeiro itacolomito (ORVILLE DERBY, 1881, p. 122).

Ou ainda, a descrição observada no relato dos geólogos e mineralogistas Jacob Christian Heusser e Georg Claraz, suíços que estiveram no Brasil em 1856, e empreenderam viagem por Minas Gerais, publicando *Physikalische und Geologische Forschungen in Innern Brasiliens*[1] em 1859. De imediato no trabalho, os cientistas esclarecem seu objetivo ao percorrer as montanhas de Minas Gerais, ao longo da Serra do Espinhaço, afirmando que naquela localidade "[...] o estudo mineralógico e geológico oferece muito mais variedade e interesse do que nas montanhas costeiras" (HEUSSER; CLARAZ, 1859, p. 447).

Sobre o Itacolomi, eles observam: "A rocha que forma o Itacolumi, o itacolumito, é um arenito de quartzo friável com textura xistosa. Os estratos das rochas formam as incontáveis pontas já mencionadas, todas voltadas para oeste ou oeste-noroeste (HEUSSER; CLARAZ, 1859, p. 453).

E atribuem a Eschwege a primeira análise da formação rochosa afirmando que o alemão "[...] tornou-a famosa em dois aspectos, como a montanha mais alta do Brasil e como o principal portador do arenito flexível (HEUSSER; CLARAZ, 1859, p. 452).

A descrição ausente de características que não aquelas de valor científico permanecem na medida em que os viajantes avançam sobre o pico:

> A subida é acentuada e é tão pedregosa que o caminho só pode ser percorrido a pé. Característica de toda a cena é o aparecimento de uma miríade de cristas rochosas nuas, principalmente direcionadas para o mesmo lado (oeste), cuja formação só pode ser atribuída ao intemperismo [...] (HEUSSER; CLARAZ, 1859, p. 453).

[1] Pesquisas físicas e geológicas no interior do Brasil.

Sob influência romântica, por sua vez, escrevendo na segunda metade do século XIX, está o francês Charles Ribeyrolles, que esteve no Brasil entre 1858 e 1861, permanecendo no entorno do Rio de Janeiro e algumas regiões de Minas Gerais. Em dois volumes publicou *Brasil Pitoresco* (Original publicado em 1861) obra que ultrapassa o propósito de um diário de viagem e faz um resgate histórico desde o início da colonização.

Republicano convicto, exalta a Revolução Francesa e condena a monarquia, orientando que o Brasil deve seguir o caminho da liberdade e democracia:

> Mas não basta reconhecer a soberania nacional e engastá-la como uma joia. Que importa o povo ser nomeado nos textos, se ele não intervém no exercício ou se não pode delegar senão misérias? Há países em que a vontade nacional é lembrada em todos os decretos, em que o sufrágio universal é consagrado pela Constituição e funciona regularmente: o povo elege, nomeia, porém, seus delegados nada têm que se manifestar sobre a paz ou a guerra, nem sobre os tratados e as alianças. Apenas chancelam. Que é, no fundo, um tal governo? A ditadura disfarçada sob as formas e hipocrisias democráticas (RIBEYROLLES, 1980, p. 100, v. 2).

Para o viajante francês, no entanto, era preciso caminhar no sentido da democracia ausente de "hipocrisias", àquela que não representa o povo em sua essência. A manifestação pela instauração da República, desejo outrora reivindicado pela arcádia brasileira e os poetas inconfidentes, ainda que somente do território das Minas Gerais, fez-se presente nos anos que antecederam a Proclamação.

Se o romantismo ganha corpo com raízes na literatura inglesa do século XVIII e na filosofia alemã do mesmo século, as revoluções

inglesa e francesa servem como pano de fundo para sua consolidação. Nesse contexto, o subjetivismo e o personalismo se manifestam e, em âmbito coletivo, a construção da Nação aparece como necessidade imperativa. Assim,

> [...] um país do Novo Mundo como o Brasil buscava recriar toda a sua história, inserindo, assim como muitos europeus, em seu passado um país unificado onde antes só havia províncias distantes; em suma, para unificar a nação recém-libertada e desenvolver uma futura pátria orgulhosa, era necessário recriar a história justamente daquele período que os intelectuais e artistas buscavam superar: o Brasil colonial (SANTOS, 2018, p. 90).

Como parte importante desse processo está a valorização da natureza e sua contemplação. Assim como em Ernst Hasenclever, Charles Ribeyrolles busca inspiração em Goethe para assimilar seu entendimento sobre o meio natural, e a paisagem surge no texto como um elemento vivo, relatado em tom poético. Em sua passagem por Ubá num dia chuvoso, reflete:

> A bela natureza tropical tem, como todos os organismos delicados e vigorosos, **suas tristezas**, **suas crises**, **suas convulsões**, e aqui, quando o **céu chora**, suas lágrimas são tempestades. As nuvens carregadas, ofegantes, rápidas como carros assustados. Um vento de fogo as impele, o fuzil as despedaça e o trovão estoura as suas metralhas num fundo de trevas. Tudo é inquieto sobre a terra, no mar nas florestas. O corvo alcança as brechas onde habita,

> a serpente os seus troncos, o melro[2] os seus esconderijos e os pequenos batráquios[3] estremecem nos charcos. Todas as vozes estão no vento. Isso não dura muito. Em pouco, o temporal vaza as nuvens. Os elementos se calam. E a chuva torrencial se despeja da abóbada como de um teto esburacado (RIBEYROLLES, 1980, p. 240, v. 1, destaque nosso).

Não só os fenômenos climáticos despertam interesse no viajante, mas aparecem ainda menções detalhadas à fauna e à flora, descritas no mesmo tom romântico em praticamente todo o texto, com intuito de transportar o leitor para o interior das paisagens vivenciadas por ele:

> O sol doura as cortinas verdes e sombrias, sem que as penetre. Um único feixe de raios passa, em espiral, por entre os ramos secos e esbranquiçados de um velho iriribá queimado, e beija embaixo, a meus pés, as impoméias de flores rubras. Pequenas caravanas em marcha fazem sussurrar as folhas. São os trabalhadores da mata, isentos e lagartos que fazem a colheita ou a caça. A borboleta debruça-se nos cálices que a abelha caba de visitar. A tribo das formigas neutras vai em grupos à procura dos pulgões, e o medroso preá, oculto sob os musgos, rói à distância folhas e raízes. Ao passo que as capivaras, os veados e as antas almoçam longe, sob os caramanchões isolados, entre as rochas. E muitas léguas se atravessariam nesses bosques sem encontrar a onça, a caçadora rajada de branco e preto, que costuma seguir

[2] Ave pertencente ao gênero Turdus. Ocorre naturalmente na Europa, Norte de África, Médio Oriente, Ásia Meridional e Ásia Oriental, e foi introduzida na Austrália e Nova Zelândia na segunda metade do século XIX.

[3] Classe dos vertebrados anfíbios.

> os botocudos. Acima dos cipós e dos fetos, através dos ramos mais altos, tagarelam os papagaios debaixo das folhas verdes. Saguis gulosos do inseto cabriolam, à espreita. A cigarra estridula monotamente. O beija-flor procura o pólen. Há poucos pássaros canoros. Mas que esplêndidas librés ostenta toda essas companhia alada que suga o néctar da flor! Embaixo, no relvedo, há menos bulha. Um mundo trabalhador aí vive e se anima, os troncos de árvores são povoados. As raízes escondem as colmeias. A casca abriga legiões. A seiva espouca. Há vida em tudo. É a criação incessante universal, infinita, que nada esgota e que vive da morte (RIBEYROLLES, 1980, p. 256, v. 1).

A objetividade na descrição das paisagens, em tom positivista e com rigor científico, também aparece em outros relatos com frequência. Johann Emanuel Pohl, médico, mineralogista e botânico que esteve no Brasil entre 1817-1821, percorreu os caminhos menos usuais entre os viajantes da época. Seu espírito desbravador e sempre animado pelas possibilidades de descobertas científicas, levou-o em certa ocasião, de passagem pela Serra da Estrela, atual município de Magé no Rio de Janeiro, à Fazenda Mandioca, de propriedade do Barão de Langsdorff, que a adquiriu em 1816, transformando-a em ponto de paragem para os muitos viajantes de passagem por ali. Na descrição da serra, entende-se o propósito exclusivamente descritivo daquela paisagem, ausente das *romantizações* aparentes em outros discursos:

> A rocha granítica da Serra da Estrela, sobre a qual passa a estrada para o norte do interior da Capitania, é um prolongamento da Serra dos Órgãos, em parte escarpada e cheia de cumes, que se vê do Rio de Janeiro. Dirige-se esta, de leste a oeste, da costa entre Macacu Cantagalo, e recebe diferentes nomes, como

> já dissemos, conforme suas ramificações. Esta montanha termina na Capitania de São Paulo, na Lagoa Grande dos Patos, a 31º de latitude Sul. Em Mandioca aparece a serra em cones arredondados, que, segundo a medição barométrica de Eschwege, tem a elevação máxima de 1.190 metros acima do nível do mar. Para o lado sul há vertentes alcantiladas; contudo passa por cima delas uma estrada calçada com pedras, cheia de curvas, de três braças de largura e uma légua de comprimento, a qual, em razão das suas escarpas, nunca poderá ser trafegada por carros. Aliás, nem mesmo por animais deverá ser transitada. Aqui nasce o Rio *Inhumirim*, que serpenteia velozmente como humilde riachinho (pelo menos na estação seca, quando o vi) entre espessas florestas e fetos arborescentes, Pothos, Marantáceas, begônias, Piperáceas e inúmeras outras plantas que apreciam a sombra e a umidade (POHL, 1976, p. 74-75 – Original publicado em 1832).

Igualmente rigoroso na descrição da paisagem e, de passagem, pela mesma localidade que Pohl (1976), o francês Francis de Castelnau, em expedição até Minas Gerais em 1843, faz referência à formação geológica da região da Serra da Estrela:

> Depois de Sumidouro, a direção do caminho é geralmente para o norte, ao passo que a das montanhas é de leste para oeste. Vimos numa barroca uma jazida de greda cinzenta, com veios pardacentos e roxos devidos à presença de óxido de ferro. Os granitos, que formam sempre a composição geológica do país, apresentam alguns depósitos superficiais de argila. O solo é, de regra, uma terra vermelha, composta de detritos de rocha granítica. Desce-se até o paraíba, atravessando uma sucessão de gargantas e espigões, sempre em direção perpendicular ao eixo da

> serra. Nas proximidades do rancho da encruzilhada, aparecem gnaisses bem caracterizados; têm cor cinzento-azulada e seus estratos, muito compactos, não têm mais do que duas ou três linhas de espessura. Esses gnaisses, sublevados evidentemente pelo granito, correm paralelamente ao áxis do rio; seu mergulho é norte 15 a 20 graus oeste. assim, as camadas são levantadas para o sudeste, a 15 ou 20 graus do sul. À medida que desce para o rio, as camadas de gnaisse se tornam menos inclinadas, aproximando-se mais e mais da verticalidade, até que, ao chegar ao rio, se tornam efetivamente quase verticais. Elas aí contêm grande quantidade de granadas, e apresentam, graças ao óxido de ferro, uma tonalidade avermelhada, ou mesmo cor de ferrugem. Perto do rancho da encruzilhada o mergulho das camadas é tal, que ele corresponde a um ângulo de três ou quatro graus apenas com o plano vertical, tendo-se assim a prova de que o levantamento se processou do sul para o norte, isto é, de Porto estrela para o Paraíba, erguendo as camadas cada vez mais, à medida que se chega mais perto deste último (CASTELNAU, 1949, p. 115 – Original publicado em 1850/1857).

Se os viajantes e seus relatos transitavam entre a descrição da natureza positivista, direta, mecânica e descritiva, e outras de caráter romântico, no sentido do idealismo alemão, podemos encaixar nessa última descrição, o texto de dois importantes naturalistas alemães, responsáveis por compor um dos relatos mais relevantes sobre o Brasil do século XIX: Spix e Martius.

Embora tenham sido responsáveis por uma das maiores coletas de material biológico, construindo rico acervo com exemplares de nossa fauna e flora e seu texto tenha caráter descritivo com rigor científico em diversos momentos, verificamos que, conforme já apontado por Lisboa (1997, p. 25), Spix e Martius

apresentavam características que fizeram a autora denomina-los de "historiadores da natureza", repletos de questões e pensamentos que definiam especificidades em seu modo de enxergar o mundo natural.

Lisboa (1997, p. 25), ao resgatar as heranças intelectuais de Spix e Martius, compreende que, sua interpretação da natureza advém de nomes que estavam, naquele momento, questionando o enciclopedismo setecentista. Assim, os viajantes alemães encontram-se alinhados ao pensamento naturalista de Goethe e Humboldt, além da *Naturphilosophie* de Schelling.

Humboldt, conforme sinalizado em capítulo anterior, constrói, inspirado por Georg Foster e sua prática de viagem, e Goethe, pautado na união entre poesia e ciência, um método específico de interpretação da natureza, baseado em um "estilo estético-científico". Nesse sentido, a viagem em Humboldt transitava entre dois polos opostos que, segundo Lisboa (1997, p. 41), se consolidaram ao longo do século XVIII, "a missão científica, representada pelos relatos ancorados no pensamento enciclopedista, e a viagem sentimental, na linha do que Sterne propusera".

Naturalmente, a relevância da produção científica de Humboldt arrebatou seguidores durante o século XIX. Seu método de pesquisa e seus objetivos científicos, atraíram especialmente os naturalistas que se dirigiram aos trópicos após sua vinda. Entre os quais, figuram Spix e Martius, que ao construir os volumes de *Viagem pelo Brasil*, cumprem dois objetivos essenciais segundo Schiller acerca da literatura errante: instruir e entreter. Talvez por isso, sua obra construa um diálogo bastante próximo do romantismo alemão, com temáticas como a fuga ao urbano, o retorno a vida natural, o interesse pelo "exótico", tendo todos contribuído para que a literatura de viagem fosse apreciada na Alemanha do início do século XIX (LISBOA, 1997, p. 47).

Paralelamente à construção romântica do relato científico, Spix e Martius utilizaram-se de um método sistemático da história natural, pautado no rigor classificatório do naturalista Lineu, que, sobrepondo-se aos demais existentes para a botânica entre 1647 e 1775, tornou-se a norma a ser seguida para a taxonomia do mundo natural, permitindo que toda a natureza pudesse ser classificada e enquadrada em uma taxonomia (LISBOA, 1997, p. 68).

Segundo Pratt (1999), a partir das contribuições de Lineu, as viagens e seus relatos jamais seriam os mesmos. Afinal,

> [...] fosse uma dada expedição primariamente científica ou não, fosse o viajante um cientista ou não, a história natural desempenharia algum papel nela. A coleta de espécimes, a construção de coleções, o batismo de novas espécies, a identificação de outras já conhecidas, tornaram-se temas típicos nas viagens e nos livros de viagem (PRATT, 1999, p. 59).

Assim, segundo a autora, a partir do rigor da classificação taxonômica e do estabelecimento de uma ordem de classificação global, a observação e a catalogação se tornaram narráveis, constituindo-se como uma possibilidade de se criar uma sequência de eventos ou mesmo um *enredo*.

Esse método de escrita foi essencial para as obras de Spix e Martius. Reforça-se que, além de *Viagem pelo Brasil*, de caráter mais "comercial" e acessível a uma gama variada de leitores, os cientistas bávaros publicaram obras voltadas para o público acadêmico, como *Flora Brasiliensis* e *Historia Naturalis Palmarum*, que tratam das palmeiras brasileiras e de outras regiões tropicais do planeta, inspiradas pelos *Quadros da Natureza* de Humboldt (LISBOA, 1997, p. 71).

A inspiração romântica, por sua vez, não aparece somente enquanto um movimento de oposição ao racionalismo do Século das Luzes, mas, como uma visão de mundo pautada no sentimento, que busca a "nostalgia das sociedades pré-capitalistas e uma crítica ético-social ou cultural ao capitalismo" e a valorização de virtudes anteriores a esse sistema econômico, tais como, "valores qualitativos (valores de uso, éticos, estéticos e religiosos), a comunidade orgânica entre os indivíduos, o papel essencial das ligações afetivas e dos sentimentos" (LISBOA, 1997, p. 72).

E é justamente transitando entre os caminhos da ciência e da poesia, que Spix e Martius constroem seu relato. Não se pode ignorar como afirma Lisboa (1997, p. 92), que sua "observação científica do mundo natural é poetizada; é estetizada". O que observamos em *Viagem pelo Brasil*, segundo a autora, são as *cenas da natureza*, a união entre "a interpretação científica e o sentimento evocado pela observação do mundo natural".

No relato dos viajantes encontramos o que Cândido (1959, p. 278) chamou de "singularidade da emoção dos autores". Desde a chegada no Rio de Janeiro vislumbramos com clareza essa perspectiva:

> O dia estava encantadoramente claro e límpido, e o vento favorável nos levou além do alto cabo. Não tardou a patentear-se aos nossos olhos, embora ainda distante, a grandiosa entrada do porto do Rio de Janeiro. À direita e à esquerda, elevam-se, como portões da baía, escarpados rochedos, banhados pelas vagas do mar; o que domina ao sul, o Pão de Açúcar, é um conhecido marco para os navios afastados. Depois do meio-dia alcançamos, aproximando-nos cada vez mais do mágico panorama, os colossais portões de rocha, e finalmente por eles entramos no vasto anfiteatro, onde o espelho do mar reluzia como

> sossegado lago, onde espalhadas em labirinto, ilhas olorosas verdejavam, limitadas no fundo por uma serra coberta de matas, como jardim paradisíaco de exuberância e magnificência. Do Forte de Santa Cruz, pelo qual a nossa chegada foi anunciada à cidade, trouxeram-nos uns oficiais da marinha a licença para nos adiantarmos. Enquanto se tratava desses pormenores, todos e deleitavam na contemplação do país, cuja doçura, cuja variedade encantadora e cujo esplendor superam muitos todas as belezas naturais, que jamais havíamos visto (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 43, v. 1 – Original publicado em 1823/1831).

Uma vez mais o Itacolomi é descrito para além de sua formação geológica. Nos parece que os viajantes procuram nos agraciar com a visão da montanha que irrompe no horizonte de Ouro Preto e compõe uma *cena da natureza* característica de Minas Gerais, mas que, nesse caso, é descrita em conformidade com a estética romântica que envolve aquela paisagem:

> Ao meio-dia, estávamos ao pé do mais alto cume cônico, coberto em parte de capim e arbustos baixos, e em parte é parede nua de rochedo; deixamos as mulas, que montamos comodamente até aqui, a pastar nos campos ralos e fizemos a pé a ascensão da última parte da montanha. Do topo descortinou-se-nos [*sic*] um magnífico e vasto panorama sobre todas as serras circunstantes, dominadas pelo colossal Itacolomi, o mais alto monte da comarca de Ouro Preto, e que é como o centro de um grande sistema de montanhas. A montanha escarpada de minério de ferro de Itabira, com seus dois picos, um dos quais parece uma enorme torre, as montanhas de Coche d'água, as de Lavras Novas, a Serra do Caraça e muitas outras estendiam-se aos nossos pés. Apresentavam-se todas com a mesma feição, como o próprio Itacolomi, isto

> é, em prolongadas serras com cumes achatados, e aqui e ali aprumadas cristas verdes, sem paredões nus consideráveis (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 243, v.1 – Original publicado em 1823/1831).

Como se observa, por vezes, a descrição da paisagem extrapola os limites da racionalidade positivista, em que o empirismo simplista revela estruturas e fenômenos naturais. A visão estética na análise da paisagem, inaugurada por Humboldt e tratada no capítulo segundo, perpassa o olhar de outros viajantes, e constrói uma lógica diferente daquela repetida pela grande maioria dos cientistas do século XIX.

CAPÍTULO 2

A Paisagem Como Recurso

A PAISAGEM COMO RECURSO

Frequente entre os viajantes estrangeiros está a paisagem como recurso potencialmente comercializável. Aquela que será viabilizada a partir de sua utilização como matéria-prima para o desenvolvimento econômico de uma região ou país. Tschudi, viajante e diplomata suíço no Brasil em 1857, recorre a essa conceituação ao descrever a "maravilhosa paisagem que a nova estrada percorre com suas curvas sinuosas ao longo do rio Piabanha [Rio de Janeiro]. A terra é bem cultivada, embora muitas partes do solo permaneçam *inaproveitadas*, algo comum no sistema agrícola brasileiro" (TSCHUDI, 2006, p. 255 – Original publicado em 1866/1869).

As descrições seguem no sentido de apontar as principais causas e efeitos dos impactos naturais sobre o sistema produtivo, no caso de Tschudi (2006), é analisado o sistema agrícola em sua passagem por fazendas em Minas Gerais:

> É mais que ingênua a opinião contida em algumas obras sobre o Brasil de que neste país o pequeno agricultor precisa trabalhar um mês para comer com abundância o ano todo. [...] As colheitas são, todavia, mais ricas porque o solo é, em média, muito mais fértil. Deve-se levar em conta, entretanto, o fato de que colheitas mal sucedidas são aqui ainda mais frequentes. Às vezes, a estação chuvosa se prolonga, e o agricultor não pode fazer sua queimada ou só pode fazê-la parcialmente. Outras vezes, as chuvas chegam tarde demais e a seara morre pela falta e umidade; algumas vezes, as chuvas se antecipam, e a lavoura, ainda não colhida, sofre grandes prejuízos. Frequentemente, chuvas torrenciais, pragas de insetos, degeneração e outras eventualidades põe o

> resultado da colheita em risco (TSCHUDI, 2006, p. 260 – Original publicado em 1866/1869).

A agricultura também ganha destaque na obra de Oscar Canstatt. O alemão, assim como Tschudi (2006), considera que o cultivo agrícola está vinculado às características particulares de cada lugar, uma vez que, a área em que a agricultura se destaca no estado de Minas Gerais, varia conforme a região. Por isso, o Brasil em função de sua "extraordinária variedade de circunstâncias", possui "grandes contrastes":

> A região das florestas virgens é mais fértil que a vasta região das campinas. Nos vales dos rios oferecem-se aos habitantes ocupações diferentes das próprias das zonas de montanhas; a proximidade do Equador favorece o desenvolvimento das plantas e a capacidade de produção da natureza em alta escala, do mesmo modo que no Sul, mais frio, e na costa a vida é naturalmente movimentada, há comércio mais animado do que no interior (CANSTATT, 2002, p. 117 – Original publicado em 1877).

É em virtude desses contrastes que a produção agrícola no país encontra variados tipos de cultivo. Ainda que, segundo Canstatt (2002, p. 117 – Original publicado em 1877), a agricultura no Brasil fosse, à época, "praticada por processos ineficientes e inadequados", ocupava boa parte da população e estava voltada essencialmente ao mercado externo, com os produtos de origem colonial, como como o café, o açúcar, o algodão e o tabaco. Esses produtos, que para o alemão constituíam boa parte da riqueza do país, ganhavam especial atenção nas lavouras, em detrimento dos produtos alimentícios,

consumidos pela maioria da população e voltados para abastecer o mercado interno.

O inglês Hastings Charles Dent, que publicou *A year in Brazil*, depois de viajar por algumas províncias entre 1883 e 1884, corrobora a afirmação de Canstatt (2002), que entre os principais produtos exportados, estavam o café, o tabaco, o açúcar e o algodão. Por essa razão e em virtude de tudo mais que é produzido no país, especialmente em Minas Gerais, ele acreditava que essa Província deveria ser a mais industrializada do Brasil, justamente porque abastecia não somente o mercado interno, mas, sustentava boa parte das exportações (DENT, 1886, p. 262).

A cultura do café também foi destacada pela historiadora e jornalista Marie Robinson Wright, em sua obra *The New Brazil*, resultado de viagem exploratória pelo país e continente sul-americano em 1889. A obra, que aborda os principais aspectos históricos e geográficos do Brasil, reserva dois capítulos para Minas Gerais e, sobre a importância que o café já apresentava na economia brasileira no final do século XIX, ela relata que, "o principal produto agrícola do Estado de Minas é o café, que é cultivado em grande escala na parte sul [...]. Grandes fazendas se estendem ao longo dos vales da Parahybuna, um ramo da Parahyba Rio e a Sapucahy, uma ramificação do Rio Grande" (WRIGHT, 1907, p. 286). Ainda sobre a produção agrícola no país, a autora reforça:

> Mas embora a cultura do café ocupe a principal parcela de atenção, outros produtos ganham importância anualmente, especialmente cana de açúcar, arroz, algodão e cereais. A fim de incentivar a cultura dos cereais, o Estado adotou uma tarifa protetora sobre todos os cereais importados que podem ser cultivados em seu solo. É o esforço constante do governo para promover a indústria agrícola em todos os possíveis forma, e, além da tarifa

> protetora, um sistema de crédito foi estabelecido, permitindo que os agricultores passem por uma estação ruim com suportar os infortúnios de uma colheita super produtiva com os baixos preços que a acompanham (WRIGHT, 1907, p. 286).

A paisagem mineira e o cultivo agrícola também atraíram a atenção do Visconde Ernest de Courcy. A caminho de Minas Gerais, viagem que fez de trem, observava as plantações de café e afirmava que "todas as encostas dessa região são cobertas por plantações de café", aquela que é "a riqueza do Brasil, que sozinho, fornece quase dois terços do consumo de todo o mundo". Afirmava que o sucesso no cultivo se dava pela riqueza natural do solo e que, a paisagem muito lembrava o cultivo da vinha na Europa. O único problema, para o francês, era a monotonia da paisagem, que perdia sua peculiaridade e singularidade local (COURCY, 1997, p. 65 – Original publicado em 1889).

Admirado se mostrava o francês pelo gosto do brasileiro pelo café e o modo como era consumido: "um cone de lã é atado em torno de um círculo de ferro, o qual tem um cabo preso na parede: o café é queimado, moído e posto no cone, por cima derrama-se de imediato água fervente, depois, com uma xícara que se põe embaixo, recolhe-se o que escorre." Tendo apreciado o sabor da bebida, afirmava que os cozinheiros do continente europeu deviam fazê-la dessa forma (COURCY, 1997, p. 65 – Original publicado em 1889).

O café, que fora introduzido no Rio de Janeiro ainda no final do século XVIII, encontrou ali as condições ideais para cultivo, especialmente nas áreas pantanosas da região. As plantações avançaram vertiginosamente pelo Vale do Paraíba e, até o início do século XX, contribuiu significativamente para o desenvolvimento econômico do Brasil. Durante todo esse período, era fácil observar a paisagem "coberta por plantações de café", conforme relatou Courcy

(1997) em sua viagem pela região. Pois, de modo geral, as propriedades possuíam uma pequena roça para produzir alimentos destinados ao consumo interno, enquanto todo o restante da propriedade estava voltado ao cultivo do grão.

Essas plantações, que se desenvolveram através dos latifúndios monocultores e eram mantidos com mão-de-obra escrava, sofreram um primeiro impacto ainda em 1850 com a proibição do tráfico de escravos. Com vistas a resolver a questão da mão-de-obra, atraíram imigrantes europeus e recorreram à empréstimos bancários para investir nas futuras lavouras. Além disso, os cafeicultores paulistas, especialmente, ousaram dinamizar a produção do café e passaram a investir em outros ramos, como comércio e indústria, desenvolvendo a economia interna e impulsionando a urbanização no Brasil. A questão da mão-de-obra escrava e a necessidade em mantê-la foi apontada em 1860 por Tschudi (1980) como essencial para que a cafeicultura se mantivesse com viabilidade econômica no país, afinal, segundo ele, ainda que viessem imigrantes europeus tendo como destino as enormes propriedades de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, não seria suficiente para alcançar a produtividade necessária:

> O colono livre, ainda pouco acostumado a essa cultura, e que forçosamente tem que plantar também os produtos de que precisa para sua manutenção, nunca poderá cultivar mais do que 1000 pés de café. Para cuidar de uma plantação que desse uma safra de 2 milhões de sacas, precisar-se-ia, pois, de 160.000 colonos, e como podemos calcular que numa família é composta de 4 pessoas em média, das quais cada uma poderá tomar conta de 100 pés, precisar-se-ia, pois, de 40.000 mil famílias para tal fim. Quem conhece a situação colonizadora do Brasil, percebe logo que é humanamente impossível atrair e estabelecer tão grande número de colonos no Brasil,

> mesmo que não se poupassem os maiores sacrifícios, e que não se hesitasse em empregar fundos elevados. [...] A vida econômica do país depende desse problema. Este país exclusivamente agrícola, paga aquilo que importa do exterior com seus produtos agrícolas, entre os quais o café ocupa o primeiro lugar. Se a exportação for diminuta, a importação o será também, e as rendas do governo sofrerão portanto idêntica redução. [...] Tais motivos induzirão o Brasil a manter a escravidão custe o que custar, cedendo o mais tarde possível à pressão da opinião pública e às leis naturais do direito das gentes (TSCHUDI, 1980, p. 55 – Original publicado em 1866/1869).

Em função da carência de mão-de-obra que se colocaria como imperativo dentro de alguns anos, Tschudi (1980) acreditava que o Brasil havia atingido naquele ano o ápice de sua exportação de café, com 2.500.000 milhões sacas. Além da provável escassez de mão-de-obra, outros fatores se colocavam como obstáculos para o pleno desenvolvimento da agricultura no Brasil.

Isso pôde ser verificado ainda no início do século XIX, com a vinda de Jean Ferdinand Denis ao país, entre 1818 e 1821. O historiador, bibliotecário e escritor francês, que esteve viajando pela América do Sul por interesses pessoais (provavelmente com objetivo de, mais tarde, seguir carreira diplomática) permaneceu três anos no Brasil, e em 1822 retornou a Paris e publicou juntamente com Hippolyte Taunay (1755-1830), o livro *Le Brésil, ou Histoire, Moeus, Usages et Coutumes des Habitans de ce Royaume*. O relato, bastante detalhado, trata da produção agrícola em todas as províncias por ele visitadas. Em seu entendimento, os obstáculos que se apresentavam à agricultura estavam relacionados, principalmente, à exuberância da vegetação e certos preconceitos e desconhecimento por parte dos agricultores brasileiros:

> Em primeiro lugar, é preciso destruir essa ideia tão falsa e que tão deplorável influência exerceu na Europa, de que a terra tem necessidade de descanso. Em geral, os cultivadores brasileiros imaginam que a cinza das madeiras virgens é o único esterco conveniente; que após cinco ou seis colheitas, a terra mais fértil está debilitada, e queimam novas madeiras para obter novas colheitas (DENIS, 1980, p. 354).

O grande potencial natural e econômico brasileiro, para o viajante francês, residia, entretanto, na mineração, especialmente nas minas de ferro, que à despeito da riqueza outrora gerada pela exploração aurífera, deveria superá-la. As minas de ferro para Jean Ferdinand Denis compunham um inexaurível manancial de prosperidade para o país, por não haver, no mundo, tamanha riqueza de modo similar. A proibição de sua exploração por Portugal, em 1785, com vistas a evitar "meios decisivos para a independência, que fazem conseguir todos os outros", não conseguiria, entretanto, ocultar seu valor incomparável, atribuído por nomes de importância como Eschwege, citado pelo francês, em que afirmava que "montanhas inteiras estão cobertas de ferro" (DENIS, 1980, p. 368).

O viajante fazia apelo à exploração urgente dessas riquezas:

> [...] Já se disse que o mundo inteiro poderia ser abastecido de ferro por esta província central, sem que uma diminuição sensível se fizesse marcar, na quantidade de mineral com a qual poderia ela alimentar as fundições. O mesmo a respeito da província de São Paulo; e com prazer o espírito se transporta a essa época em que as vastas minas de Gaspar Soares, do Bonfim, de Sorocaba, estando em plena exportação, todas as previsões dos economistas começarão a realizar-se. Erigir-se-ão imensas construções, caminhos de ferro atravessarão lugares

> hoje desabitados; vastas solidões serão povoadas, e só então se entenderá o que há de verdadeiro nestas palavras, um pouco entusiastas, de um publicista brasileiro: "A exploração do ferro, dizia, não há muitos anos, um dos redatores do "Investigador", forma uma era de glória e de prosperidade para o Brasil; e é quando esta exploração tiver recebido todo o seu desenvolvimento que entrará na ordem das grandes nações".

Além de Jean Ferdinand Denis, o alemão que esteve no Brasil entre 1814-1815 acompanhando o príncipe Maximilian zu Wied-Neuwied em sua expedição pelo país, também chamava a atenção de seu leitor para as valiosas reservas de ferro encontradas em Minas Gerais. Recorria, assim como fez Ferdinand Denis, aos estudos de Eschwege sobre sua potencialidade econômica e à grande ocorrência desse minério na província mineira. Reforçava a falta de interesse por parte do governo em explorar esse recurso:

> Em Minas Gerais [...] há serras inteiras e cadeias de montanhas de ferro oligisto[4], magnético e especular, de forma que o Brasil pode, não somente suprir-se de todo o ferro que precisa, como também segundo meu amigo sr. Von Eschwege, fornecê-lo a todas as nações quando no velho mundo as minas já estiverem esgotadas. Hoje, porém, há pouca probabilidade de poder o ferro ser um artigo de exportação brasileira e, apesar de não ter faltado animação por parte do governo, a escolha dos meios não tem sido muito feliz. Assim, por exemplo, um estabelecimento em São Paulo, para o qual se mandaram vir operários

[4] Óxido natural de ferro Fe2O3, que dá colorido às rochas sedimentares (argila, arenito) e constitui um mineral explorável em certos xistos: o oligisto é um excelente mineral de ferro (Sinônimo: hematita).

> suecos e um diretor, com extraordinárias despesas, acabou por causa de intrigas do diretor. Uma outra fábrica organizada pelo conhecido Câmara, em Serro Frio, tem feito poucos progressos em seis anos por ter faltado a Câmara bons operários. Por isso, a fábrica de Congonhas é agora a única, e como 50 arrobas não são suficientes, os povos do norte da Europa terão ainda ocasião de trocar o seu ferro pelo ouro brasileiro. Mas há também muitas forjas onde o ferro é fundido em fornos pequenos. Se, porém, é exato o que diz Eschwege, que foram os escravos que ensinaram os processos, não me foi possível verificar. Uma das dificuldades da mineração do ferro no Brasil consiste em que nos lugares onde aparece o minério não costuma haver matas. Mas, se ao contrário, Beyer, afirma que as madeiras brasileiras não se prestam para fazer carvão, ele engana-se, somente é inevitável que entre tantas diferentes madeiras usadas ao mesmo tempo, algumas hajam que contribuem para que o ferro brasileiro seja de dureza tão desigual (FREIREYSS, 1982, p. 42).

Ressalta-se que, de fato, tentativa de produzir ferro em Congonhas do Campo foi dentre todas as outras a mais bem-sucedida. Com a supervisão de Eschwege, a fábrica produziu ferro antes das demais, em 1812 e manteve-se em funcionamento até 1822.

Outras rochas também ganharam atenção dos viajantes no século XIX em Minas Gerais. Como já apontamos anteriormente, muitos foram os estrangeiros interessados em reconhecer e mapear as riquezas minerais existentes no território brasileiro, em especial, Minas Gerais. Tschudi (2006) reiterava a importância da região para a compreensão e a pesquisa geológica, retomando a descrição do pico do Itacolomi feita pelo seu conterrâneo, geólogo Dr. Heusser:

> O itacolomito, a rocha da qual o Itacolomi é formado, é um arenito friável com textura xistosa. O afloramento das camadas forma as incontáveis pontas já mencionadas, que apontam todas, para o oeste ou noroeste. A inclinação para leste é de 5º a 10º. É provável que esse ângulo tenha sido originariamente maior. Esse baixo mergulho deve ser atribuído à erosão e à consequente separação das camadas. Nos planos de xistosidade, vê-se uma corrosão peculiar que lembra o fenômeno *karste*[5], só que em uma escala bem menor. A diferença da rocha pode contribuir também, em parte, para a diversidade do intemperismo (TSCHUDI, 2006, p. 26 – Original publicado em 1866/1869).

A importância geológica do pico do Itacolomi, bem como, da província de Minas Gerais na geologia brasileira, foi outrora levantada pelo Barão de Eschwege, a quem Tschudi (2006, p. 27-28) reconhece pelo grande mérito por ter divulgado em primeira mão "esclarecimentos sobre as condições geológicas do Brasil Central, principalmente sobre a interessante província de Minas Gerais, deu à rocha que forma o maciço principal do Itacolomi o nome de itacolomito." E prosseguia afirmando que o alemão "descreve uma variedade dessa rocha que, mesmo em grandes placas, apresenta certa elasticidade, que chamou de *arenito elástico* e enviou excelentes amostras desse tipo extraordinário de rocha para

[5] Também conhecido como relevo cárstico ou cársico ou sistema cárstico ou cársico, é um tipo de relevo geológico caracterizado pela dissolução química (corrosão) das rochas, que leva ao aparecimento de uma série de características físicas, tais como cavernas, dolinas, vale seco vale cegos, cones cársticos, rios subterrâneos, canhões fluviocársicos, paredões rochosos expostos e lapiás. O relevo cárstico ocorre predominantemente em terrenos constituídos de rocha calcária, mas também pode ocorrer em outros tipos de rochas carbonáticas, como o mármore e rochas dolomíticas.

diferentes coleções europeias". Atualmente, o termo itacolomito é usado como sinônimo de quartzito flexível.

O encontro da existência dos recursos naturais com a necessidade de exploração dos mesmos, aliado à inaptidão do brasileiro para fazê-lo, coloca-se como imperativo em alguns relatos. Tanto na agricultura, como na mineração, os discursos dos viajantes promovem ao leitor (europeu) uma visão clara, não somente da disponibilidade de recursos no território ou de como e onde eles ocorrem na paisagem, mas, sobretudo, reforçam a necessidade de intervenção na exploração dos mesmos. Tendo isso em mente, o inglês Hastings Charles Dent recorreu ao também inglês Richard Burton quando este retomou a fala de João Crispiniano Soares, jurista e presidente da província de Minas Gerais entre 1863 e 1864:

> O ouro é feito para a população negra e para o antigo proprietário de obras, que, ignorantes do grande progresso da ciência e da arte de trabalhar minas, encontram-se incapazes de extrair as riquezas que existem. Prova disso é que, em 1879, quatro empresas mineradoras, regularmente equipadas, mas, sem todos os aparelhos que se encontram, extraíram 483.606 oitavas de ouro, enquanto em 1814, setenta e nove proprietários de obras no muito rico município de Ouro Preto, obtiveram apenas 30.815 oitavas. A província de Minas é um território vasto e soberbo, que ainda em sua juventude se apresenta para a grande indústria da extração de ouro. O futuro não muito distante produzirá espíritos empreendedores, novas empresas serão organizadas, e acredito piamente que esta bela província irá surpreender a palavra, verificando que eu antecipo em referência à sua longa prosperidade atrasada (DENT, 1886, p. 263).

E ainda citando Richard Burton, ele reforçava: "O resultado mais lamentável é a falsa convicção na Europa de que a semente do capital não pode ser semeada com lucro no Brasil, quando não há país onde, apropriadamente manejada, teria uma safra melhor" (DENT, 1886, p. 263).

Ainda que o relato de Hastings Charles Dent seja uma narrativa pessoal dos lugares por onde passou no Brasil, com pormenores cotidianos que não se comparam à riqueza de informações de outros viajantes com propósitos mais específicos no país, o inglês se preocupa em resgatar outros discursos, anteriormente escritos, para sustentar a ideia de que os empreendimentos de exploração dos recursos naturais disponíveis no Brasil somente funcionam quando conduzidos por estrangeiros.

Reside nisso, portanto, uma importância fundamental dos relatos enquanto meios de divulgação e atração de investimentos estrangeiros que fossem rentáveis, não para o Brasil, por certo, mas, para aqueles que neles depositassem sua fé e seus recursos.

> A opinião geralmente aceita de que as minas de ouro do Brasil estão esgotadas é um grande erro. Ainda há depósitos superficiais em grande parte, com aparelhos modernos que podem ser trabalhados com sucesso. A riqueza subterrânea do país está quase intocada, e se o público mineiro da América conhecesse melhor o Brasil, estou convencido de que os campos de ouro daquele país não seriam negligenciados pelos capitalistas americanos (DENT, 1886, p. 264-265).

Na mesma linha de pensamento desses viajantes, está a escritora estadunidense Marie Robinson Wright, que entendia a mineração como uma das atividades mais importantes de Minas Gerais e do Brasil, negligenciada, entretanto, pela ausência de

investimentos em técnicas que permitiriam a melhor exploração dos recursos minerais, bem como, pelas dificuldades enfrentadas pelos investidores do ramo no país:

> Embora o ouro seja encontrado em quase todos os estados do Brasil, as minas mais importantes as de Minas Geraes, que, mesmo sob os processos primitivos de mineração que prevaleceram há um século, nunca deixou de ser lucrativo. A indústria não produziu enormes retornos durante o século XIX, como durante o período anterior de sua exploração; mas, isso não foi devido ao esgotamento das minas, mas ao fato de que elas eram trabalhadas apenas superficialmente pelos métodos inapropriados seguidos naquela época, e quando sistemas científicos tornaram-se necessários, houve desânimo geral, aumentado pela pesada tributação imposta, pela incerteza quanto aos direitos de propriedade e pela confusão as leis de mineração (WRIGHT, 1907, p. 299).

A autora fazia ainda referência à descoberta dos diamantes e sua exploração, afirmando que, além de ter havido restrições quanto ao acesso às minas, o fato de as mesmas terem permanecido durante muito tempo sob monopólio da Coroa portuguesa, impediu que técnicas mais eficientes fossem implantadas no processo de mineração das pedras:

> Por um século após sua descoberta, os diamantes foram extraídos no Brasil como monopólio da Coroa, todas as minas de diamantes foram declaradas propriedade do Estado por o rei de Portugal; e foi só depois da abdicação do primeiro imperador do Brasil que a mineração privada de diamantes foi legalizada

> pelo governo nacional, no ano de 1832. Os métodos de mineração perseguidos pelos funcionários do governo encarregados deste valioso propriedade do Estado eram extremamente descuidadas e míopes [...]. Como resultado, são grandes depósitos de cascalho de diamante que nunca poderão ser extraídos porque foram enterrados sob os detritos de outros trabalhos (WRIGHT, 1907, p. 299).

Wright (1907) acredita que, tão logo essas questões fossem plenamente resolvidas, a atividade mineradora no país seria retomada e seu crescimento estaria garantido diante da disponibilidade de recursos ainda existentes. E reiterava que,

> para alcançar os melhores resultados em desenvolvimento das minas brasileiras, é necessário o investimento de muito capital e o estabelecimento de empresas que trabalhem numa base científica e sistemática. Sob tais condições, não é difícil imaginar um futuro que rivalize em prosperidade as regiões minerais de Austrália e Kimberley (WRIGHT, 1907, p. 308).

A prosperidade na exploração mineral em Minas Gerais, estaria, portanto, para a historiadora estadunidense, diretamente relacionada à evolução das técnicas empregadas na atividade, que, por certo, seriam trazidas a partir da atuação de empresas estrangeiras. Algumas das quais ela mencionava em sua obra:

> Nos últimos anos, modernos métodos foram aplicados ao diamante mineração no Brasil com resultados eminentemente satisfatórios. A Companhia da Boa Vista, composta de capitalistas

> brasileiros, franceses e belgas, foi o primeiro a instalar aparelhos, para o equipamento de um dos mais importantes estabelecimentos de mineração de diamantes no mundo. As obras estão localizadas a poucos quilômetros de Diamantina no Vale do Jequitinhonha. A Companhia Mineradora de Água Suja, também introduziu métodos modernos no desenvolvimento de suas minas, que estão situadas perto de Bagagem, ou como a cidade é agora chamada em homenagem à grande descoberta de diamantes feita há meio século atrás, Estrella do Sul. Outras empresas as seguiram e a exploração da região dos diamantes é realizada de forma mais sistemática e bem-sucedida do que nunca. A Empresa Brasileira de Diamante e Exploração Limitada, empreendimento inglês, A Companhia Brasileira de Diamante, Ouro e Desenvolvimento, organizada pelos capitalistas da América do Norte, e a Companhia Victor Northman, estão entre as principais corporações envolvidas na mineração de diamantes no estado (WRIGHT, 1907, p. 308).

Compartilhando o mesmo entendimento dos anteriormente mencionados, o conde de Suzannet (1957), francês que produziu uma narrativa pessoal como resultado de sua viagem por várias províncias brasileiras, entre as quais, Minas Gerais, enaltecia a riqueza mineral da região, sem, entretanto, deixar de mencionar a inaptidão do povo e do governo para gerir esses recursos:

> A exploração das riquezas materiais da Província de Minas deixa também bastante a desejar. O minério de ferro é muito abundante, mas infelizmente a falta de comunicações torna o combustível mais caro que na Europa. O minério produz às vezes 90 por cento de ferro e no entanto [...] todos os estabelecimentos que o governo quis criar não puderam sustentar-se; o ferro

> usado é o que vem da Europa, quando poderia ser usado com vantagem o do Brasil, que pela sua dureza e sua maleabilidade, rivaliza com o da Suécia (SUZANNET, 1957, p. 97-98).

Sobre o ouro, o viajante francês também comentava em tom enfático:

> O ouro que era outrora encontrado na superfície do solo, esconde-se agora nas profundezas da terra. Os trabalhos de uma mina exigem despesas tão grandes num país onde a mão-de-obra inteligente não existe, que só uma mina muito abundante cobriria as despesas de exploração. Os sábios mineralogistas que publicaram o resultado de suas observações na Província de Minas, são todos unânimes em reconhecer que deve existir ouro em grande quantidade no seio da terra (SUZANNET, 1957, p. 98).

A exploração do ouro, que mediante os investimentos necessários poderia rentabilizar aos interessados em realizá-los, fica, entretanto, muito aquém dessa realidade, relegada ao quase esgotamento na região em que mais ocorria esse minério:

> Vi, mais de uma vez, ao atravessar o pequeno rio de Ouro Preto, os infelizes negros na faina de retirar a areia que amontoavam nas margens. As partículas de ouro que conseguem extrair da areia, bastam para a sua alimentação: mas são obrigados a trabalhar o tempo todo senão um rival pega logo o lugar, pois todos têm igual direito a ocupar o leito do rio, que é propriedade pública. Perguntei a um desses infelizes se estava satisfeito com seu trabalho: ele disse que

> raramente tem resultado; passava às vezes semanas inteiras trabalhando sem recolher nenhuma partícula de ouro (SUZANNET, 1957, p. 99-100).

Colocando também em evidência os empreendimentos estrangeiros em Minas Gerais, Suzannet (1957) relatou sua visita aos três principais à época: Cata Branca, Morro Velho e Gongo-Soco. Ele explicava que todos eles eram conduzidos por companhias inglesas, entretanto, a condução do trabalho nas minas era bastante diferente. Em Cata Branca, o engenheiro responsável pela direção da mina afirmava ser o mais experiente dentre os mineiros que se poderia encontrar na França ou na Alemanha. Na opinião de Suzannet (1957), o erro residia justamente nesse excesso de confiança, especialmente por parte da companhia que o contratara:

> [...] O fato é que as companhias inglesas, em vez de confiarem os seus interesses a homens especializados ou geólogos instruídos, enviou ao Brasil capatazes de minas, bastante inteligentes para continuarem trabalhos já começados, mas incapazes de dirigir com sucesso a difícil exploração de uma mina de ouro. Mesmo homens que têm experiencia de trabalho em todas as outras minas, fracassam nesta exploração tão cheia de dificuldade e riscos (SUZANNET, 1957, p. 111).

Em Morro Velho, por sua vez, ele afirma que a mina contou com a condução de um engenheiro experiente. O grande problema nesse caso, era a "[...] dificuldade que apresenta a exploração dessa mina", devido à complexa extração, "a separação do ouro de seu invólucro de pirita arsenical", o que levava a perda do ouro em cerca de 50% durante o processo (SUZANNET, 1957, p. 114).

A despeito da surpresa que envolveu o viajante quanto à condução das minas inglesas, "ao saber que as companhias inglesas, tendo empregado capitais tão consideráveis nas minas, não tivessem escolhido para dirigi-las homes práticos" (SUZANNET, 1957, p. 121), tampouco ele entendia que esse trabalho pudesse ser realizado pelos brasileiros. Em visita à lavra de diamantes em Grão-Mogol, ele explicou, realizando um alerta ao europeu:

> [...] Se o governo tivesse resolvido executar o projeto apresentado ao Congresso, que consistia na venda de concessões de terrenos no distrito diamantino, e se europeus inteligentes aproveitassem a ocasião para explorar o solo que está entregue às mãos inábeis dos brasileiros, estou convencido que os capitais empregados em tal empresa seriam quintuplicados, em menos de dois anos. O trabalho dos europeus serviria de modelo aos habitantes do país que ganhariam em riqueza e bem-estar. A presença de geólogos instruídos traria novas descobertas nessas montanhas, na maior parte inexploradas (SUZANNET, 1957, p. 162-163).

Demonstrando clareza e segurança na fala, Suzannet (1957) atribuía ao Brasil a condição de "produtor", ou seja, exportador da maior variedade de produtos primários, que, em seu entendimento, trariam riquezas ao povo e prosperidade ao Império. Evidentemente, já pudemos encontrar em seu discurso o papel que o estrangeiro ocuparia nesse processo, e uma vez mais, o brasileiro era colocado à margem da condução de seu próprio país:

> [...] O Brasil sendo um país produtor, deve ter o comércio como base da sua riqueza: a exploração das minas, organizada com inteligência, a produção bem

> dirigida dos gêneros coloniais, proporcionariam a este Império grande prosperidade. O que é que adiantam tantas riquezas inexploradas? Por que, como um solo tão fértil e entre as maravilhas de uma vegetação desconhecida nos nossos climas, a população definha na miséria? Não se pode deixar de julgar com severidade essa gente que descura a exploração dos produtos naturais, num país onde com tão pouco esforço se poderia ter bem-estar; mas o mais culpado não será o governo que não sabe dar a essa sociedade decaída uma orientação útil aos seus interesses? (SUZANNET, 1957, p. 58-59).

Notável era também nos relatos a transformação sofrida pela paisagem, especialmente nos arredores dos locais de mineração, e essa transformação, chama a atenção dos viajantes estrangeiros. Eugéne Delessert, francês que realizou extensa viagem não somente pelo Brasil ou América do Sul e do Norte, como também por outros continentes, como África e Ásia, espantava-se com a paisagem nos arredores da então Vila Rica:

> Ao norte das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, entramos no El Dourado, esse fabuloso país, acreditava-se que produz ouro e diamantes [...]. A província de Minas Geraes é uma das mais mal cultivadas. Os braços que lidam com o ouro poderiam, nós já dissemos abaixar para trabalhar a terra? Também os arredores de Vila-Rica, a principal cidade, entristecem os olhos por sua aparência e selvageria. Por todos os lados, descobrimos apenas desfiladeiros profundos, montanhas áridas. A maioria dos sulcos que estão rasgados, perturbados, atestam o trabalho dos mineiros (DELESSERT, 1848, p. 36).

E continuava, ao passar por Serro Frio, tecendo uma crítica à exploração dos diamantes, que, geravam riquezas que não permaneciam naquele lugar, o que era visível, pois, a paisagem ao redor era de extrema miséria:

> Vamos saudar esta grandeza caída, para a qual o ouro é! Muito mais do que uma quimera, e vamos ficar ainda mais vigilantes, aqui estamos em Villa-do-Príncipe, onde poderíamos ter sido presos como suspeitos: é a fronteira do distrito dos diamantes, o Cerro-do-Frio. À medida que avançamos para esses lugares de tesouros escondidos, o lugar montanhoso e árido é pouco habitado, a miséria está no auge. Eles são exclusivamente destinados aos homens para as indústrias mais produtivas, eles enriquecem, e o mundo e vive em dificuldades. Em Cerro-do-Frio, o aspecto da paisagem tem mudanças: a superfície do solo, coberta de cascalho e quartzo, desprovida de grama e madeira, apresenta camadas de arenito micáceo. Em vários lugares, nas margens dos rios, há grandes massas de seixos rolados, aglutinados com oxido de ferro, e envolvendo ouro e diamantes (DELESSERT, 1848, p. 36).

Igualmente espantado pelos resultados negativos da extração mineral, tanto na paisagem, quanto socialmente, Eschwege (2002) de passagem por Congonhas do Campo, atual município de Congonhas, observava:

> [...] Esse arraial também é formado por casebres miseráveis, em parte em ruínas, entretanto, nota-se ainda vestígios de uma antiga opulência que a mineração do ouro lhe proporcionou até certa época. Mas esse tempo áureo durou pouco: a superfície ao

> redor do arraial logo ficou toda revolvida e exaurida; não se soube avançar mais em profundidade. Atualmente a região tem o solo todo esburacado por profundas valas. Estes vestígios da mineração se estendem até os pobres casebres dos moradores, que formam um estranho contraste com o esplendor e a limpeza do templo de Matosinho[6] (ESCHWEGE, 2002, p. 255-256 – Original publicado em 1818).

De modo semelhante aos anteriormente mencionados, o espanto pelo impacto causado na paisagem e na população das regiões mineradoras acometeu também o Barão de Langsdorff, cônsul russo no Brasil, que em sua viagem pelos arredores de Ouro Preto na década de 1820, relatou:

> A abundância em ouro foi o primeiro motivo para o estabelecimento nesta região. E difícil ter uma idéia dos absurdos e da devastação que se cometem aqui nas escavações do ouro. E como se morros e vales tivessem sido rasgados e despedaçados por uma tromba d'agua. A sede de ouro está tão enraizada nas pessoas que muitas delas, ainda hoje, continuam a investir contra as partes ainda intocadas dos morros, revolvendo e escavando a terra a esmo. Elas jogam na loteria; preferem passar fome na expectativa duvidosa de achar ouro vivendo na ociosidade do que buscar, através da atividade agrícola, um sustento seguro e prazeroso (LANGSDORFF, 1997, p. 39-40).

[6] O Santuário de Bom Jesus de Matosinhos é um conjunto arquitetônico e paisagístico formado por uma igreja, um adro e seis capelas anexas. Nele se localizam os *Doze Profetas*, conjunto de esculturas em pedra-sabão feitas entre 1794 a 1804 por Aleijadinho.

Ainda que a riqueza gerada pela extração mineral fosse de interesse do governo e também das potências imperialistas que enviaram seus viajantes ao Brasil, o resultado dela para a população em geral era, quase sempre, a pobreza. Além dos impactos observados na paisagem, Langsdorff (1997) julgava que outras atividades, como a agricultura, poderiam gerar mais renda à população, afirmava o Barão que, "onde há lavação de ouro, reina a pobreza!" (LANGSDORFF, 1997, p. 121).

> Em regiões desse tipo, dever-se-ia introduzir uma agricultura bastante diferente da existente, particularmente a estabulação para produzir adubos. A terra teria que ser lavrada e adubada e talvez devesse ser utilizada para outros fins agrícolas, como, por exemplo, plantação de algodão, criação de gado, especialmente de cabras e porcos, nos locais onde o milho prospera, e outros (LANGSDORFF, 1997, p. 121).

Além da evidente condição de pobreza gerada pela exploração mineral, Langsdorff (1997) se referia também aos impactos negativos da prática na paisagem de Ouro Preto:

> Os arredores da cidade apresentam um quadro assustador de devastação do solo. Os campos áridos, desprovidos de todo tipo de árvores e arbustos, cobertos de montes de cascalhos, dão ao conjunto um aspecto triste, amenizado aqui e ali por uma pequena cabana, capela ou casinha branca. De certa forma, deveríamos chamar todos esses campos de artificiais, pois, antigamente, todos eram cobertos por floresta virgem. Aos poucos, eles foram sendo devastados, de modo que, hoje, a madeira para o uso diário tem que

> ser trazida de locais distantes mais de uma hora, e isso é muito dispendioso (LANGSDORFF, 1997, p. 125).

Impressão semelhante o Barão teve em Sabará, afirmando que, embora os "montes e colinas não sejam muito rochosos, mas cobertos por terra fértil, quase não se vêem jardins ou lavouras de importância" e, a atividade predominante, a extração mineral, também deixou suas marcas na paisagem:

> A vila parece morta: só se vêem mendigos, nenhuma indústria propriamente dita ou produção de alimentos, nenhuma fábrica; só pessoas inativas. Ela deve seu surgimento à lavação do ouro. Ainda hoje, o ouro é explorado nesta comarca, mais do que nas outras, e talvez essa seja a causa da decadência e pobreza da cidade (LANGSDORFF, 1997, p. 151).

Também causa espanto a quantidade de espécimes vegetais e animais coletadas ao longo da expedição de Langsdorff (1997). Em diversos momentos da viagem, o Barão remeteu suas coletas ao Rio de Janeiro e de lá, as mesmas foram enviadas à Rússia, São Petersburgo, especificamente. Em certa ocasião, após deixar Santa Luzia e se encontrar no pequeno arraial de Pau de Cheiro (hoje, Funilândia), Langsdorff (1997) precisou atrasar sua viagem em alguns dias em virtude da grande quantidade de animais de grande porte abatidos e preparados para fazer a travessia do Atlântico:

> Ao sair de Pau de Cheiro, encomendei, a alguns caçadores que se encontravam ali, algumas espécies que eu desejava ter, dentre elas, o tamanduá-bandeira, a ema, a seriema e o tatu-canastra. E realmente, hoje cedo, trouxeram-me um grande cervo, uma ema - o

> avestruz brasileiro - e uma siriema. Com esse acréscimo de material de grande porte, vi-me obrigado a permanecer mais alguns dias aqui. Tive que mandar fazer caixas especiais para empacotar e enviar as mais de 700 espécies de plantas e cerca de 800 pássaros que havíamos colecionado desde Santa Luzia e que pretendíamos remeter ao mesmo tempo (LANGSDORFF, 1997, p. 151).

Evidentemente, diante do financiamento da expedição ter partido do Czar Alexandre I da Rússia, todo o material coletado por Langsdorff (1997) foi remetido para aquele país, que, como já demonstrado anteriormente, dispunha de interesses particulares na aproximação comercial com o Brasil, além, por certo, de almejar destacar-se entre os demais países europeus no campo das pesquisas científicas.

Interessante ainda observar as considerações de Langsdorff (1997) sobre o bioma Cerrado que ele percorrera ao longo de sua expedição, o qual lhe rendera esse variado e excelente material de pesquisa. Na região da Serra do Cipó, ao se hospedar na propriedade de José da Silva, de 64 anos, o barão escutou relatos sobre as austeras mudanças climáticas da região. Segundo seu anfitrião, as chuvas cada vez mais escassas desde 1814. Como consequência disso, eram:

> A cana-de-açúcar, que antes prosperava muito bem aqui, hoje está ressecada. Ele possui um moinho e planta cana-de-açúcar todos os anos, mas ela não vinga. A produção de cereais também não é mais tão regular e garantida como antes. Quando, por exemplo, a lavoura de milho vai bem, falta o feijão, ou vice-versa. O algodão é o único produto comercializado; a criação de gado e os cereais são suficientes apenas para o consumo mínimo de subsistência (LANGSDORFF, 1997, p. 234).

O Barão afirmava que as consequências de tamanha secura sentir-se-íam no futuro, e se questionava: "Com o tempo, o que acontecerá com esta região, quando a chuva levar a terra cultivada e o solo estiver queimado e árido como um deserto?" (LANGSDORFF, 1997, p. 235).

O anfitrião de Langsdorff (1997, p. 235-236) relatava ainda que "graças a seus esforços e cuidados, tem agora mais matas (capoeira) do que outrora". Embora, as árvores características da localidade tivessem sempre sido baixas, com os galhos curvos e de casca grossa. O barão emendou que, "com todas essas circunstâncias adversas, é de se admirar que esse proprietário rural tenha conseguido administrar com tanta eficiência a sua propriedade".

Torna-se possível compreender o relativo sucesso do pequeno proprietário quando o barão de Langsdorff (1997, p. 235) relatou o manejo utilizado por ele antes do plantio: "No inverno, ou seja, em julho e agosto, as matas se congelam; árvores, gramíneas e folhas mortas e secas estão prontas para serem queimadas, como preparação para futuras plantações". O grande problema residiria no fato de que o fogo, frequentemente, "atinge proporções terríveis e acaba arrasando e destruindo matas, campos e terras".

> Em setembro do ano passado, depois de forte geada, o fogo subiu a montanha e deixou em cinzas matas e terras num raio de mais de 14 léguas. Durante 22 dias, o ar ficou tão carregado de fumaça que mal se podia enxergar poucos passos à frente. Ao secar, a roupa ficava amarelada; os olhos lacrimejavam. Era até perigoso sair de casa. O fogo ardia em toda a região, espalhando-se até mesmo sobre o rio Cipó, que tem 20 braças de largura, e sobre outros menores. Não há canais, água, leis, nada que proteja a região contra as queimadas. Neste ano também houve geada e fogo,

> mas só houve três dias de atmosfera carregada de fumaça (LANGSDORFF, 1997, p. 235).

Verifica-se no texto, tanto a percepção de Langsdorff (1997) sobre a fragilidade do ecossistema do cerrado, como o entendimento de alguns habitantes do manejo da região, especialmente os possíveis efeitos do fogo no solo.

Em igual medida, Auguste de Saint-Hilaire também demonstrava preocupação quanto ao método que utilizava as queimadas: "[...] O sistema de agricultura adotado na província das Minas e em outras partes do Brasil, torna, como já tive ocasião de dizer, os incêndios muito frequentes, e é esse ainda um dos inconvenientes que apresenta" (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 130, v. 1 – Original publicado em 1842).

Saint-Hilaire (2000), recorrentemente preocupado com a prática das queimadas como parte do método de plantio, reforçava que:

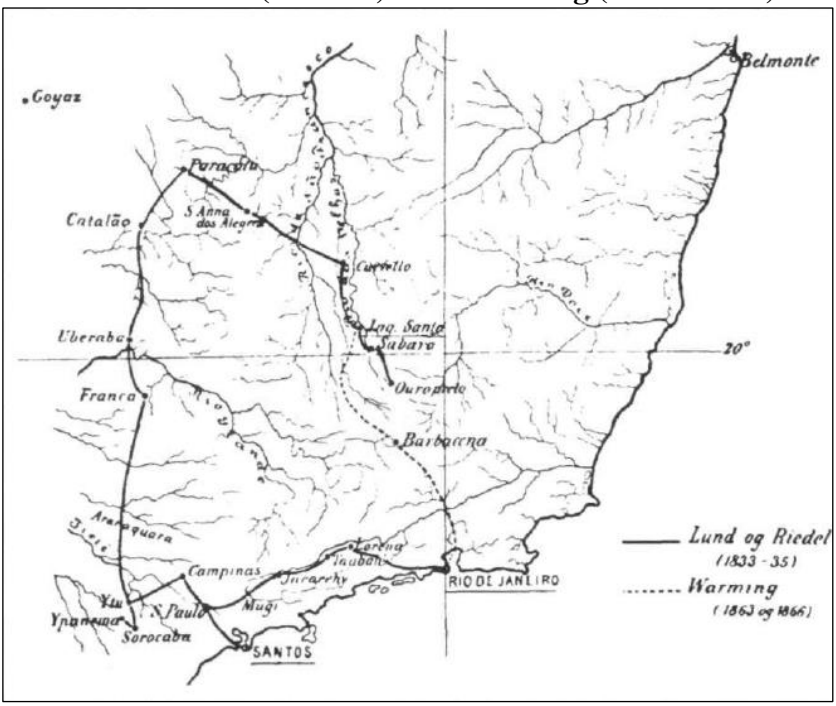
> [...] É possível que, no meio de tantos e tão repetidos incêndios, não tenha desaparecido uma série de espécies úteis às artes e à medicina, e, dentro de alguns anos, a Flora que nesse momento acabo de publicar, não será mais, para certas regiões, senão um monumento histórico (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 91 – Original publicado em 1837).

Tratando-se do cerrado, especificamente, outro viajante que se dedicou ao estudo esse bioma, foi o botânico Eugen Warming, que publicou *Lagoa Santa e a vegetação dos cerrados brasileiros* como resultado de sua estadia na região entre 1863 e 1866. Residindo em Lagoa Santa, na companhia de outro importante nome

da ciência, Peter Wilhelm Lund, e trabalhando como seu auxiliar, Eugen Warming iniciou sua pesquisa sobre a vegetação local,

> levando em consideração aspectos edáficos e climáticos, buscando explicações para a forma apresentada pelos vegetais e relacionando-a à freqüência das queimadas, realçando, já àquela época, a importância do fogo para a arquitetura das plantas e para a diminuição da densidade da vegetação (KLEIN, 2002, p. 11).

Figura 4 - Roteiros das viagens de Lund e Riedel (1833-35) e de Warming (1863 e 1866)



Fonte: Klein (2002).

Tendo coletado centenas de amostras de plantas durante sua viagem e moradia em Lagoa Santa (Figura 4) abaixo, alcançou seu diploma em História Natural e passou a atuar como professor permanente na Universidade de Copenhague (KLEIN, 2002).

Primoroso desenhista e munido também de uma máquina fotográfica, Warming realizou importantes registros da vegetação do cerrado, em sua maioria bastante detalhados, ricamente ilustrados e em cores vivas (Figura 5). Além, evidentemente, de descrever a ocorrência dessa vegetação na província de Minas Gerais e no entorno de Lagoa Santa, onde viveu boa parte de sua vida:

> A três ou quatro dias de viagem de Lagoa Santa, a vegetação tornou-se mais abundante e, em volta de Lagoa Santa, havia muitos campos cerrados, isto é, sobretudo campos fechados. As árvores são mais retas, mais altas e mais próximas umas das outras, mas a argila vermelha e espessa que constitui o solo continua a ser recoberta por gramíneas altas e por muitas plantas herbáceas (WARMING, 1973, p. 65 – Original publicado em 1908).

Figura 5 - Desenhos de orquídeas brasileiras



Fonte: Klein (2002).

Outro bioma que foi eventualmente descrito nos relatos dos viajantes quando, entrando na província de Minas Gerais atravessaram a Serra da Mantiqueira, foram os *campos*. Característico por possuir vegetação rasteira composta por pequenos arbustos e gramíneas, era encontrado nessa região e, em razão do contraste com a densa mata atlântica observada pelos viajantes desde o Rio de Janeiro, o bioma era relatado com ares de surpresa, como nos diários de Eugen Warming:

> Após duas a três semanas, o caminho tornou-se mais abrupto, subindo cada vez mais. Estávamos, então, na parte da Serra do Espinhaço, conhecida como Serra da Mantiqueira. Assim que chegamos ao ponto mais alto, voltei-me e olhei para trás. Sob meus olhos, estendia-se uma imensa paisagem onde se sucediam cumes recobertos por florestas de um verde um pouco pálido. Ao alcançarmos as terras altas, a natureza se transformava totalmente, de um modo estranho. De fato, a região continuava cheia de vales e bastante irregular, mas se tornava cada vez mais deserta. Só havia florestas nos vales, às margens dos rios, enquanto as partes mais altas apresentavam-se cobertas de gramíneas e de plantas herbáceas, entre as quais se espalhavam pequenas árvores. Os brasileiros chamam esta paisagem de Campo, isto é, campo de gramíneas; os espanhóis a chamam Savana (WARMING, 1973, p. 73 – Original publicado em 1908).

Surpresa semelhante demonstra Auguste de Saint-Hilaire, que de passagem pela mesma região, relatou:

> [...] Repentinamente a região mudou como um cenário de teatro, e descortinei uma extensão imensa

> de colinas arredondadas, cobertas unicamente por ervas pardacentas, e entre as quais se viam aqui e ali moitas de vegetação de um verde carregado. Penetrava na região dos campos (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 61, v. 1 – Original publicado em 1842).

O viajante francês julgava importante destacar as diferenças entre os diferentes tipos de *campos*, procurando estabelecer as características do que se denominam atualmente campo limpo (vegetação que ocorre no Brasil central) e campo de altitude (vegetação dos pontos mais elevados das montanhas, como na Serra do Espinhaço onde se localizava Saint-Hilaire naquela ocasião):

> Que não se pense, porém, que existe entre todos os campos uma semelhança perfeita. [...] Pode-se, todavia, estabelecer que as partes mais elevadas da região dos campos são geralmente cobertas por pastagens herbáceas, e que, mas partes mais baixas, os pastos se apresentam semeados de arbustos. Por isso não encontrei senão campos constituídos por ervas e arbusticulos em uma imensa porção da mais alta, talvez, das comarcas de Minas, a de São João d'El Rey; e são ainda campos da mesma natureza os que continuei a ver por toda a parte, atravessando quase pela base da Serra do Espinhaço (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 64-65, v. 1 – Original publicado em 1842).

E também Robert Walsh, que no ano de 1828, após subir a serra da Mantiqueira, observava:

> [...] aqui se opunha a sua barreira de vastas florestas vestindo os lados de altas montanhas, onde nossa

> visão limitada foi perdida em bosques densos. Mas, cerca de meio dia, a face da natureza de repente mudou seu aspecto. Depois de uma longa subida íngreme, com os lados de uma montanha densamente arborizada, ganhamos o seu cume, e daí explodiu em nós uma visão do outro lado, que singularmente contrastou com o que havíamos deixado para trás. As montanhas e florestas desapareceram repentinamente, e antes de nos estendermos para o horizonte distante, vimos um país sem uma colina ou uma árvore. Consistia de planícies onduladas, desnudadas de madeira, mas cobertas com uma rica vegetação; e se deu uma repentina transição de um estado de natureza para o outro, de forma impressionante. Esta região do Brasil é chamada de os Campos, e nossa futura estrada estava sobre ela (WALSH, 1830, p. 68, v. 2).

Chegando em São José (atual Tiradentes), Robert Walsh (1830), novamente relata a transformação da paisagem e se impressionou com as montanhas que se abriam à sua frente, repletas de recursos minerais:

> [...] enrolando em uma direção em ziguezague até o rosto rochoso, nós finalmente emergimos ao cume, aqui vimos na perfeição o recurso totalmente novo da paisagem brasileira, que nós antes tínhamos contemplado a distância. Em toda a jornada do Rio por mais de duzentos milhas, vimos uma pedra espiando através do solo. Aqui nos deparamos com uma imensa crista de rochas, totalmente desnudada tanto de madeira e grama, esticando seus nus e braços robustos em todas as direções do país, e formando uma perspectiva fortemente contrastada com qualquer um que já tivéssemos contemplado. Esta região, foi-me dito [...], são os grandes repositórios

> metálicos, de onde todo o solo subjacente das Minas Geraes está impregnado de ouro (WALSH, 1830, p. 68, v. 2).

A exploração desses recursos, como apontado por outros viajantes, somente não frutificou como poderia até então, em virtude da ausência de técnicas que permitissem avançar na extração para além dos depósitos mais superficiais. Walsh (1830), também sinalizava, nesse caso, que a exploração mineral no Brasil devia ser oferecida a estrangeiros aptos a realizá-la. O brasileiro, em contrapartida, devia ater-se ao cultivo agrícola:

> Cerca de vinte anos atrás, imaginava-se que o ouro no Brasil estava quase esgotado, porque os rios deixaram de produzi-lo na mesma abundância como no início; mas supõe-se que, o que foi encontrado foi meramente algumas superfluidades soltas e destacadas do metal, e que nas grandes veias, os brasileiros nunca foram capazes de chegar. Convidar outras pessoas com mais recursos para explorar o coração da rocha estéril, e deixar ileso o prolífico solo do país, enquanto os nativos estão engajados nas atividades da agricultura, abrir as veias de suas montanhas improdutivas para a habilidade e a empresa de estrangeiros, [...] é a melhor e mais sábia política que os brasileiros poderiam adotar, no estado actual do seu país (WALSH, 1830, p. 114, v. 2).

O viajante reforçava que, enquanto esteve sob o domínio e Portugal, a exploração do ouro era feita pelos proprietários das minas de modo bastante rudimentar e superficial. Após a abertura do país, entretanto, investidores, especialmente ingleses, interessaram-se em investir em companhias de mineração, supondo que "[...] em um país

tão rico, trabalhado pela habilidade de uma empresa formada na Inglaterra, produziria os mais valiosos retornos" (WALSH, 1830, p. 115, v. 2).

A possibilidade da realização desses empreendimentos no Brasil, viabilizou-se a partir do decreto de 12 de Agosto de 1825, que concedia a partir de petições emitidas pelo governo imperial, a posse de terras e minas no Brasil, pelo tempo de existência das empresas. Essas petições, foram concedidas para Minas Gerais, Mato Grosso e Espírito Santo (WALSH, 1830).

Muitos eram os benefícios conquistados por essas empresas com tais concessões, como exemplo, Robert Walsh (1830) cita o caso da *General Mining Association*, que, após comprar a concessão do senhor I. A. C. Leão, adquiriu os benefícios acumulados por ele por ser nativo na exploração mineral:

> Muitas vantagens recebem um nativo que um estrangeiro não poderia desfrutar; ele só paga vinte por cento em todo o ouro levantado em vez de vinte e cinco, e suas operações podem se estender para qualquer distância, além de ser direcionado para levantar qualquer tipo de metal, em vez de ficar restrito a dois ou três minas e levantando ouro apenas. Quando a concessão do Sr. Leão foi comprada pela *General Mining Association*, ela teve todos os privilégios dos nativos. Eles eram assim irrestritos no exercício de suas obras através toda a rica província de Minas Geraes, um país tão grande e um solo fértil e salubre como os da Inglaterra (WALSH, 1830, p. 116, v. 2).

A paisagem de Vila Rica (Ouro Preto), também foi retratada na obra do viajante irlandês, especialmente pela decadência

verificada por ele em decorrência do suposto esgotamento da produção aurífera, referindo-se a ela como:

> [...] a cidade mais romântica e pitoresca no mundo; mas como está agora, no meio de montanhas nuas e estéreis, cujos flancos são rompidos e rasgados abertos em busca de ouro, deixando pedreiras acima e uma planície enlameada de areia abaixo, a aparência da cidade é singularmente repulsiva e desagradável (WALSH, 1830, p. 194, v. 2).

A então Imperial Cidade do Ouro Preto e a decadência experimentada por ela nas últimas décadas, retomaria parte de seu prestígio no decorrer do século XIX, especialmente em virtude dos empreendimentos estrangeiros voltados para a exploração mineral na região. Um deles, realizado na mina de Gongo-Soco, que havia iniciado suas atividades através da *Imperial Brazilian Mining Association*, poucos anos antes da visita de Robert Walsh, em 1826. Na ocasião, "[...] tendo ouvido falar das grandes riquezas desta propriedade, a *Imperial Brazilian Mining Company*, formado na Inglaterra, enviou o Sr. Eelwarel Oxenford, com mineiros competentes, para examiná-lo em 1825" (WALSH, 1830, p. 208, v. 2).

Segundo o viajante, o trabalho na mina, não havia desapontado seus investidores até então. "[...] Esse foi primeiro empreendimento industrial estrangeiro no Brasil e Gongo-Soco logo se tornou a mina mais rentável da região servindo de exemplo para as mineradoras inglesas nas décadas posteriores" (ALVES, 2015, p. 04).

Passando por Minas Gerais alguns anos após Robert Walsh, os estadunidenses e missionários Daniel Parish Kidder e James C. Fletcher, surpreenderam-se com a variedade de recursos minerais

disponíveis na província de Minas Gerais, atribuindo a ela, a maior importância "[...] de todas as divisões interiores do Império, devido a suas riquezas minerais e vegetais, seus imensos rebanhos, sua acessibilidade ao mercado e sua população" (KIDDER; FLETCHER, 1941, p. 165, v. 2 – Original publicado em 1845). E emendavam, também se referindo à *Imperial Brazilian Mining Association*:

> Outras zonas da província figuram entre as mais adiantadas e preferidas do império. Observou um escritor com certa ênfase que, se houvesse um lugar no mundo que pudesse ser feito para sobrepujar todos os outros, seria minas esse lugar. seu clima é suave e saudável; sua superfície elevada e ondulada; seu solo fértil, capaz de produzir os mais valiosos produtos; suas florestas abundantes em madeiras excelentes, bálsamos, drogas e tinturarias. Mas todas essas circunstâncias somadas não têm dado à província tanta celebridade como o simples fato da sua riqueza mineral inexaurível. Seu nome significa *minas gerais*, isto é, de toda espécie e, consequentemente, minas de ouro, prata, cobre e ferro encontradas dentro de seus limites, além de muitas pedras preciosas. várias das mais valiosas minas de ouro, não distantes de ouro preto, têm sido exploradas por uma companhia de mineração inglesa nos últimos vinte anos. Essa empresa tem sido inquestionavelmente uma fonte de proveito para seus acionistas, e tem prestado em geral grandes serviços ao país introduzindo os mais consagrados processos de mineração e dando um impulso à indústria brasileira. Essa companhia emprega grande número de mineiros de Cornwall, e estabeleceu uma verdadeira vila inglesa na sua mina principal (KIDDER; FLETCHER, 1941, p. 165-166, v. 2 – Original publicado em 1845).

Evidentemente, como observamos até aqui, não unicamente a proporção das riquezas minerais surpreendia os viajantes, cumprindo a flora papel essencial na composição dos recursos disponíveis no país e, especificamente, em Minas Gerais. Sobre essa relevância, Kidder e Fletcher (1941, p. 148, v. 2 – Original publicado em 1845), afirmam:

> Já vimos que os recursos internos deste império estão de acordo com a sua situação privilegiada e sua grande extensão. Não é o ouro de suas minas nem os diamantes que brilham nos leitos de seus rios interiores que constituem a maior fonte de sua riqueza. Embora a natureza tenha conservado no brasil os mais preciosos minerais, ainda assim ela tem sido mais pródiga na dádiva de riquezas vegetais.

Em razão disso, os viajantes estadunidenses frequentemente reforçavam que a agricultura fosse uma das atividades de considerável expressividade, devendo ser, por certo, reproduzida entre os nativos como sinal de bom aproveitamento do solo, clima, e disponibilidade de água da maior parte do país. Em passagem pelo rio Paraibuna, na travessia do Rio de Janeiro à Minas Gerais, eles observaram:

> Olhei da varanda para uma paisagem verdadeiramente agrícola: junto de mim estavam cento e cinquenta colmeias com abelhas; os morros suavemente arredondados estavam cobertos de rebanhos de ovelhas e gado pastando, campos de algodão e açúcar cobriam os vales, enquanto o milho e a mandioca em grandes extensões fugiam de nossas vistas. O laranjal era o maior que jamais vi em qualquer terra; calcula-se que haja nele mil alqueires

> de seis diferentes espécies da deliciosa fruta (KIDDER; FLETCHER, 1941, p. 155, v. 2 – Original publicado em 1845).

As possibilidades de cultivo na região, segundo eles, eram as mais variadas quando se sabia aproveitar as qualidades que o lugar oferecia ao homem que vivia no campo:

> As capacidades agrícolas da província são imensas. produz café, açúcar, fumo e algodão. Ainda fabrica também pano grosso de algodão. Seu solo produz milho em grande quantidade e pode ser preparado para o trigo. Em suas campinas ou prados elevados, pastam inumeráveis rebanhos de gado e alguns de ovelhas. O leite das vacas é convertido num tipo de queijo mole, conhecido por *queijo de minas*. Podem ser vistos em grande quantidade no Rio de Janeiro e daí são distribuídos pelas cidades do litoral, sendo muito estimado como alimento (KIDDER; FLETCHER, 1941, p. 166, v. 2 – Original publicado em 1845).

Passando pelo mesmo local, o vale do Rio Paraibuna, na divisa entre as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais em 1852, o alemão Henry Klumb fez observações bastante semelhantes sobre a fertilidade da região e os estabelecimentos agrícolas ali instalados:

> Já descemos ao valle do Parahybuna, uma encantadora amostra de floresta virgem nos proporciona uma sombra mais agradável. Em breve um largo rio, o Parahybuna, vai apresentar-se a nossos olhos; elle serve de limites às duas províncias, Rio de Janeiro e Minas-Geraes. [...] Todos os terrenos

> que vemos são de uma grande fertilidade; podemos julgar desta pelas formosas plantações de café, milho, arroz e mandioca, que nos circumdão e fogem atraz de nós (KLUMB, 1872, p. 52).

Estando na mesma localidade em 1843, o francês Francis de Castelnau, observou que, a despeito da pouca relevância da cidade de Paraíba do Sul, ainda que sua localização estratégica na divisa das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais lhe conferisse alguma importância, a agricultura na região se destacava e, por isso, tinha interesse em conhecê-la mais de perto:

> [...] é pouco importante o comércio da cidade; seria sem dúvida nulo, se a sua posição não a tornasse ponto de descanso quase necessário às caravanas que passam pela estrada de minas. Há nos arredores muito belas plantações de café, de cana-de-açúcar e de milho. construía-se também uma igreja na freguesia (CASTELNAU, 1949, p. 117 – Original publicado em 1850/1857).

O viajante francês destacava que, em razão da agricultura ter se expandido pela região, a paisagem se encontrava bastante alterada pela ação humana, onde a devastação se fazia visível:

> Percorremos a princípio uma légua de terrenos, em estado mais ou menos avançado de cultivo. por toda parte em que penetrou a indústria humana, toma a natureza um aspecto triste, em comparação com a magnificência das florestas virgens; veem-se por todos os lados os tocos dos gigantes abatidos, e os restos carbonizados que se encontram em cada canto atestam que a civilização veio precedida pelo

> incêndio (CASTELNAU, 1949, p. 117 – Original publicado em 1850/1857).

Já tendo entrado na província de Minas Gerais, Francis de Castelnau fez observação semelhante, afirmando que o descuido com o campo se devia à dedicação excessiva às atividades de mineração, em detrimento da agricultura:

> A província em que acabamos de entrar é célebre em todo o mundo pela riqueza de suas minas; por infelicidade, porém, seus habitantes, absorvidos na exploração dessas riquezas do solo, deixaram a cultura dos campos em lamentável abandono (CASTELNAU, 1949, p. 121 – Original publicado em 1850/1857).

A atenção que deveria ser dada ao cultivo agrícola na província de Minas Gerais também não escapava aos olhos atentos do barão de Eschwege. O viajante alemão, em passagem pela região de Ouro Preto e Mariana, afirmava que o solo dessa região era bastante fértil, razão pela qual muitos fazendeiros por ali se assentaram. No entanto, as práticas agrícolas por eles utilizadas, que envolviam "a bárbara cultura de queimar as matas exuberantes e exaurir o solo até que nada mais crescesse", acabavam por torná-los estéreis (ESCHWEGE, 2002, p. 56 – Original publicado em 1818).

A despeito dessa prática, o alemão constatava que a fertilidade do solo na região era impressionante, assim como ocorria em boa parte do país. Isso se devia à abundância de recursos hídricos, além, por certo, do clima apropriado ao plantio pela localização "em uma faixa de terra tão quente". Eschwege (2002) afirmava que era grande o número de "rios e riachos, maiores e menores, que se espalham, como nesse distrito, por todo o Brasil, com algumas

poucas exceções, como o grande sertão entre Minas e Bahia e algumas regiões entre Minas e Goiás". E emendava, que "nunca se encontra um vale, raramente uma depressão nas encostas das montanhas ou uma garganta que não tenham uma nascente de água pura e em tanta quantidade que não seria difícil a instalação de rodas d'água e outros engenhos" (ESCHWEGE, 2002, p. 61 – Original publicado em 1818).

Ao atribuir a fertilidade do solo na região, em parte, aos recursos hídricos nela disponíveis, Eschwege (1996, p. 63 – Original publicado em 1824) recorria à presença do Rio Paraopeba, responsável, em seu entendimento, por tornar as terras ao longo de seu curso "as mais férteis da capitania". O alemão chegou a atribuir ao entorno de Vila Rica, banhado pelo rio, o título de "celeiro", visto que, a população cultivava ali tudo o que necessitava para sua sobrevivência. Como produtos principais ele destacou o milho e o feijão, além do algodão que era enviado ao Rio de Janeiro.

Eschwege (1996, p. 63 – Original publicado em 1824) reforçava a importância do rio para a fertilidade daquela área, tendo em vista que, "nas proximidades de Vila Rica não existem áreas cultiváveis", em razão, evidentemente, da mineração. Ele não deixava de mencionar, assim como fizeram outros viajantes estrangeiros, o descuido do agricultor brasileiro com o solo, que poderia ser bem mais aproveitado não fossem as práticas incorretas e degradantes:

> [...] como é hábito entre os lavradores, estes procuram arrancar tudo da terra num espaço de um só ano. É da índole nacional não cuidar do futuro. Via de regra, o agricultor explora a terra além do que lhe é permitido, sujeitando-a a uma exploração predatória. Não a aduba nem lhe dá tempo para a renovação da camada orgânica, mediante a fermentação da matéria vegetal, e nem para reter a umidade através da cobertura

> vegetal. O solo, assim, resseca-se e o plantio permanente impede não só o descanso do solo arável, como a reconstituição da paisagem botânica (ESCHWEGE, 1996, p. 63 – Original publicado em 1824).

Enquanto a prática da agricultura despertava o interesse de diversos viajantes, levantando entre eles questões sobre o aproveitamento do solo, as consequências das queimadas abusivas, ou da mineração e seus impactos na degradação da natureza, Auguste de Saint-Hilaire preocupou-se em aliar essas reflexões ao conceito de "vegetação primitiva", como veremos adiante.

Saint-Hilaire (2000, p. 231 – Original publicado em 1837) definia vegetação primitiva como "a que não foi modificada pelo trabalho do homem" e, dedicava-se, especialmente, à análise dessa vegetação na província de Minas Gerais. O viajante francês comparava a ocorrência dessa vegetação no Brasil com a Europa, afirmando que, nesse continente a vegetação não modificada pelo homem praticamente inexistia:

> Com exceção de alguns cumes elevados, talvez não exista na Alemanha, na Inglaterra e na França, um único canto da terra que não tenha sido revolvido milhares de vezes; e, por toda parte, desapareceu a vegetação primitiva. [...] Nossos próprios bosques, cortados com intervalos regulares, tornaram-se obra nossa, e nossas campinas, continuamente revolvidas pela charrua e ressemeadas pela mão do homem, são tão artificiais como os pastos aos quais resolvemos dar mais particularmente esse nome. No meio de tantos revolvimentos, quantas espécies desapareceram! Quantas outras se introduziram com nossas hortaliças e nossos cereais e, exóticas como eles, passam atualmente como indígenas! (SAINT-

> HILAIRE, 2000, p. 231 – Original publicado em 1837).

Ele afirmava ainda que, em boa parte da América Meridional a vegetação primitiva já havia se modificado e que, "em espaços imensos, todos os vegetais parecem fugir diante do capim-gordura" (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 231 – Original publicado em 1837), referindo-se à planta utilizada como pastagem de muito boa qualidade, originária da África e bastante utilizada no Brasil.

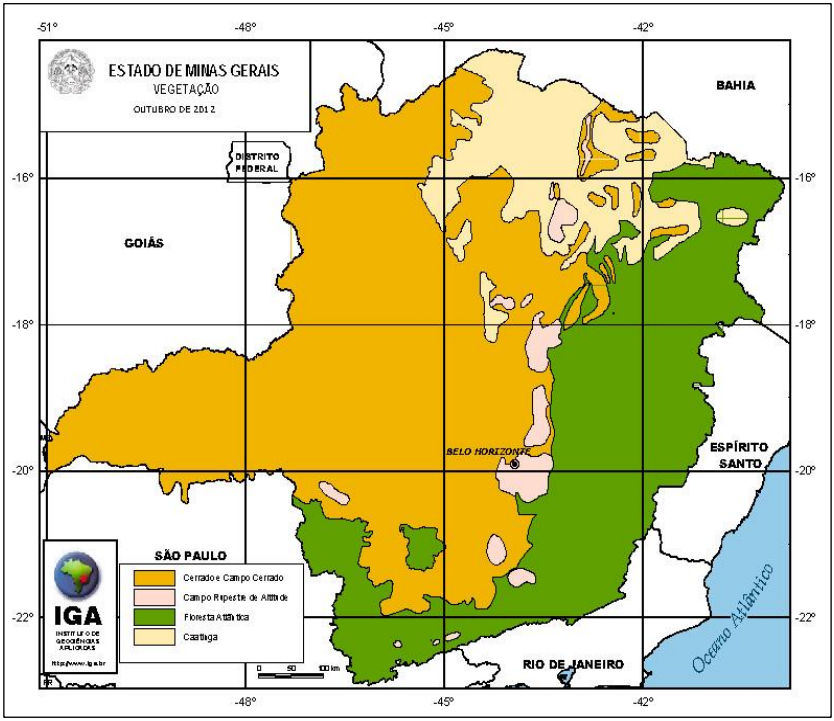
Diante desse cenário de desaparecimento da vegetação primitiva, Saint-Hilaire (2000) entendia que era necessário fazer um inventário da mesma e que, particularmente em Minas Gerais, as diferenças existentes nesse tipo de vegetação eram tão sensíveis, que precisavam ser classificadas com vistas a contribuir para a área que ele denomina de "botânica".

É possível classificar, atualmente, a vegetação no estado de Minas Gerais de acordo com a Figura 6, em que se observa, essencialmente, a ocorrência dos biomas: Cerrado, Campo Rupestre de Altitude, Mata Atlântica e Caatinga. É possível verificar que, o Cerrado ocupa boa parte do território do estado, cerca de 50%, principalmente nas bacias dos rios São Francisco e Jequitinhonha. A Mata Atlântica que aparece em segundo lugar na ocorrência geral, constitui-se de vegetação densa e permanentemente verde (GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2019). Reforça-se que, Cerrado e Mata Atlântica despontam como os biomas mais degradados do país.

Ainda destacamos a presença dos Campo Rupestre de Altitude, compostos por vegetação herbácea de pequeno porte e árvores isoladas, verificadas nos pontos elevados das serras da Mantiqueira, Espinhaço e Canastra. Por fim, a Caatinga, que ocorre no norte do estado, caracterizada pela presença de plantas de aspecto

seco, espinhoso e com a ausência de folhagens (GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2019).

Figura 6 - Vegetação do estado de Minas Gerais (2012)



Fonte: Governo de Minas Gerais (2019).

Com elementos que se aproximam da classificação atual, Saint-Hilaire (2000) definiu a vegetação por ele observada na província de Minas Gerais no início do século XIX. Ele dividia a vegetação da região em matas e campos. E explicava que as matas eram as florestas virgens, as caatingas, os carrascos e os carrasqueiros (plantas mais elevadas que formam a transição entre

os carrascos e a caatinga). Deve-se esclarecer que, o carrasco, segundo Andrade-Lima (1978), pode ser considerado um tipo de caatinga, por seu caráter caducifólio, mas em razão da ausência de cactáceas e bromeliáceas, pode também ser visto como uma entidade própria.

Saint-Hilaire (2000, p. 232 – Original publicado em 1837) classificava ainda os campos como terrenos cobertos de ervas (ou herbáceas), "entremeadas de subarbustos ou esparzidas de árvores enfezadas". O viajante reforçava que, essas vegetações não podiam ser rigorosamente separadas, tendo em vista que a transição entre elas era bastante sutil:

> [...] todas essas expressões não podem ser absolutamente rigorosas, pois as diferenças que elas indicam passam de umas para outras por gradações insensíveis. Há matas que ninguém hesitará em denominar matas virgens ou caatingas; não existe porém, na natureza, limites bem precisos entre as florestas virgens e as caatingas, estas e os carrascos, e, finalmente, entre estes últimos e os verdadeiros campos (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 232 – Original publicado em 1837).

Sabe-se hoje que existem algumas zonas de transição entre os principais biomas brasileiros. Entre as quais, figuram a transição entre o Cerrado e a Caatinga. Localizada entre o norte do estado de Minas Gerais, região percorrida por Saint-Hilaire (2000) na referida viagem pela província de Minas Gerais, além de boa parte do estado da Bahia e Piauí, essa zona de transição é marcada pelo solo seco, chuvas mais esparsas e vegetação caducifólia (GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2019).

O viajante francês também procurava localizar geograficamente em seu relato a ocorrência desses tipos vegetais específicos na província mineira:

> Grande parte do território compreendido entre os limites da província e a cadeia ocidental é coberta de matas virgens. Observei caatingas no sertão do Rio S. Francisco e nas partes baixas do termo de Minas Novas. São carrascos que cobrem os planaltos das regiões elevadas desse mesmo termo. É na parte ocidental da província (sertão ou deserto) cortada pelo Rio S. Francisco quem se veem campos semeados de árvores pouco desenvolvidas e tortas. Enfim, pastagens simplesmente herbáceas constituem vasta porção da comarca do Rio das Mortes (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 233 – Original publicado em 1837).

Saint-Hilaire (2011) comparava ainda, a vegetação que ele denominou de *primitiva*, ou não modificada pelo homem, à *artificial*, que, pelo contrário, sofreu alterações em sua constituição natural. O viajante afirmava que esse processo poderia ser verificado no entorno de Vila Rica e entre essa localidade e Vila do Príncipe[7], onde as florestas e suas "árvores majestosas" foram, segundo seu relato, severamente retiradas:

> Se a constituição física da província das Minas tem uma tão grande influência sobre a natureza de sua vegetação primitiva, deve-se crer que ela o tenha igualmente sobre aquela que resulta dos trabalhos do homem, e que se pode chamar de *artificial*. A parte

[7] Atual município de Serro.

> da província situada a oriente da grande cadeia não é mais, como outrora, inteiramente coberta de florestas. Ali se achavam terrenos auríferos de uma riqueza espantosa; uma numerosa população ali se precipitou, e incendiaram-se bosques, seja apenas para clarear a terra, seja para ali fazer plantações (SAINT-HILAIRE, 2011b, p. 24 – Original publicado em 1837).

A vegetação primitiva, segundo ele, foi progressivamente substituída pelo *capim gordura*. Saint-Hilaire (2011b, p. 25 – Original publicado em 1837) explicava que "essa planta ambiciosa não é natural da província das Minas; ela se espalhou ali graças à passagem do homem, e será curioso pesquisar em alguns anos se ela progrediu em direção ao norte, ou se definitivamente se deteve no ponto que reconheci como seu limite atual".

> Quando, nessa região, derruba-se uma floresta virgem e ateia-se fogo, os vegetais gigantescos que a compunham são substituídos por um bosque formado de espécies inteiramente diferentes e muito menos vigorosas; se se queimam muitas vezes esses novos bosques para fazer alguma plantação no meio de suas cinzas, logo se vê nascer ali um enorme feto (*Pteris caudata*); enfim, em muito pouco tempo as árvores e arbustos desaparecem, e o terreno se acha inteiramente tomado por uma gramínea viscosa, acinzentada e fétida que tolera muito pouco algumas plantas comuns no meio de seus caules cerrados, e que se chama *capim gordura* (erva sem valor, *Melinis minutiflora* ou *Tristegis glutinosados* botânicos) (SAINT-HILAIRE, 2011b, p. 24 – Original publicado em 1837).

Uma vez mais, observamos a preocupação do viajante com a devastação das florestas, com o manejo incorreto do fogo e a substituição de espécies nativas por outras inapropriadas para a região, além, evidentemente, do desaparecimento de tantas outras:

> Na verdade, nessa parte da América, como em muitas outras, os agricultores têm o costume de atear fogo a cada ano nos pastos, a fim de proporcionar aos animais uma erva mais fresca e mais tenra, e talvez a província das Minas não ofereça uma légua quadrada de campo natural que não tenha sido diversas vezes incendiada. Percebe-se que no meio de todas essas queimadas, tantas vezes repetidas, é possível que várias espécies anuais tenham desaparecido inteiramente; talvez também algumas espécies franzinas e delicadas, que teriam sido sufocadas pelos caules amontoados das espécies vigorosas, tenham sido preservadas da destruição pelos incêndios, e, consequentemente, os campos que chamamos hoje *naturais* não poderiam ser o que foram outrora os *campos* realmente primitivos (SAINT-HILAIRE, 2011b, p. 27 – Original publicado em 1837).

Ademais, o botânico entendia que as queimadas foram decisivas para modificar o ciclo natural na vegetação, influenciando diretamente no desenvolvimento das espécies que compunham os chamados *campos* em Minas Gerais:

> Não se pode, sem dúvida, assegurar-se desse fato pela comparação, mas é fácil conceber que os incêndios repetidos tiveram uma grande influência sobre o conjunto das espécies que compõem a vegetação dos campos naturais; porque, assim como veremos, um único incêndio é suficiente para modificar da maneira

> mais estranha os indivíduos já existentes. Logo que a erva de um campo natural é queimada, no meio das cinzas negras que cobrem a terra, aparecem aqui e ali plantas anãs cujas folhas são sésseis e mal desenvolvidas, e que logo dão fl ores. Durante muito tempo, confesso, pensei que essas plantas fossem espécies distintas, particulares às queimadas ou campos recentemente incendiados, como outras espécies pertencentes exclusivamente às talhadias que substituem as florestas virgens; mas um exame atento convenceu-me de que essas pretensas espécies não eram outra coisa senão indivíduos abortados de espécies naturalmente muito maiores e destinados a florescer numa outra época do ano. Durante a estação da seca, que é a do incêndio dos campos, a vegetação da maior parte das plantas que a compõem fica de algum modo suspensa, e estas não oferecem senão caules enfraquecidos ou ressecados. [...] O incêndio dos caules antigos determina o desenvolvimento das gemas escondidas sob a terra; mas como os novos brotos aparecem antes do tempo, e as reservas de seivas destinadas a nutri-los não estão ainda suficientemente cheias, as folhas se desenvolvem mal; a passagem destas aos verticilos florais se faz rapidamente, e estes últimos logo põem um fim ao crescimento do caule (SAINT-HILAIRE, 2011b, p. 27-28 – Original publicado em 1837).

Além das queimadas, Saint-Hilaire (2011) recorreu à Eschwege para relacionar o desenvolvimento da vegetação ao solo onde ela se desenvolvia, mas, ponderava ao considerar que o solo, entretanto, não devia ser considerado fator determinante para que certas espécies se desenvolvessem, ou não:

> Na verdade, M. d'Eschwege observou que a vegetação era mais vigorosa nos terrenos primitivos

> da província das Minas, que naqueles cuja formação é mais recente; ele observou que bosques cresciam sobre as montanhas de granito, de gnaisse, de xisto, de sienito e que as pastagens naturais e os arbustos tortuosos se encontravam em terrenos cujo fundo se compõe de xisto argiloso, de arenito e de ferro. Mas se as grandes diferenças de vegetação observadas na província das Minas coincidem com diferenças na constituição mineralógica do solo, não é menos verossímil que não são estas que modificam o conjunto das produções vegetais. [...] as observações feitas pelo próprio M. d'Eschwege tendem a demonstrar a verdade dessa opinião, porque na vizinhança do rio S. Francisco, perto de Formiga e Abaeté, esse sábio viu terrenos calcários de antiga formação permanecerem descobertos em certos lugares, ao passo que em outros eles produziam uma vegetação rica e espessas florestas. O que, na mesma latitude e em alturas semelhantes, modifica verdadeiramente a natureza das produções vegetais são a exposição do solo, a maior ou menor umidade que ele guarda, a divisão mais ou menos sensível de suas partes, quantidade maior ou menor de húmus que compõe sua superfície (SAINT-HILAIRE, 2011b, p. 30-31 – Original publicado em 1837).

Ainda que as análises do viajante sobre a vegetação que ocorria em Minas Gerais caminhassem entre a botânica e a geologia, não restam dúvidas quanto a preocupação central de Saint-Hilaire (2011):

> Mas se a inteligência e o bom senso dos habitantes dessa província puderem preservá-la dos perigos que a ameaçam como em todo o resto do Brasil, sua população aumentará com rapidez; onde se veem humildes cabanas, erguer-se-ão cidades florescentes;

> novos desbravamentos diminuirão ainda a extensão das florestas; enfim, os próprios campos serão cavados pela enxada e sulcados pelo arado. Então não restará mais nada da vegetação primitiva; uma multidão de espécies terá desaparecido para sempre, e os trabalhos, aos quais o sábio Martius, o falecido doutor Pohl e eu consagramos nossa existência, não serão mais, em grande parte, senão monumentos históricos (SAINT-HILAIRE, 2011b, p. 43 – Original publicado em 1837).

Preocupação essa que diz respeito ao destino que seria dado pelos brasileiros à vasta cobertura vegetal que aqui existia e, que poderia ser severamente comprometida caso não houvesse esforços no sentido de garantir sua manutenção. Igualmente preocupado com a fragilidade da *vegetação primitiva* diante, especialmente, das práticas agrícolas agressivas, Suzannet (1957) ponderava:

> A agricultura, [...] é reduzida aos processos mais simples. Apenas queimam as matas, e em seguida semeiam o milho ou plantam o café no lugar assim preparado. Quando a terra fica improdutiva, longe de tentar compensar com adubo o esgotamento do solo, abandonam o terreno, que logo se recobre de nova mata, mas mirrada e pouco vigorosa; vinte anos mais tarde essas matas serão outra vez destruídas, e as terras de novo cultivadas. As belas florestas virgens do Brasil desaparecem pouco a pouco, sobretudo perto dos lugares onde a exploração é vantajosa; árvores imensas são derrubadas nas florestas e lá mesmo queimadas pelos proprietários que renovam assim seus terrenos de cultura (SUZANNET, 1957, p. 75).

Observando de modo semelhante a prática agrícola do brasileiro, a viajante alemã Ina von Binzer (1982, p. 31 – Original publicado em 1887) afirmava que em sua terra era impossível fazer-se ideia de tal esbanjamento, tendo em vista que, quando se dava início a uma plantação "queima-se o que ali crescia, sendo às vezes atingidas sem piedade as mais lindas matas virgens, cujas cinzas e troncos apodrecidos, servem como o melhor dos adubos".

O que se observa, portanto, de modo recorrente em todos os discursos que procuravam associar a natureza aos recursos que ela, eventualmente, pudesse oferecer era, uma vez mais, a incapacidade do brasileiro de geri-los. Seja em razão da ausência de técnicas ou instrução adequadas, ou ainda devido à indolência e à inaptidão do povo, tanto a exploração mineral como a agricultura ficavam severamente comprometidas. O que, evidentemente, abriu caminho para que o estrangeiro estivesse na condução desses processos.

Outra consequência que fica evidente no material analisado, é a preocupação levantada pelos viajantes, especialmente àqueles que tem uma aproximação científica com a botânica, como Auguste de Saint-Hilaire, com o destino do meio natural que, diante da incapacidade relatada, tende a ser levado à exaustão e destruição permanente. Essa condição, que na atualidade compõe o eixo central dos debates entre os principais estudiosos do tema, como a destruição do cerrado brasileiro, por exemplo, apresenta-se, já no início do século XIX como uma possibilidade e um problema.

CAPÍTULO 3

Contrastes: A Paisagem e o Povo

CONTRASTES: A PAISAGEM E O POVO

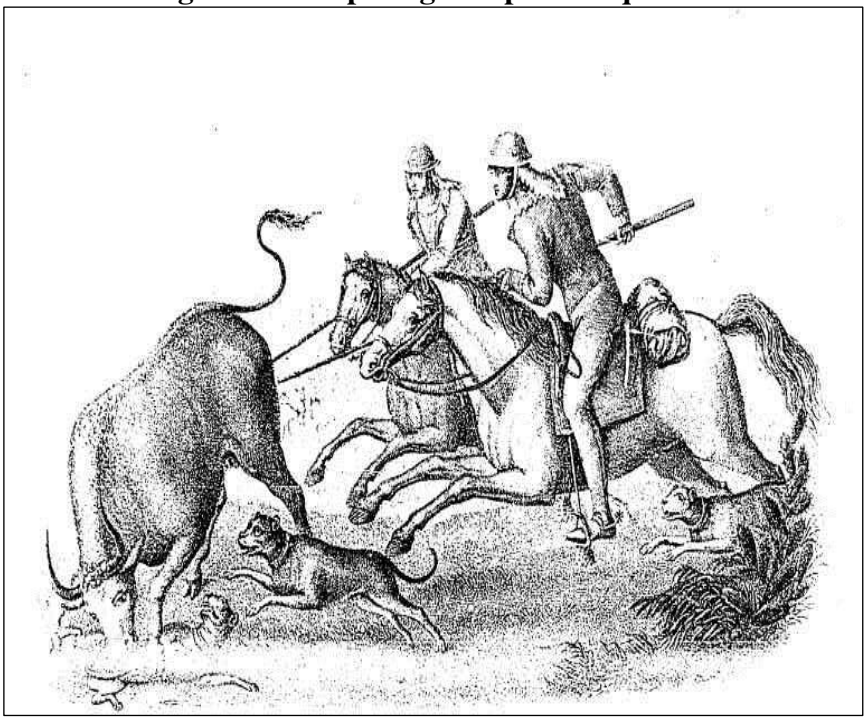
Recorrente entre os viajantes no Brasil é seu olhar carregado de "pré-conceitos" sobre o povo brasileiro. Ainda que nem sempre punitivo, mas, repleto de concepções moldadas no seio da sociedade europeia e trazidas em sua bagagem, a visão de mundo do viajante quase sempre recorre à comparação inevitável entre o deslumbre causado pela paisagem e o espanto produzido pelo povo que nela habita.

Nas palavras do Príncipe Alexander Philipp Maximilian zu Wied-Neuwied, alemão, naturalista e etnólogo, que coordenou uma expedição pelo sudeste do Brasil e Bahia entre 1815 e 1818, registra-se em sua travessia pelo sertão mineiro em direção à Bahia, o contraste por ele observado entre a paisagem do lugar e o povo que nela habita:

> A natureza animada, sempre bela, sempre ativa e animada, faz aqui sensível contraste com a grande massa dos habitantes, que são tão rudes e ignorantes como o gado a que emprestam os seus assíduos cuidados, e que constituem o único objetivo de seus assíduos pensamentos (WIED-NEUWIED, 1940, p. 421 – Original publicado em 1820).

É exatamente esse olhar contrastante manifestado em um discurso carregado de espanto e pré-conceitos, que aparecerá na grande maioria das obras de viajantes estrangeiros no Brasil naquele período. Aqui, o príncipe Wied-Neuwied (1940 – Original publicado em 1820 – Original publicado em 1820) se refere aos "vaqueiros" ou "campistas" (Figura 7).

Figura 7 - Boi perseguido pelos vaqueiros



Fonte: Wied-Neuwied (1940).

Os vaqueiros, por ele definidos como homens encarregados de guardar o gado, vestem-se de couro de veado da cabeça aos pés:

> essa vestimenta parece extravagante à primeira vista, mas é muito adequada, pois esses homens têm muitas vezes de correr atrás do gado, que foge através dos arbustos espinhosos e das "caatingas", ou então são obrigados a fazer passar o gado por aí, para reuni-lo (WIED-NEUWIED, 1940, p. 376 – Original publicado em 1820).

A vestimenta rústica também ganha a atenção de outro alemão que esteve no Brasil alguns anos depois, Friedrich von Weech. Segundo ele, as roupas feitas de couro de veado têm o mesmo propósito já apontado por seu conterrâneo, permitir ao vaqueiro "correr livremente atrás do gado, através de arbustos e espinhos" (WEECH, 1992, p. 164 – Original publicado em 1828).

Esses bravos homens, geralmente negros, conseguem, segundo o príncipe alemão, levar o animal à exaustão, vencendo-o pela força e cansaço. Para eles, afirma o viajante, trata-se de uma "questão de honra" domar os animais mais arredios. Ainda que isso, por vezes, lhes custe a própria vida, "acidente que não afeta muito o proprietário, seu senhor, pois trata-se apenas de um negro de menos, de que ele não faz maior caso do que do gado" (WIED-NEUWIED, 1940, p. 403 – Original publicado em 1820).

Também se referindo aos vaqueiros na província de Minas Gerais, Auguste de Saint-Hilaire discorda que seus representantes sejam, majoritariamente, negros. O francês explica que, nas regiões onde a atividade econômica principal era a criação de gado, existem menos escravos que nas áreas de exploração mineral, tendo em vista que, para cuidar do rebanho, sua mão-de-obra é menos necessária. Ele complementa que, nessas regiões, a escravidão tenderia a diminuir, à medida em que a população aumentasse:

> [...] Nas zonas de criação, os escravos são, com efeito, muito menos necessários do que nas em que se extrai o ouro ou se cultiva a cana-de-açúcar. Necessita-se de poucos braços para tratar dos rebanhos, e quanto menos existem escravos, tanto menos os homens livres coram de trabalhar. Grande parte dos vaqueiros e tocadores de porcos, que vão da comarca de São João ao Rio de Janeiro, são brancos. [...] Disto resulta ser evidente que, nesta parte da província de Minas, mais do que naquela em que se extrai o ouro, a

> escravidão irá diminuindo à medida que crescer a população (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 79 – Original publicado em 1842).

Não somente o "vaqueiro" ou o sertanejo aparece entre os habitantes que mais intrigam os viajantes. Outras "raças" e tipos humanos foram objetos de observação, contrastando com a paisagem que os rodeia.

A paisagem se torna, entre outros aspectos, *lócus* de incompreensão quando entendida pelo viajante como artifício de enriquecimento e refúgio de riquezas naturais a serem exploradas, coisa que o brasileiro não sabia aproveitar. Talvez por isso "a maior parte do país foi explorada por estrangeiros", visto que, "o povo brasileiro é preguiçoso demais para acumular fortuna. Hoje em dia, o pobre em Minas também só trabalha da mão para a boca. Quando o sujeito ganha alguns mil-réis, aproveita a vida até que a necessidade o obriga a trabalhar novamente" (TSCHUDI, 2006, p. 261 – Original publicado em 1866/1869).

Essas alegações sobre a indolência do povo se repetem com frequência nos relatos. O suíço Johann J. von Tschudi, que esteve no país em 1857, apontava o branco europeu e seus descendentes, como aqueles que ocupando funções na agricultura, comércio ou funcionalismo público, não poderiam ser caracterizados como preguiçosos. Ao contrário, o agricultor, por exemplo, ainda que "preso aos sistemas tradicionais" era "ativo, inteligente e infatigável". Quanto ao funcionário público, fez ressalvas, esse sim era "geralmente preguiçoso" e "gosta de satisfazer sua vaidade [...] por um emprego desse tipo, capaz de sustentá-lo razoavelmente, dar-lhe certo prestígio e conferir-lhe um mínimo de poder" (TSCHUDI, 2006, p. 261 – Original publicado em 1866/1869).

Tschudi (2006) segue seu relato sabendo exatamente como caracterizar cada etnia componente da sociedade brasileira. O português, por exemplo, deixou para o brasileiro a vocação para o comércio, "negocia com todos, por toda a parte e sempre consegue obter vantagem" (TSCHUDI, 2006, p. 261 – Original publicado em 1866-69).

A constatação da habilidade para o ramo comercial é apresentada sem pretensões elogiosas: "o pequeno comércio requer menos esforços, tanto físico como intelectual, e por isso é uma das ocupações favoritas dos brasileiros" e conclui: "tem um raro talento para oferecer, com maior convicção, objetos de baixa qualidade por altos preços e muitas vezes, consegue vendê-los" (TSCHUDI, 2006, p. 261 – Original publicado em 1866/1869).

O "elogio" fica reservado ao tropeiro de descendência indígena e com "sangue de outras raças". Para Tschudi (2006), a miscigenação trouxe algumas características que precisariam ser valorizadas: "coragem, decisão, força, presença de espírito, tenaz resistência e grande modéstia" (TSCHUDI, 2006, p. 303 – Original publicado em 1866/1869).

No Brasil, a miscigenação foi proposta como uma alternativa à questão racial e alcançou legimitimidade perante as políticas de imigração adotadas desde o final do século XIX e mesmo no início desde a chegada de D. João VI, visto que, de acordo com Schwarcz (1993, p. 12), o Brasil poderia ser descrito como "[...] uma nação composta de raças miscigenadas, porém em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas mediante uma seleção natural [...], levaria a supor que o Brasil seria, um dia, branco".

A ideia do "embranquecimento" progressivo da população resolveria, a médio e longo prazo, os efeitos negativos da mistura de raças no país. Segundo Guimarães (1999, p. 53), a ideia de

"'embranquecimento' [...] foi, antes de tudo uma maneira de racionalizar os sentimentos de inferioridade racial instalados pelo racismo científico e pelo determinismo geográfico do século XIX".

A miscigenação era vista no Brasil sob duas óticas distintas. Uma delas, mais pessimista, atribuía à miscigenação a degeneração crescente do povo brasileiro. Outra, mais otimista, apostava justamente nela como uma possibilidade de regeneração racial, que aos poucos levaria ao desaparecimento dos negros e mestiços. Assim, como afirma Schwarcz (1993), a perspectiva otimista da questão racial resolveria, do ponto de vista do projeto de formação nacional, o dilema colocado pelo racismo científico, enquanto uma saída biológica para a necessidade do branqueamento da população.

Figura 8 - Tipos raciais existentes no Brasil



Fonte: Canstatt (2002).

A questão racial acompanhou Oscar Canstatt, agrônomo contratado da Comissão Imperial de Agrimensura, que esteve no Brasil em 1868 (Original publicado em 1871). O alemão entendia que a questão racial era imperativa para o país e que a indefinição da raça de um povo prejudicava, inclusive, a contagem populacional (Figura 8).

Para Canstatt (2002 – Original publicado em 1877):

> O número dos brancos, como provavelmente o dos escravos, é apenas aproximado, porque a maioria daqueles não é do sangue puro, e ainda porque o conceito de sangue puro não é muito rigoroso no Brasil, onde em geral não há um preconceito muito severo de raça, e todos os descendentes de brancos, que não revelam distintamente na cor a mistura do sangue negro ou de índio, costumam ser considerados brancos (CANSTATT, 2002, p. 99 – Original publicado em 1877).

Seu pensamento estava alinhado com as teorias raciais que estiveram em voga a partir da segunda metade do século XIX. Segundo tais teorias, apoiadas no racismo cientificista, a humanidade estaria dividida em raças, formando uma hierarquia biológica, na qual, os brancos ocupariam posição superior (SCHWARCZ, 1993).

O alemão era enfático ao determinar sob o rigoroso crivo dessa perspectiva, qual raça deveria ser valorizada no Brasil:

> No seu todo são os brancos que constituem a estirpe dominante no Império, uma raça morena, pequena, feia, semelhante à dos portugueses, de que em grande parte descendem. Entre as mulheres só se encontram

> poucas caras bonitas e entre os homens nota-se a ausência das formas nobres e vigorosas de outras nações austrais. **Uma parte da população branca que não se deve desprezar é constituída pelos imigrantes europeus, entre os quais se encontram franceses, ingleses, italianos e sobretudo alemães, que dão vida ao comércio e à indústria** (CANSTATT, 2002, p. 99, destaque nosso – Original publicado em 1877).

Com um discurso também voltado para a questão racial, o naturalista alemão Carl Friedrich Philip von Martius destacou-se no concurso promovido pelo IHGB em 1844, que premiou o melhor projeto que tinha como tema "Como escrever a história do Brasil". O projeto, que tinha como objetivo relacionar o desenvolvimento do país com o aperfeiçoamento das três raças que o constituíam foi entendido por Martius (1953) a partir dessa perspectiva, "Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular" (RIHGB, 1953, p. 187).

Cada raça ocuparia, entretanto, posição específica nesse cenário. Evidentemente, o português, como representante do branco europeu, estaria na dianteira das três raças: "Disso necessariamente se segue que o português que, como descobridor, conquistador e senhor, deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente, que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor" (RIHGB, 1953, p. 188-189).

O indígena deveria ser, segundo o alemão, compreendido em suas especificidades para, posteriormente, ser comparado aos demais: "[...] devemos considerar o indígena brasileiro em suas manifestações exteriores, como ente físico, e compará-lo com os povos vizinhos da mesma raça. O passo imediato nos levará à esfera

da alma e da inteligência destes homens" (RIHGB, 1953, p. 191). O negro, de abordagem breve no texto, ocupa o lugar da inferioridade:

> Não há dúvida que o Brasil teria tido um tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros. Se para o melhor ou para o pior, este problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido ocasião de ponderar todas as influências que tiveram os escravos africanos no desenvolvimento civil, moral e político da presente população (RIHGB, 1953, p. 200).

O que se observa, segundo Schwarcz (1993), é que essa interpretação, premiada através da tese de Martius (1953), será repetidamente enaltecida no contexto do IHGB. A existência de uma hierarquia entre essas três raças, permanecerá. O que caracteriza um posicionamento claro das elites quanto ao papel que deveria ser desempenhado por cada "raça" no contexto social brasileiro.

A miscigenação frequentemente ganhou espaço em outros relatos de viagem. As diferenças e qualidades atribuídas a essas raças variadas chamavam a atenção dos estrangeiros e os colocavam em constante tentativa de avaliação desses diferenciados "tipos" de brasileiros. G. Wilhelm Freireyss atentava para o fato de que no país encontravam-se somente "raças" mais ou menos puras ou misturadas com outras, o que conferia ao brasileiro sua extraordinária diversidade. Segundo Freireyss (1982), podia-se, entretanto, identificar três raças principais: os mulatos (provenientes do cruzamento dos caucasianos com etiópicos); os caboclos (do cruzamento dos caucasianos com os americanos) e, o cruzamento dos mulatos com os etiópicos, que trazia características da raça caucásica (FREIREYSS, 1982, p. 109).

Freireyss (1982) ressaltava que o termo mulato era, por vezes, ofensivo, usado para se referir com inferioridade a outrem. Dizia-se então, pardo, para diminuir os efeitos do desdém:

> Mulato (feminino, mulata), chama-se aquele cujo pai ou mãe era de raça caucásica, sendo raro, porém não sem exemplo, de ter sido a mãe. Se os mulatos se cruzam com os brancos, denominam-se os filhos mulatos claros. Estes últimos, casados com brancos, produzem filhos muito claros e apenas o crespo do cabelo ainda acusa a origem etiópica. Raras vezes perdem estes cabelos crespos antes da quinta ou sexta geração, se não houver antes disso aproximação à raça caucásica por casamento com branco. O casamento com preto, mulato ou cabra, interrompe o desaparecimento do característico e fixa-o até numa das raças mencionadas (FREIREYSS, 1982, p. 109).

O alemão não se intimidava em tecer seus próprios comentários preconceituosos, atribuindo ao branco, entretanto, a culpa pela zombaria contra os mulatos. Freireyss (1982) afirmava que o desprezo e a inferioridade com que eram julgados pelos brancos os tornavam pessoas vingativas, fracas, desconfiadas. E, o fato de o branco julgar-se superior, tornando os mulatos alvos de sua zombaria, despertava neles sentimentos de ódio e vingança: “aqui ele é servil, acolá, porém, torna-se tirano e assim representa ele continuamente o papel de camaleão, colocando-se moralmente abaixo do negro” (FREIREYSS, 1982, p. 52).

Ainda que o mulato tivesse muita utilidade “à serviço” do branco na sociedade brasileira, era preciso, segundo Freireyss (1982), olhá-lo com cuidado:

> É verdade que o mulato serve pra tudo: nas províncias ele é comediante, porque o branco tem vergonha de o ser; eles são os intermediários em todas as orgias e são eles, finalmente, que se alugam aos covardes para assassinar o inimigo. Bravura, sangue-frio e grande capacidade distinguem os mulatos, mas, como estas qualidades não são unidas à moral, tornam-se perigosas para os outros (FREIREYSS, 1982, p. 52).

O francês Francis de Castelnau, em viagem por Minas Gerais em 1843, também fez sua própria caracterização das diversas raças que compunham o povo brasileiro, de forma bastante precisa, o viajante parece agrupá-los de modo semelhante ao que fez com os espécimes animais e vegetais observadas e recolhidas em sua expedição:

> São muito comuns aqui mestiços [...] havendo eu obtido a este propósito as informações que se seguem:
>
> 1º. Os filhos de brancos com índias parecem-se com as mães; têm os cabelos duros e os olhos oblíquos;
>
> 2º. O produto de um índio com uma negra chama-se caboré; tem cabelos encarapinhados, olhos oblíquos e cor bronzeada escura;
>
> 3º. Os mestiços de índio com mulher caboré têm os cabelos quase lisos, ligeiramente frisados, olhos oblíquos e cor semelhante à do índio;
>
> 4º. O cruzamento desses mestiços com índios, parecem-se completamente com os últimos, podendo considerar-se puro-sangue;
>
> 5º. Os filhos de brancos com mestiços n° 1 têm a pele levemente cobreada, os cabelos duros e os olhos oblíquos

> 6º. Os mestiços de branco com os do número precedente são brancos; os cabelos são lisos como nos europeus, mas sempre de cor negra carregada; os olhos ligeiramente oblíquos;
>
> 7º. Finalmente, o mestiço de um branco com o n°6 pertence inteiramente à nossa raça (CASTELNAU, 1949, p. 134 – Original publicado em 1850/1857).

Ele concluia afirmando em tom incisivo como quem, evidentemente, compreendia a miscigenação como uma possibilidade de "melhoramento" das raças, especialmente no que se referia aos negros e ao embranquecimento progressivo da população:

> No que respeita aos negros, muitas conversas com os lavradores afirmaram-me que os produtos se tornam brancos ao cabo de quatro gerações mestiças, ao passo que são necessárias cinco gerações para voltar ao tipo negro, o que representa bela prova a favor da progressão das raças (CASTELNAU, 1949, p. 135 – Original publicado em 1850/1857).

O indígena ganhava nos relatos, espaço à parte, dada a importância de sua etnia para nosso país. Em resgate histórico desde o início da colonização portuguesa, Tschudi (2006) comparava as tribos do litoral brasileiro, tupiniquins, índios pacíficos que foram facilmente dominados e catequizados, com as tribos da serra, chamados "botocudos", geralmente muito agressivos e bastante temidos. As denominações para os indígenas eram muitas:

> Os brasileiros têm certas denominações gerais para os índios, porque os nomes e tribos raramente são conhecidos. Na maioria das vezes, chamam-nos de

> índios ou selvagens. Em uma parte do norte do Brasil e do Brasil central, sejam selvagens ou semicivilizados, são chamados de tapuias, independentemente de pertencerem ou não a essa nação. Em outras regiões do Brasil central são chamados de caboclos (cor de cobre). No sul do Brasil, são chamados, geralmente, de bugres. Procurei informar-me, em vão sobre a origem desse último nome. Suponho que deriva da palavra francesa *bougre* e se estabeleceu, provavelmente, na metade do século XVI durante a primeira ocupação francesa da baía do Rio de Janeiro sob comando de Nicolas Durand de Villegaignon (TSCHUDI, 2006, p. 242 – Original publicado em 1866/1869).

O trato do colonizador para com o indígena também chamava atenção do suíço. Afirmava que desde o início do processo de ocupação territorial, ainda no século XVI, o relacionamento entre o português e o índio não fora pacífico. Compreende-se que as múltiplas tentativas de dominação causaram resistência e criaram embates muitas vezes, sangrentos para ambos os lados. Tschudi (2006) reforçava que:

> Os colonizadores procuraram, tanto quanto possível, utilizar os nativos na preparação dos campos e na mineração. Estes, porém, não encontravam nenhum prazer nesses empreendimentos, de certa forma contrários às suas inclinações naturais. Não quiseram também estabelecer relações de trabalho com os invasores. A necessidade imperiosa de mão-de-obra levou os portugueses, pouco a pouco, a subjugar os índios com violência e força-los ao trabalho escravo (TSCHUDI, 2006, p. 244 – Original publicado em 1866/1869).

O viajante revelava indignação diante do fato de que mesmo após séculos de violência contra o indígena a "Constituição brasileira, que, infelizmente, tem sido implementada de forma muito precária, [faz] a guerra de destruição contra os índios na província de Minas Gerais ainda continuar. Hoje, ainda existem lá indivíduos que têm o maior prazer em caçar índios e que, zelosamente, mantém cães de caça para esse fim" (TSCHUDI, 2006, p. 245 – Original publicado em 1866/1869).

O uso de cães para caçar indígenas causou bastante repulsa no viajante. Em várias páginas ele descreveu pavorosas cenas de perseguição que narravam "cães selvagens sedentos de sangue, treinados exclusivamente para a perseguição de índios" que ajudavam "os caçadores a localizar os assentamentos do inimigo. Os oficiais competiam entre si para ver quem possuía os melhores cães de caça", que muitas vezes saboreavam "carne de índios para mantê-los sempre com o faro aguçado" (TSCHUDI, 2006, p. 245 – Original publicado em 1866/1869).

Igualmente atormentado com o tratamento dado aos indígenas, Eschwege (2002 – Original publicado em 1818) relata que em 1808, logo após a chegada da Família Real ao Brasil, foi baixada uma Carta Régia pela *Junta de Conquista e Civilização dos Índios, do Comércio e Navegação do Rio Doce*. A região entre o Rio Doce e o Jequitinhonha era habitada pelos Botocudos e, calculava-se cerca de 12 mil indivíduos naquela época (número aquém da realidade, segundo o alemão). A referida carta recomendava:

> [...] a civilização dos índios de maneira abrangente e autorizava, para esse fim, a *Junta* a escolher os meios mais adequados, especialmente a formação de seis divisões de soldados, mais ou menos 600 homens, e a forma declaração de guerra aos botocudos, que não deveria terminar até que a terra desses canibais fosse

> totalmente conquistada e eles plenamente submetidos ao suave julgo da lei (ESCHWEGE, 2002, p. 77 – Original publicado em 1818).

Evidentemente, o plano fora um fracasso. Segundo Eschwege (2002, p. 78 – Original publicado em 1818) os gastos superaram os 100 mil cruzados anuais, a terra habitada pelos botocudos que abrangia cerca de 1200 léguas quadradas "de matas fechadas e impenetráveis" não foi conquistada e, tampouco, os indígenas foram "submetidos ao suave julgo da lei". O território não foi ocupado, estradas não foram abertas, nem o Rio Doce tornou-se navegável. A violência contra os indígenas, essa sim, foi plenamente executada:

> Quando se atrai esses selvagens para dar-lhes comida e enquanto saciam sua fome atear-lhes fogo; ou se uma horda de soldados-bandidos invade as matas e espreita o acampamento tranquilo de uma família de botocudos e ataca-os no silêncio da noite, assassinando impiedosamente todos, inclusive mulheres e crianças; ou ainda, quando um monstro incitado pelo fanatismo religioso, batizam índios que se fingiam de mortos, para em seguida cortar-lhes as cabeças; tudo isso tem mesmo de despertar um terrível ódio, horror e repúdio por parte de pessoas sensíveis. Sempre me lembrarei de um episódio que me comoveu e que me foi relatado por testemunhas oculares, assim como os demais acima mencionados. Certo dia encontraram uma família de botocudos cuja maioria, que não havia conseguido escapar, já fora assassinada. Uma mulher, segurando dois bebês, que a haviam impossibilitado de fugir, estava sentada à beira do fogo cozinhando. Sem querer poupar ninguém, atiraram-lhe nas costas, ferindo também o bebê. Agonizando, ela acenou ao comandante e

> entregou-lhes os bebês. Com palavras e gestos, implorou-lhe pela vida deles. Apontou para a panela onde estava cozinhando um macaco e depois morreu, não sem antes ter ainda dado a entender que deveriam alimentar as crianças (ESCHWEGE, 2002, p. 78 – Original publicado em 1818).

Assim como demonstrou Eschwege (2002), Saint-Hilaire (2000) confirmava que a empreitada para a ocupação das margens dos rios Doce e Jequitinhonha foi bastante penosa para os indígenas. E que, o avanço dos soldados sobre esse território, foi, em grande medida, determinante para dizimar, explorar e controlar as tribos dos Botocudos:

> Os portugueses tornaram-se, sem dar um tiro, senhores de um território que se estende por espaço de, pelos menos, cinquenta léguas sobre ambas as margens de um rio navegável, a essa posse deviam novos escoadouros e a certeza de um comércio importante. Em troca de troca de tantas vantagens, o que é que se fizera por estes Botocudos, a quem eram devidas, e que, atirando algumas flechas contra os soldados brasileiros, teriam pedido confina-los em S. Miguel por longos anos? Esses infelizes índios tinham sido privados de seus filhos; lançaram-se entre eles sementes de discórdias, e não só ninguém pensara em prendê-los à vida civilizada pelos laços da moral e da religião, como ainda, mal se aproximaram dos homens de nossa raça, já lhes desenrolavam perante os olhos todos os maus exemplos que podem produzir malandria e libertinagem (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 275-276 – Original publicado em 1842).

Os Botocudos foram detalhadamente descritos por Tschudi (2006). Segundo seu relato, a "nação dos Botocudos está dividida em inúmeras tribos". Na nascente do rio Mucuri e do rio Todos os Santos viviam os "naknenuks", que poderia significar "Senhor da Terra" ou "Não desta Terra". Na serra que separava as bacias do rio Doce e Mucuri, às margens do rio Aranaú, vivia a tribo de nome equivalente, os aranaús. Os bacués, por sua vez, viviam nos afluentes ao norte do rio Mucuri, até Santa Clara e, a oeste desses rios até próximo ao litoral, viviam os urufus. No rio Urucum, maior afluente sul do Mucuri, viviam os "shiporok", que significa "inimigo" e confundiu o suíço porque certamente a própria tribo não se denominava dessa forma. Poderia ser, talvez, o que "está além das montanhas" ou "atrás das montanhas", segundo ele (TSCHUDI, 2006, p. 248 – Original publicado em 1866/1869).

A aparência e as feições dos Botocudos também foram retratadas. Sua pele, de coloração marrom-acinzentada, bronzeada, por vezes mais clara ou mais escura. Seu corpo é de estatura mediana, porém, forte. Apesar do tronco ser desenvolvido e musculoso, homens e mulheres têm membros finos e mãos e pés delicados. O cabelo é preto, liso e grosso. Os olhos são pequenos e quase sempre amendoados. O nariz é, às vezes, ligeiramente curvo e as narinas são alargadas. Para Tschudi é tarefa difícil descrevê-los com exatidão, pois, sua fisionomia varia bastante. Em geral, é acentuadamente *caucástica*, "à exceção dos olhos amendoados" (TSCHUDI, 2006, p. 250 – Original publicado em 1866/1869).

Sobre essas características, Tschudi (2006) discorrerá a respeito da aproximação que ele acredita existir entre os índios americanos e os asiáticos, teoria esta, que somente seria comprovada no século XX:

> Foi muito interessante comparar os botocudos com os chineses. Como já enfatizei em 1858, surpreendi-me

> com a semelhança fisionômica dessas duas raças. [...] Como esse fato era de muito interesse para mim, dediquei-lhe atenção especial e procurei com bastante cuidado por diferenças raciais. Em alguns indivíduos, elas se reduzem ao mínimo, e mesmo no geral são pouco significativas nos seguintes aspectos: a cor da pele dos chineses é mais amarelada e a dos botocudos, mais amarronzada; os olhos dos chineses são mais enviesados que os dos botocudos e um pouco menores; nos chineses as maças do rosto são mais destacadas e a boca é um pouco mais fina. Contudo, reitero expressamente, essas diferenças desaparecem completamente no caso de indivíduos isolados. [...] Pela comparação exata das formas típicas dessas duas raças principais, convenci-me de que a raça indígena e a americana não podem ser separadas da raça mongólica. A população da América do Sul é apenas um ramo do grande tronco de povos asiáticos, e não deve ser considerada, de forma alguma, uma raça própria, como pretendiam as etnografias mais antigas (TSCHUDI, 2006, p. 276-277– Original publicado em 1866/1869).

A ideia da semelhança entre os índios americanos e os asiáticos relatada por Tschudi (2006), consolidou-se a partir da constatação feita sobre a migração de povos asiáticos pelo do Estreito de Bering. Foi possível, através da genética, confirmar que, de fato, os povos ameríndios descendem de povos asiáticos, mas, no século XIX essa informação ainda não era conhecida, embora houvessem teses que sugerissem esse distante parentesco.

Em conformidade com a elaboração de Tschudi (2006), Eschwege (2002) procura aproximar, por exemplo, os índios xavantes de Goiás a representantes da raça mongólica, afirmando que essa semelhança se deve a ambos possuírem rostos achatados e

olhos oblíquos, apesar dos indígenas serem robustos em relação aos seus descendentes asiáticos.

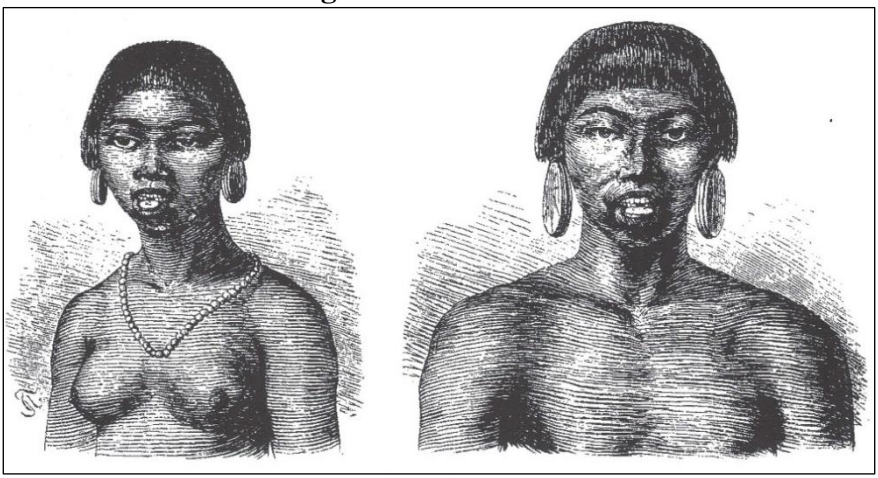
Eschwege (2002, p. 79-80 – Original publicado em 1818) também não classifica os indígenas de Minas Gerais, tanto botocudos como de outras tribos, como de pele "vermelho-cobre". O alemão atribui essa coloração escura "à sua vida ao ar livre", expostos ao sol, chuva, calor e frio. Somado a isso, seu modo de vida "não muito asseado", embora tomem banho mais de uma vez todos os dias, "nunca esfregam a pele, rolam pela terra, besuntando-se de barro colorido, e muitos deitam-se ainda sobre as cinzas quentes da fogueira apagada para se aquecerem durante a noite". Segundo o viajante, após sua estadia em tribos indígenas, ele conclui que, os índios recém-nascidos, na verdade, são branco-amarelados, "assim como os índios mais velhos nas partes do corpo que ficam encobertas".

Além das características raciais, os adornos usados pelos indígenas também ganharam destaque e ilustrações diversas nas publicações. Entre pulseiras e colares feitos com "pingentes" de dentes e unhas de porcos, roedores, onças e macacos, sobressaíam-se os discos de madeira usados nos lábios e nas orelhas. Esses, que podem ser retirados e recolocados quando querem os indígenas, não estão presentes no cotidiano das tribos, mas, em dias festivos ou de batalha são itens obrigatórios. Os corpos também são pintados de diferentes cores, desde o azul escuro (proveniente do sumo do jenipapo), até o usual vermelho, advindo do urucum e utilizado em quase toda a América do Sul (TSCHUDI, 2006) (Figura 9):

Entre os artefatos que manuseiam está o arco e flecha, que possuem três diferentes variações. As flechas, feitas de canajuba, semelhante ao bambu, têm aproximadamente o mesmo comprimento do arco. A ponta, feita de qualquer madeira resistente, é amarrada à flecha com cipó. Além da confecção e manuseio dessa arma, Tschudi (2006) relata que as habilidades manuais dos botocudos são

limitadas. Reduzindo-se a traçar sacos, queimar panelas de barro e realizar tarefas cotidianas, como a caça (TSCHUDI, 2006).

Figura 9 - Botocudos



Fonte: Tschudi (2006).

O viajante ressalta ainda, que algumas tribos de botocudos do Mucuri se tornaram sedentárias e desenvolveram a habilidade de cultivar a terra. Assim, constituíram bom relacionamento com os colonos e aprenderam a executar trabalhos no campo para os mesmos. Além disso, os indígenas aproveitam o convívio com a colônia de Mucuri para realizar trocas de artigos com os brancos, como, pele de animais, ervas e outros objetos feitos por eles, como velas (TSCHUDI, 2006).

Saint-Hilaire (2000) discorda de Tschudi (2006) no que tange ao cultivo da terra pelos botocudos. Segundo o francês, não se pode comparar o grau de civilização dos botocudos com outras tribos, como os *Malalis*, tendo em vista que os botocudos "[...] ainda não se

habituaram a cultivar o solo; vivem da caça e da pesca, das raízes e frutos que encontram nas matas e nas montanhas" (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 254-255 – Original publicado em 1837).

São também os índios botocudos personagens que aparecem na narrativa de Alexander Caldcleugh por Vila Rica. Ele afirma que os índios que vivem à dezoito léguas de lá, às margens do Rio Doce, são os mais selvagens de todas as tribos que habitavam a região. Pois, enquanto a maioria delas foi consideravelmente reduzida, os botocudos seguiam exibindo "animosidade resoluta contra os portugueses" (CALDCLEUGH, 2000, p. 134 – Original publicado em 1825).

Ele esclarece ainda que além dessa tribo que habita o Rio Doce, há outra às margens do Jequitinhonha, no distrito Diamantífero e, que, embora haja semelhanças entre eles, como o uso dos discos de madeira nos lábios inferiores e orelhas, são tribos completamente distintas, inclusive em seu dialeto (CALDCLEUGH, 2000, p. 134 – Original publicado em 1825). Auguste de Saint-Hilaire corrobora a perspectiva de Caldcleugh (2000), ao afirmar que:

> Os enormes pedaços de pau que os botocudos trazem nas orelhas e no lábio inferior são os sinais característicos que os distinguem dos outros índios. Todos os que usam esses bizarros ornamentos falam o mesmo idioma, e tem mais ou menos os mesmos costumes; mas não constituem um corpo nacional unido por um governo comum. A nação era dividida em tribos, que tem cada qual um chefe independente, e compreendem cerca de cinquenta a cem guerreiros, sem contar as mulheres e crianças (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 251 – Original publicado em 1837).

Relato sobre a aparência dos Botocudos também aparece na obra de Oscar Canstatt. Nele, o alemão, caracteriza como horrível a aparência dos adornos usados pelos indígenas e reforça que, apesar da agressividade, é uma tribo com pouca aquisição cultural (quando observada do ponto de vista do europeu, por certo).

> Os botocudos estão num grau de cultura extremamente baixo e suas cabanas não são mais que abrigos deficientes; algumas folhas de palmeira enterradas em círculo no chão, com as pontas amarradas em cima, no modo mais primitivo das cabanas de folhas, serviam-lhes antes de habitação. Recentemente aperfeiçoaram um pouco mais sua construção, porque devido ao contato com os brasileiros adquiriram machados. Não prestam também muita atenção à cultura da terra, contentando-se com o que esta lhes dá espontaneamente. Palmito, mel e raízes silvestres é tudo o de que precisam para alimentar-se; no máximo plantam um pouco de milho, feijão e abóbora (CANSTATT, 2002, p. 107 – Original publicado em 1877).

Também guiado pelo mesmo entendimento sobre os indígenas no Brasil, o barão de Eschwege (2002, p. 71 – Original publicado em 1818) afirma que as tribos são variadas e "habitam todas as províncias do Brasil com maior ou menor densidade, escolhendo, preferencialmente, as matas mais fechadas para viver". O alemão classifica-os um estágio cultural primitivo, sendo que, poucos assimilam algo da "civilização". O grau de "civilidade" também pode variar, desde o mais primitivo "totalmente nu e antropófago, dos botocudos", até os índios guaicurus, cavaleiros que habitam os pampas, e que vivem na fronteira de Mato Grosso com o

Paraguai. Algumas tribos, segundo o barão, inclusive miscigenaram-se tanto com os europeus que esqueceram sua língua e costumes.

Entre algumas das nações indígenas conhecidas e catalogadas por Eschwege (2002, p. 75-76 – Original publicado em 1818) estão: os *paraíbas*, habitante das margens do Rio Paraíba e já bastante reduzidos em razão da ocupação daquela área, bem como, do intendo fluxo migratório na região; os *coropós*, habitantes do entorno do Rio Pomba, considerados mais civilizados que os demais e, inclusive, cristãos; os coroados, vivem à margem do Rio Xopotó, embora bastante rudes, convivem pacificamente com os portugueses; os *puris*, selvagens e inclinados para a guerra, ocupam a região que se estende até a margem direita do Rio Doce. Vivem em guerra com os coroados ao sul, os *botocudos* ao norte e os portugueses ao oeste. Por fim, os botocudos, antropófagos e habitantes das matas entre os rios Doce e Jequitinhonha. O alemão relata ainda sobre a existência dos índios *Pataxós*, *Maconis*, *Penhames* e *Menhans*, nações habitantes de Minas Novas, que convivem com os portugueses e servem nas guerras contra os botocudos.

Eschwege (2002, p. 120 – Original publicado em 1818) esboça ainda uma tentativa de aproximação entre as nações indígenas por ele conhecidas, afirmando que não se pode negar que haja uma "única raça-origem", mas, ele afirma que, "quando estudados em maior detalhes, encontra-se uma grande diversidade".

Kotte (1855), viajante alemão que esteve na região do Mucuri em meados de 1850, também sinaliza para a diversidade das tribos indígenas da região, afirmando que as diversas denominações atribuídas a eles, na verdade, correspondem a um mesmo grupo, os *Botocudos*:

> Em tempos remotos, as regiões atravessadas pelas águas do Mucuri eram habitadas por índios, e os

> nomes atribuídos a eles – aranãs, bugres, tucunas, xiporoques, crenaques são em todo o caso apenas as denominações das mesmas tribos, que, na verdade, vivendo mutuamente em constante guerra, pertenciam a uma e a mesma família, conhecida pelo nome de Botocudos (KOTTE, 1855, p. 79-80).

Ele explica que as semelhanças verificadas entre os indivíduos dessas tribos residem, principalmente, em sua língua e dialetos comuns. E descreve as características dos nativos, que são denominados de "bugres" pelos brasileiros e de "selvagens" pelos alemães:

> Eles não têm armas de fogo e usam apenas arco e flecha, que não é envenenada, para a caça e para a guerra. Eles são muito medrosos, mas traiçoeiros, de modo geral inclinados à civilização. São muito pouco conhecidos, e os primeiros colonos de São Leopoldo tiveram de lutar com eles, e assim eles, evitando os colonos, recuaram-se cada vez mais para o interior. Suas insídias e covardia são em todo o caso mais uma consequência dos maus tratos parcialmente dispensados a eles, já que ainda se atacam pessoas pobres como se fossem selvagens. Acuados entre o Rio Doce Jequitinhonha e o mar, à mercê e dependentes de uma ou outra raiz (plantas), e vivendo do lucro da caça, que é pequeno por causa da imperfeição de suas armas, os indígenas, em sua maioria, são subjugados, e estabeleceram-se em moradias fixas. Pode-se afirmar, com toda razão, que os índios que vivem aqui tendem à civilização, e a ideia de que há um botocudo selvagem atrás de cada árvore, esperando por um branco, para atacá-lo e fazer da carne de sua vítima uma iguaria (prato), é apenas uma fábula, que dispensa qualquer explicação: estabeleceu-se (tal fábula) há vinte ou trinta anos, mas

> ela facilmente se desfaz ao se investigarem as causas das diferentes invasões dos selvagens nas casas dos brancos (KOTTE, 1855, p. 80).

Kotte (1855) procura desmistificar a agressividade atribuída aos indígenas pelos brancos. O alemão justifica seu comportamento em razão do tratamento dispensado a eles, acuando-os e obrigando-os a lutar pela sobrevivência. Interessante destacar a observação feita no texto, quanto à sua "inclinação à civilização", o que reforça o julgamento do europeu sobre o indígena, que o considera selvagem e não-civilizado.

O negro, por sua vez, na condição de escravo, assumia posição quase sempre desprivilegiada nos relatos de viagem. Ainda que alguns estrangeiros condenassem os maus-tratos para com os mesmos, sua posição de escravidão poucas vezes fora questionada. Tschudi (2006, p. 78 – Original publicado em 1866/1869) afirma, por exemplo, que apesar de discordar de tratamento abusivo e condenar os maus-tratos com os negros vendo a escravidão como uma "maldição para qualquer país onde ainda vigora, sem levar em conta as terríveis consequências morais e a má influência que exerce no organismo da nação", entende que a rigidez no trato com eles deve ser mantida. Isso porque, é preciso entender seu "caráter e natureza".

Houve os que julgassem, entretanto, que "o tratamento que eles [escravos] recebem está longe de ser severo. Às vezes acontece de um escravo cair nas mãos de um homem pobre e, como um cavalo nas mesmas circunstâncias na Inglaterra, tem de trabalhar mais e é tratado de maneira muito pior" (CALDCLEUGH, 2000, p. 76 – Original publicado em 1825).

De modo semelhante, o também inglês Richard Burton (1983) afirma que o escravo no Brasil recebia um "tratamento

excepcionalmente humano", em que não havia espaço para a crueldade:

> Passarei agora a considerar se a raça, o clima, a religião ou o estado social, ou os três fatores combinados, deram origem ao tratamento excepcionalmente humano do escravo no Brasil. Mas posso assegurar que em nenhuma outra parte, mesmo nas terras do Oriente, tem o "rude jugo" tão pouco fel. Minha experiência jamais me revelou um só caso de crueldade exercida sobre escravos e somente ouvi falar de uma severa sova (BURTON, 1983, p. 362, v. 1).

Não bastasse comparação tão preconceituosa, feita por Alexander Caldcleugh (2000 – Original publicado em 1825), o viajante segue elencando argumentos que, segundo ele, comprovam o tratamento "pouco severo": deixou de ser crime no Brasil os africanos conversarem em sua língua nativa; os negros passaram a ser marcados com um carimbo de prata e não mais de ferro, o que segundo o inglês, diminui bastante sua dor. A "procriação" dos negros não é controlada embora as crianças valham pouco, pois, demoram muito tempo para render retorno aos seus donos.

Burton (1983) também esclarece os motivos pelos quais ser escravo no Brasil não era uma condição permeada pelo sofrimento, ao contrário, os negros em seu relato, teriam direitos garantidos, semelhantes aos desfrutados por homens livres:

> O escravo no Brasil tem, pela lei não escrita, muitos dos direitos de um livre. Pode-se educar e é mesmo incentivado a isso. É regulamente catequizado e em todas as grandes plantações há um serviço religioso diário. Se atacado em sua vida ou em algum membro,

> pode-se defender contra o seu senhor ou qualquer branco, e um proprietário demasiado áspero ou o feitor correm sempre um risco considerável de não morrer na cama. É casado legalmente e a castidade de sua mulher defendida em relação ao seu proprietário. Teme pouco ser separado de sua família: os instintos humanos e os princípios religioso do povo são fortemente opostos a esse ato de barbaridade. Tem toda a possibilidade de tornar-se livre: a libertação é tida como dever católico. As comunidades de padres se envergonham de manter escravos. Sempre que há uma guerra o africano é resgatado e mandado para bater-se, lado a lado com os recrutas brancos. Um antigo costume permite-lhe comprar sua liberdade pelo trabalho e empregar sua propriedade na libertação da mulher e dos filhos (BURTON, 1983, p. 363, v. 1).

Para Caldcleugh (2000), "os brasileiros costumam libertar seus escravos, mas, a julgar pelos efeitos costumeiros da alforria, o negro estaria melhor nos grilhões da escravatura. Os negros livres são geralmente preguiçosos, cheios de vícios e desordeiros" (CALDCLEUGH, 2000, p. 78 – Original publicado em 1825).

E completa, afirmando que os feitos da alforria são pouco benéficos para os escravos porque eles não têm condições de sustentarem-se por conta própria. Sendo assim, antes de libertá-los o Brasil deveria ter certeza que o negro pode se manter como um "respeitável membro da sociedade", para isso, o primeiro passo deveria ser dar-lhes um "senso de religião", aliada à algum tipo de educação simples, porém, necessária à eles (CALDCLEUGH, 2000, p. 79 – Original publicado em 1825).

Preocupação semelhante com o destino dos escravos libertos também aparece no relato de Binzer (1982 – Original publicado em 1887). A educadora alemã que trabalhou e viveu no Brasil em casas

de famílias abastadas no Rio de Janeiro e em São Paulo e, em Minas Gerais, visitou a cidade de São João d'El Rey, afirma que os escravos não teriam um destino adequado e trabalho assalariado assegurado após a alcançarem sua liberdade:

> Na Alemanha ignoram-se quase totalmente as condições internas do país e muita gente imagina (eu também julgaria dessa forma se estivesse aí) que depois de libertos, a maioria dos pretos continuará nas fazendas de seus atuais proprietários, trabalhando como pessoas livres e bem remuneradas, tendo aprendido na luta pela vida a ser tornar úteis e competentes (BINZER, 1982, p. 172 – Original publicado em 1887).

Ela pondera que, ao contrário dos Estado Unidos, onde os negros assumiram postos de trabalho como homens livres, no Brasil isso não aconteceu. Principalmente porque, "[...] os pretos daqui não adquiriram conhecimentos" e, além disso: "O norte-americano respeita o trabalho e o trabalhador: ele próprio assume a direção dos trabalhos e toma parte em qualquer serviço, sem nenhum constrangimento, e se despreza o preto é apenas por julgá-lo inferior" (BINZER, 1982, p. 172 – Original publicado em 1887).

Essas ideias compartilhadas por Caldcleugh (2000), Binzer (1982 – Original publicado em 1887) e por tantos outros viajantes, são, segundo Leite (1997), estereótipos reforçados por eles e que foram introduzidos e bem aceitos entre a sociedade brasileira da época. Assim, falas que apontavam para a brandura da escravidão no Brasil, bem como, a necessidade de sua manutenção enquanto instituição civilizadora que corrigiria a indolência e a imoralidade inerente à raça negra, ou ainda que, por incapacidade os negros não

poderiam manter-se como homens livres, faziam-se presentes nos relatos com frequência.

Existiam, por certo, algumas contradições. Caldcleugh (2000) mostrava-se contrário ao tráfico negreiro e acreditava que a prática deveria ser interrompida ou severamente regulamentada para garantir a melhoria progressiva da "raça negra". Salienta que, a proibição do tráfico que já ocorrera em diversos países desde o século XVIII, inclusive decorrente da proibição feita pela própria Inglaterra da comercialização no Atlântico Norte, ainda não fora acatada no Brasil (CALDCLEUGH, 2000 – Original publicado em 1825). Isso somente ocorreria no final do século XIX, 1850 com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que proibiria o comércio de negros para o Brasil.

G.W. Freireyss (1982) também compartilha da opinião que, alforriar os escravos tornar-se-ia uma opção mais penosa que libertadora para os negros. O alemão afirma que, embora a liberdade seja o desejo dos filantropos preocupados com a condição do negro, sua estada no Brasil mostrou-lhe que essa, nem sempre, é a melhor opção que o destino lhes reserva, deixando-os infelizes depois de terem deixado seus senhores:

> Pela escravidão perderam o sentimento de conservação própria; havia anos que já não tinham de cuidar de suas necessidades e as ideias de prosperidade, já bastante resumidas aos negros, estavam completamente apagadas. E verdade que não falo aqui dos poucos que por diligência e trabalho próprio alcançaram a sua liberdade, mas da parte muito maior dos que pela morte dos seus senhores, por promessa ou por filantropia um tanto tardia, na hora da morte, tinham sido libertados. A liberdade é a grande mola que aciona todos os seres e no mais lato grau do homem; é por isso também extremamente

> raro que o escravo, verdadeiramente bem tratado, abandone a casa do senhor morto. Em geral sem conhecimentos, quase sempre sem dinheiro e no turbilhão de suas paixões, que acordam mais fortes na liberdade, por terem sido reprimidas por tanto tempo, entra a gora o libertado no mundo e em poucos dias ele está completamente mudado (FREIREYSS, 1982, p. 136).

Ele ressalta ainda, que não é viável ao Brasil que liberte todos os escravos de uma só vez, afinal, não seria possível lidar com toda essa massa de gente que é "decerto 8 vezes mais numerosa do que a dos brancos", justamente pelo fato de ficarem "sem controle" após alcançarem a liberdade (FREIREYSS, 1982, p. 136).

Evidentemente, as questões envolvidas no tocante à suspensão do tráfico de escravos ou na "brandura" com que eram tratados no Brasil, avançavam para além do debate humanitário, embora esse argumento também seja observado entre alguns viajantes. O próprio Freireyss (1982, p. 135), vale-se de argumentos humanistas para sustentar seu ponto de vista: [...] são aqueles traficantes que arrancam os infelizes escravos da sua pátria que merecem o desprezo e a reprovação do mundo inteiro. A abolição do tráfico será, por isso, ainda mais desejável pelo filantropo do que a própria escravidão".

Outros argumentos, de caráter menos humanista, também são levantados pelos viajantes. Kidder e Fletcher (1941, p. 146, v. 1 – Original publicado em 1845), afirmam que o trato cuidadoso dispensado aos escravos, não se devia a nenhum sentimento de piedade, mas sim, ao elevado valor das "mercadorias" quando do fim do tráfico. Aumentaram-se, segundo os autores, "os motivos egoístas para se tomar maior cuidado com os mesmos".

A abolição traria além disso, segundo alguns viajantes, consequências negativas para a economia do país, tendo em vista, os impactos da ausência dessa mão-de-obra que há muito se faz presente no território brasileiro. Tschudi (1980) afirma que seria esse o único acontecimento a levar o Brasil à ruína, caso, o Estado não esteja devidamente preparado para suprir a ausência dessa mão-de-obra.

Carlos Augusto Taunay, autor de *Manual do Agricultor Brasileiro*, publicado em 1839, também enxerga a escravidão como atividade determinante para o sucesso ou, pelo menos, para a manutenção da agricultura no país. E afirma:

> [...] Nossa agricultura, já tão decaída, não aturaria no momento atual nem a libertação dos pretos, nem mesmo a real cessação do tráfico; portanto, em vez de querermos sanar o mal, cuja extirpação levaria consigo a existência, o nosso trabalho deve limitar-se a mitigar os seus piores efeitos, e preparar os meios à gerações futuras para se poderem livrar sem perigo da praga social com que nossos geradores nos dotaram (TAUNAY, 2001, p. 54 – Original publicado em 1822).

Segundo o francês, basta somente "[...] examinar o modo de tirar melhor partido possível de uma situação obrigatória" (TAUNAY, 2001, p. 54 – Original publicado em 1822). Eschwege (1979) também pondera em tom alarmante sobre o fim da utilização da mão-de-obra escrava no país:

> Necessariamente, o comércio, a indústria e a agricultura entrarão em declínio. Em consequência, a receita do Estado diminuirá enormemente, os preços

> dos gêneros de primeira necessidade atingirão alturas vertiginosas e todas as instalações de mineração, assim como as fábricas e as culturas, não terão remédio senão suspender as suas atividades. Assim, a miséria acossará a todos, sem exceção (ESCHWEGE, 1979, p. 267, v. 2 – Original publicado em 1833).

Felizmente, Eschwege (1979 – Original publicado em 1833) fala no início do século XIX e suas previsões não se concretizariam tendo em vista que a abolição somente ocorreria muitas décadas depois, quando alternativas viáveis para a substituição da mão-de-obra escrava já estavam em pleno andamento, com a imigração europeia para o Brasil.

A todo o tempo nos relatos, o europeu se coloca na condição de superioridade racial frente aos habitantes locais, especialmente negros. Em certa ocasião, próximo à Sorocaba, à caminhos de Minas Gerais, Spix e Martius (1981) se depararam com a tentativa de cura de um escravo por meio de técnicas incomuns, associadas, inclusive, à feitiçaria. Após deixarem o local, os viajantes comentam:

> Esta experiência pareceu-nos confirmar a opinião, pela qual o fisiólogo é levado a crer, e por muitas outras razoes, que o europeu é superior aos homens de cor pela intensidade da vida nervosa, e supera de modo todo específico, tanto somática como psiquicamente, as demais raças. Já foi observado por diversos autores talentosos que algumas raças, embora organizadas de modo idêntico, são, entretanto, qualificadas mais ou menos perfeitamente em diferentes sentidos, e que o europeu compensa as faculdades físicas inferiores com um desenvolvimento superior dos órgãos e forças intelectuais. Se, por exemplo, o homem da raça caucásica é de fato inferior ao negro em mobilidade e

> potência sexual, ao indígena americano em constituição robusta e vigorosa, em força muscular, resistência e longevidade, e a este, como ao mongólico, em agudeza do sentidos; todavia, ele supera a todos em beleza do corpo, em precisão simétrica das proporções e atitude, e no desenvolvimento moral livre, independente e universal do espírito (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 164, v. 1 – Original publicado em 1823/1831).

De modo semelhante, Rugendas (s. d.) exalta a superioridade do branco sobre o negro, entendida por ele como "orgânica" e que vai muito além da aparência "exterior" manifestada através da cor da pele ou do tipo físico:

> Ademais, a verdadeira superioridade dos brancos sobre os negros não é unicamente exterior. Em se tratando, por exemplo, de instrução, encontram-se, não somente na América mais ainda na Europa, milhares de brancos que não são tão bem-educados quanto inúmeros negros, e às vezes mesmo o são bem menos. Trata-se antes, de uma superioridade intrínseca e orgânica; ela cria, em suma, entre o negro e o branco, o mesmo tipo de relações existentes entre uma mulher e a criança com referência ao homem. É o que se observa principalmente no magnetismo animal exercido pelo branco sobre o negro. Essa superioridade talvez se explique por uma maior intensidade de sistema nervoso, por uma maior atividade de suas funções, uma harmonia mais perfeita em todas as circunstâncias da vida; pelo menos partindo de fatos conhecidos, podemos concluir pela existência dessas qualidades a nosso favor. Todos os dias ocorrem coisas que, abstração feita da vantagem da civilização, provam uma superioridade real e física do branco sobre o negro,

> que este é o primeiro a reconhecer (RUGENDAS, s. d., p. 120-121).

A inferioridade tanto física como intelectual do negro também é pormenorizada por Taunay (2001), o que, segundo o francês, bastaria para justificar sua condição de submissão pelo branco, relegando aos homens de cor, os lugares mais "ínfimos" da sociedade:

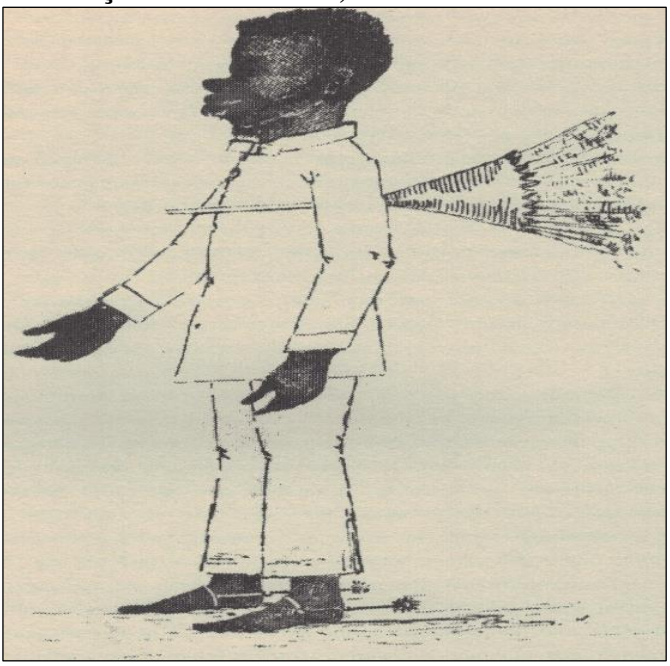
> A inferioridade física e intelectual da ração negra, classificada por todos os fisiologistas como a última das raças humanas, a reduz naturalmente, uma vez que tenha contatos e relações com outras raças, e especialmente a branca, ao lugar ínfimo e ofícios elementares da sociedade. Debalde procuram-se exemplos de negros cuja inteligência e produções admiram. O geral deles não os parece suscetível senão do grau de desenvolvimento mental a que chegam os brancos na idade de quinze a dezesseis anos (TAUNAY, 2001, p. 52-53 – Original publicado em 1822).

Outro viajante que subjuga a condição do negro no Brasil era o Visconde Ernest de Courcy. Diz em seu relato a caminho de Minas Gerais que desde que chegou ao Brasil, chamou-lhe a atenção "a dignidade da população e mesmo dos negros", sendo que nenhum deles havia lhe estendido as mãos para pedir-lhe esmolas. Ademais, eles são, em sua perspectiva indivíduos "polidos" para sua condição, embora, não deixem de se aproveitar de algumas situações. Ao contrário de outros estrangeiros que apontam a indolência, a preguiça e o mau caráter como característica impreterível do brasileiro, Courcy (1999) procura amenizar essa condição:

> [...] Por exemplo, se um brasileiro pode extorqui-lhe dinheiro por uma combinação comercial qualquer, ele não deixará de fazê-lo. Para ele pé uma guerra justa. No fundo, não é assim um pouco de toda parte? Quando ao negro, ele é mesmo um pouco ladrão, mas qual é o país onde o estrangeiro se encontra ao abrigo de algumas rapinas? (COURCY, 1997, p. 68 – Original publicado em 1889).

Não são raras as vezes em que o negro é menosprezado e satirizado no relato do francês, tanto no texto como nas poucas ilustrações que o acompanham, a imagem do negro é quase uma caricatura, como se observa na Figura 10:

Figura 10 - Negro que acompanhou Courcy nas funções de mordomo, camareiro e cozinheiro



Fonte: Courcy (1997).

Ao descrever cena em que um proprietário de terras segue em caravana com sua família, a caminho de Vila Rica, seguido por numerosos empregados "negros como toupeiras", ele emenda em tom absurdamente racista:

> As negras estão como amazonas no dorso de mulas com saias longas e a cabeça coberta por lenços de cores vistosas. Nada de mais grotesco que essas sérias figuras de macacos assim postas em suas montarias de longas orelhas e vestidas à europeia. Parece-me assistir a um carrossel cômico do circo dos Champs-Elysées [...] (COURCY, 1997, p. 72 – Original publicado em 1889).

Entre os relatos que mais degradam o negro, está provavelmente, de Robert Walsh, que retrata detalhadamente em *Notícias do Brasil* as condições de vida e trabalho dos escravos. Não sem rebaixá-los ao máximo. Ao comparar como eles se comportam e se apresentam em diversas situações sociais, conclui que, sua cor não é mais que "um acidente" que afeta somente seu exterior. Talvez por sua posição como pastor, procura olhá-los com olhos de compaixão, mas, não deixar de julgá-los com postura atroz:

> [...] pude observar um negro africano sob os quatro aspectos da sociedade. Pareceu-me que em cada um deles seu caráter dependia da situação em que se encontrava e da consideração que tinham com ele. Como um escravo desprezado, era muito inferior aos animais de carga que o cercavam; mais miserável na sua aparência, mais repulsivo na sua nudez, mais aviltado em sua pessoa e aparentemente menos dotado intelectualmente do que os cavalos e mulas que passavam por ele. Subindo a escala até o grau do soldado, o negro era cuidadoso com sua higiene

> pessoal, acessível à disciplina, hábil em seus treinamentos, com o porte e a constituição de um homem branco na mesma situação. Como cidadão, chamava a atenção pela aparência respeitável e pelas maneiras decentes que apresentava na posição social em que se encontrava. E como padre, na casa de Deus, designado para instruir a sociedade a respeito de seus interesses mais importantes e num grau em que se requer aptidão moral e intelectual e se espera um certo grau de superioridade, ele parecia até mais sincero em suas ideias, e mais correto em suas maneiras, do que seus companheiros brancos. Por isso, cheguei à incontestável conclusão de que a cor da pele era um acidente que afetava apenas o exterior de um homem e que não estava mais relacionado com suas qualidades do que suas roupas; que Deus tinha igualmente criado o africano à sua imagem e igualmente dado-lhe uma alma imortal, e que o europeu não tinha nenhuma razão, a não ser a sua própria cobiça, para cruelmente arrancar seu semelhante dessa posição determinada pelo Todo-Poderoso, colocando-o abaixo dos animais irracionais (WALSH, 1985, p. 73, v. 1 – Original publicado em 1830).

Em outra ocasião, ao conhecer uma escrava em uma venda a caminho de Minas Gerais, descreve-a como um tipo menos "especial" de sua raça, com atributos físicos e intelectuais adquiridos em razão da região do continente africano de onde foi trazida ao Brasil, Moçambique:

> É notável que os negros mais valorizados são aqueles que são de cor mais escura, e nascem mais próximos do Equador. Eles são os maiores e mais fortes pessoalmente, os mais ativos em movimento e, os mais inteligentes em compreensão. Enquanto que,

> quando se aproxima mais do sul, a raça se degenera e há uma deterioração gradual das faculdades tanto do corpo como da mente, também quando a cor é menos preta e mais avermelhada (WALSH, 1830, p. 23, v. 2).

Oscar Canstatt (2002 – Original publicado em 1877(?)), agrônomo alemão anteriormente mencionado, revela seu desprezo pela raça negra e atribui ao seu comportamento e à aparência física a má impressão causada por eles aos europeus:

> De resto, a impressão causada pela presença do grande número de negros, sobre o europeu recém-chegado ao Brasil, não é agradável, e só dificilmente ele se habitua à sua convivência. Muitos exemplares e raças são realmente duma fealdade incrível, outros ficam supinamente cômicos com as roupas da moda, e são eles, sobretudo, que nas cidades e de mais povoações dão ao país o cunho exótico. Ademais, os sons de seus dialetos enchendo e ferindo os ouvidos com suas notas peculiares parecem mais de animais que de homens (CANSTATT, 2002, p. 100 – Original publicado em 1877).

E emenda:

> Com a mistura dos brancos, negros e índios surgiu uma série de mestiçagens, a que se deram todos os nomes possíveis. Há mulatos, mestiços, crioulos e curibocas. Os brasileiros chamam em geral cafuzos os mestiços de cor mais escura, sobretudo os descendentes de índios. Sua feição mais estranha é a prodigiosa cabeleira que se ergue por cima da testa como enorme parede, dando à cabeça um aspecto disforme. Os cabelos são crespos nas pontas e tão

> emaranhados uns nos outros que não se pode pensar em limpá-los por meio de um pente (CANSTATT, 2002, p. 101 – Original publicado em 1877).

O alemão retrata também a mulher negra em sua obra, de modo extremamente preconceituoso associando a ela, imagem sexualizada e servil como era oportuno entre os europeus (Figura 11).

Figura 11 - Mulher negra representada na obra de Oscar Canstatt



Fonte: Canstatt (2002).

Souza (2014, p. 101) afirma que esse olhar que "retrata o negro e o escravo do alto de uma varanda senhorial" são reflexos da consciência, do preconceito e dos temores de quem a habita. Essencialmente o autor está se referindo às elites, embora, Boaventura Leite (1996, p. 229) evidencie que havia uma "simbiose" entre o pensamento disseminado pelos viajantes e aquele incorporado pelas elites. Isso ocorreu, segundo a autora porque: "No momento em que o pensamento europeu dominava as elites intelectuais brasileiras, a concepção de raça e classe, tal qual aparece nos viajantes, só servia para reforçar a situação social de fato".

Conterrâneo do anteriormente mencionado Tschudi (1980), o também suíço, mas que residia nos Estados Unidos e atuava como professor de História Natural em Harvard, Jean Louis Rodolphe Agassiz, veio ao Brasil acompanhado de sua esposa, Elisabeth Cary Agassiz e percorreu o Brasil e as Minas Gerais entre os anos de 1865 e 1866. A obra conjunta, *Viagem ao Brasil*, que retrata a passagem do casal por diversas províncias brasileiras, aborda com críticas a escravidão. Na ocasião do trajeto entre Rio de Janeiro e Juiz de Fora, afirmam os viajantes que o governo Imperial tem cuidado para afastar os negros de trabalhos públicos, "revelando uma tendência para a emancipação" (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 82 – Original publicado em 1869).

Segundo eles, a abolição não seria para o Brasil um problema tão grande quanto fora para os Estados Unidos, pois, observa-se que essa questão é bastante discutida em diversas classes da sociedade (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 82 – Original publicado em 1869). Entretanto, chama a atenção dos viajantes o trabalho exaustivo realizado pelos negros nas cidades:

> Os escravos, pelo menos nas cidades, são verdadeiras bestas-de-carga. Móveis pesados, planos, aparadores, malas pesadas, barricas empilhadas umas sobre

> outras, tudo isso, até caixas de açúcar e sacas de café de mais de cem libras de peso, é transportado nas ruas na cabeça dos pretos. Por causa disso, esses infelizes ficam ealizaemente com as pernas entortadas; não é raro vê-los, na força da idade, curvados inteiramente ou estropiados, e podendo a custo andar com um pau na mão. Em boa justiça, deve-se acrescentar que tal prática, tão chocante para o estrangeiro, vai diminuindo. Alguns anos atrás, segundo nos dizem, não se podia encontrar uma carroça para fazer uma mudança: fazia-se na cabeça (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 83 – Original publicado em 1869).

Tamanha crueldade, afirmam o casal, seria por vontade do Imperador D. Pedro II banida do Império imediatamente, se de seu esclarecimento e humanidade dependessem essa decisão, "mas se é por demais sensato para deixar de reconhecer que todas as grandes mudanças sociais devem ser progressivas" (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 83 – Original publicado em 1869).

Findado o comércio e abolida a escravidão, acabar-se-ia com cenas que, frequentemente, povoaram o imaginário e os relatos dos viajantes, como constatado na obra de Thomaz Marie Hippolyte Taunay:

> O comércio de escravos é um dos mais lucrativos; ao deixar os navios negreiros, eles se ajuntam em lojas, onde estão expostos no leilão com um simples pedaço de linho para as partes naturais: é um show triste e repugnante essa reunião de corpos pretos, onde apenas se distingue o branco do olhos e dentes. A maioria são esqueletos verdadeiros, mal nutridos, e a hora da libertação para eles é aquela em que são vendidos; embora desde o navio negreiro eles saibam que serão comprados apenas para serem devorados

> (TAUNAY, 1824, p. 60-61 – Original publicado em 1822).

Nem sempre associando a escravidão a prática repulsiva, e considerando-a um "mal necessário" ao orientar os imigrantes alemães no Brasil quando a escolha de seus negros, Friedrich von Weech, cita leis que defendem o escravo contra os maus tratos de senhores "desumanos" e "cruéis" mas, não condena a prática, tendo em vista que, o imigrante europeu não suportaria realizar o trabalho pesado devido ao clima hostil. Segundo o alemão,

> é um erro, mesmo entre os homens instruídos, acreditar que o europeu, durante sua permanência no clima quente dos trópicos, pode se sujeitar ao mesmo trabalho até agora efetuado pelos negros. [...] esses homens, entregues ao trabalho pesado desde a juventude, perderam suas forças após alguns anos, limitando-se ao cultivo de gêneros alimentícios de primeira necessidade (WEECH, 1992, p. 103 – Original publicado em 1828).

Além disso, o autor elenca algumas consequências negativas do fim do comércio intercontinental de escravos, imposto pela Inglaterra, com vistas a tornar mais competitivo o preço do açúcar produzido em suas colônias nas Antilhas, que não mais podia se beneficiar da mão-de-obra escrava. Entre essas consequências, figuravam, primeiramente, a ausência de mão-de-obra suficiente no país para substituir a escrava, tanto nas lavouras, quanto, futuramente, nas fábricas. Acredita o alemão que, com a proibição do tráfico negreiro, algumas modificações importantes serão necessárias, possivelmente "[...] os negros serão mais bem tratados,

e o governo será levado a fomentar a imigração europeia de todas as maneiras" (WEECH, 1992, p. 104 – Original publicado em 1828).

Ao imigrante alemão, ao qual seu trabalho é destinado, Weech (1992) orienta que algumas características sejam observadas para o pleno sucesso da compra de escravos. Deve-se observar nos homens, "[...] a idade, os bonitos dentes brancos, a uniformidade da cor da pele e os músculos fortes. Na compra de mulheres, muitos dão preferência às que já foram mães, para ter certeza de sua fertilidade" (WEECH, 1992, p. 93 – Original publicado em 1828).

Alerta ainda, para o fato de que a magreza e a sarna não devem ser determinantes no momento da compra, pois, são consequências temporárias da penosa viagem até o Brasil. É preciso atentar-se somente à saúde do escravo e seus "defeitos orgânicos ocultos, sobretudo à frequente predisposição para a catarata". Sugere ainda que o agricultor dispense a "beleza" como atributo de seus escravos, tendo em vista que, no campo, isso é dispensável. Ademais, deve-se priorizar características como a "baixa estatura", uma vez que, esses "trabalham melhor, resistem mais e necessitam de menos alimento, e não custam nem a metade dos outros" (WEECH, 1992, p. 93 – Original publicado em 1828).

Para finalizar, o alemão pede atenção dos colonos no momento da compra, para evitar eventuais trapaças, como a venda de negros "depravados e irrecuperáveis" vindos de outras províncias do Brasil. É preciso, portanto, segundo ele, estar atento aos anúncios feitos em jornais, que geralmente agrupam os negros da seguinte maneira:

1. Mulatos ou de cor. Inteligentes, aprendem com facilidade, são hábeis e apresentáveis, embora sejam orgulhosos, temperamentais, vingativos e propensos a vícios;

2. Crioulos ou negros nascidos no Brasil. São espertos e principalmente habilidosos para todos os trabalhos; às vezes são leais e honestos; normalmente são preguiçosos, traiçoeiros e depravados. Aqui tudo depende de sua educação e do exemplo que lhes foi dado pelo seu senhor;
3. Ladinos. Assim são chamados os negros que estão preparados para compreender alguma coisa da língua portuguesa, que se fazem entender e que são ensinados para o serviço da casa ou para o trabalho na plantação. Estes, se tiverem vindo recentemente de suas pátrias, podem ainda ser educados e libertados de algum mau hábito (WEECH, 1992, p. 94 – Original publicado em 1828).

Weech (1992, p. 95 – Original publicado em 1828) pede atenção e paciência dos colonos durante os primeiros meses com seus escravos, pois, dependerá disso o fato de se tornarem bons ou ruins. Embora, todos, sem exceção, na opinião de Weech, sejam indolentes e tenham inclinações para o roubo e uso de bebidas alcoólicas. Não se pode também realizá-los, pois, é preciso tempo para que se acostumem aos trabalhos que exigem esforço e raciocínio, uma vez que, possuem "aversão a qualquer ocupação séria e penosa".

É preciso ainda, acostumá-los a obedecer prontamente e a se satisfazer com o que lhes é dado, "[...] um chamamento ou sinal do senhor devem ser suficientes para que eles se apressem a atender às ordens e a executá-las o mais rápido possível" (WEECH, 1992, p. 94 – Original publicado em 1828).

O trabalho árduo, segundo Weech (1992, p. 97), valerá a pena, visto que, os resultados de uma boa educação chamam logo a atenção e, quando realizado com "negros-novos" pode-se alcançar

essa condição em poucos meses. Certo do sucesso da empreitada, o alemão afirma enfaticamente que:

> Seria um equívoco pensar que os escravos brasileiros são infelizes. A semelhança do clima e do modo de vida os leva a esquecer com facilidade sua terra natal, e só alguns poucos se alegram com uma sombra de liberdade. São, em resumo, tratados com benevolência, bem alimentados, vestidos e de forma alguma sobrecarregados com trabalho excessivo. A grande quantidade de feriados durante o ano permite que descansem o suficiente do fardo do trabalho, e quem os vê nesses dias, entregues, através do canto e da dança, ao sentimento de alegria com que a rica natureza os presenteou, ficará convencido de que em seu peito mora mais contentamento do que talvez no de seus ricos e considerados senhores (WEECH, 1992, p. 98-99 – Original publicado em 1828).

Também munido da certeza de que o tratamento conferido aos escravos no Brasil era digno, ainda que não de modo unânime em todas as propriedades, mas, em boa parte delas, estava o francês Francis de Castelnau (1949 – Original publicado em 1850/1857). Em visita à propriedade rural nos arredores da cidade de Paraíba do Sul em 1843, ele observa o bom tratamento dispendido pelo proprietário, sr. Andrada, aos quase duzentos escravos responsáveis pelas intermináveis plantações de café e cana-de-açúcar:

> [...] Ficamos sabendo que, a despeito do bom tratamento dispensado aos escravos nesta fazenda, o número deles decrescia anualmente numa proporção de cinco por cento. A maioria das crianças morre de moléstias diversas entre quatro e dez anos de idade, explicando-se o *déficit* de natalidade em relação aos

> óbitos, pelo número menor de mulheres do que de homens. Um escravo nascido e criado na fazenda vale mais do que um negro trazido da África; este, porém, é preferível a um crioulo que tenha passado por vários senhores. O sr. Andrada mostrou-nos sua propriedade com todo pormenor; levou-nos a ver seus engenhos, que são bem montados e providos de máquinas movidas a água, coisa que ali existe em abundância. As construções são belas e espaçosas, os jardins bem cuidados. Vimos com interesse particular um hospital, em que os negros são tratados com todos os cuidados possíveis (CASTELNAU, 1949, p. 118 – Original publicado em 1850/1857).

Observa-se que, assim como em outros relatos, havia por parte do viajante, recorrente preocupação em ressaltar o bom tratamento oferecido aos escravos nas propriedades que visitavam ou se hospedavam. Por certo, essa preocupação estava também relacionada à um possível agradecimento pela acolhida de seus proprietários. Verifica-se também, que as características relacionadas à "qualidade" do escravo também aparecem com frequência nos relatos, quase sempre associadas à sua origem, idade e atributos físicos proeminentes. Essas detalhadas descrições que pareciam intentar atribuir valor às "mercadorias" humanas também estão presentes nos discursos dos viajantes estrangeiros.

Associados também, quase sempre, à ideia de inferioridade, os mulatos aparecem nos relatos de viagem como uma parte importante da população brasileira, mas, que, efetivamente têm pouco a oferecer a ela. Hermann Burmeister, alemão que esteve no Brasil, entre 1850 e 1852, não deixa de fazer referência aos mulatos, em especial às mulheres, que, segundo ele se relacionam com os brancos e "são geralmente jovens, de 16 a 20 anos, sendo este um dos motivos porque a população de cor aumenta sempre nas cidades". E aumenta: "as brancas são pra casar, as mulatas pra

fornicar, as pretas para servir". Para o alemão, as mulatas se contentam com seus amantes brancos e reforça que esse é o motivo pelo qual, aumenta-se o número de mulatos no Brasil, crianças ilegítimas que precisam ser afastadas da casa onde nasceram (BURMEISTER, 1980, p. 273 – Original publicado em 1852).

A comparação entre os brancos e as duas outras "raças" distinguidas pelo viajante alemão, pretos e mulatos, sinaliza para o leitor o fato de que ao analisar o povo brasileiro é preciso considerar suas classes sociais, uma vez que, as famílias de elevada posição social "não se distinguem das europeias de mesma posição, motivo porque naturalmente, ficam excluídas dos conceitos aqui emitidos". E reforça, quase que como um "elogio" às avessas aos mineiros, visto que, nessa região, não isso não acontece:

> A civilização eleva o homem a um nível em que desaparecem as diferenças de nacionalidade, estabelecendo-se certa uniformidade e monotonia, que observamos em toda a parte do mundo. Os habitantes das grandes cidades adaptam-se todos a formas de vida e hábitos idênticos, de modo que não se pode falar em costumes típicos [...]. As observações que apresento sobre os mineiros e seu modo de vida não se referem, pois, a essa parte da população brasileira (BURMEISTER, 1980, p. 273 – Original publicado em 1852).

Outra figura que identificamos nos relatos de viagem é o sertanejo. Sua imagem, por certo, relacionada às regiões mais inóspitas e áridas entre os lugares visitados, é considerada, praticamente, uma "raça à parte". Pois, quem mais poderia sobreviver em tamanha adversidade? Jean Ferdinand Denis, explica:

> No meio das povoações do interior, os sertanejos, os pastores do deserto, têm essencialmente uma fisionomia à parte, que lembra a dos habitantes do interior de Pernambuco. [...] Apesar deste espírito de indolência e mesmo de corrupção que os acompanha, os sertanejos possuem as faculdades mais notáveis; e, com alguma diligência, fácil seria dirigir a sua inteligência para os trabalhos industriais, e mesmo para os que exigem uma séria contenção de espírito. Nota-se poucos negros aqui. [...] Os brancos, de raça pura são da mesma forma bem raros; que iriam eles fazer nestes lugares tão remotos? Os sertanejos se compõem, em sua maior parte, de gente de cor, entre os quais seria fácil, sem dúvidas reconhecer alguns desses mamelucos[8] que acompanharam os primeiros paulistas, e se misturaram depois a outros mestiços (DENIS, 1980, p. 384).

A qual região, entretanto, o viajante se referia como *sertão*? Denominada de Campos Gerais, o último distrito da província, conhecido proverbialmente como "le jardin du Brésil", que, como salienta ele, para receber esse atributo, o viajante europeu deve apreciá-lo fora da estação das secas, mas, quando "o inverno acaba de dar a sua primeira frescura à terra, no tempo em que abundantes plantas cobrem as agradáveis elevações que fazem ondular a campina, e quando formosas árvores separadas de tempos a tempos, surgem para se ornarem de flores e de frutos" (DENIS, 1980, p. 383).

Denis (1980), segue seu relato na tentativa de localizar geograficamente, e com relativa precisão, o *sertão* por ele narrado:

[8] Membro de antiga milícia turco-egípcia, orign. formada por escravos caucasianos convertidos ao islamismo, que conquistou grande poder político no Egito. Essa foi derrotada por Napoleão em 1798.

> O sertão de Minas (porque cada província tem o seu) ocupa pouco mais ou menos a metade desta grande região. Embora os limites sejam bastante imprecisos, prolonga-se, pouco mais ou menos desde o 13º até perto do 21º de latitude. Após ter compreendido, ao sul, uma pequena porção da comarca do Rio das Mortes, engloba, ao oriente, uma considerável parte dos distritos de Sabará e Serro Frio; a oeste, toda a comarca de Paracatu, situada ao poente do Rio São Francisco, se pode reputar como fazendo parte do sertão. [...] por isso, não se deve entender que o sertão se limite só à província de Minas Gerais, prolonga-se até a Bahia (DENIS, 1980, p. 383).

Essa tentativa de localização, ainda que bem detalhada, feita pelo viajante francês, parece na concepção de *sertão* de Antonio Carlos Robert Moraes, incoerente, uma vez que, Moraes (2009, p.88), destaca que, [...] não há possibilidade de realizar uma caracterização geográfica precisa das localidades sertanejas, pois estas não correspondem a uma materialidade terrestre individualizável, possível de ser localizada, delimitada e cartografada no terreno".

Além de Jean Ferdinand Denis, o inglês James William Wells (1995) faz interessante reflexão após diálogo com um morador local sobre a localização geográfica do sertão mineiro, que, em seu ponto de vista, parece nunca ser encontrado:

> "Diga-me, meu amigo, é esta a região denominada sertão?" (referindo-se às margens do Córrego do Leitão). Não, o sertão é mais pra baixo também. Aí eu parei pra pensar e comecei a duvidar das muitas lendas sobre o sempre distante sertão lá no obscuro "mais pra baixo"; pois, desde que saíra de Barbacena, em diferentes lugares, as pessoas, ao saber da nossa

> prolongada expedição, tinham prognosticado perigo, desastre e mortes, seja nas mãos do fora-da-lei, índios selvagens, febres, inanição, sobras onças, etc., assim que chegássemos ao sertão bravio. A princípio pensei que ele começava em Capela Nova; mas os capela-novenses repeliram a imputação, confessando, porém, que em Santa Quitéria e *mais pra baixo*, sim senhor, lá eu podia esperar alguma coisa. Em Santa Quitéria indicaram-me Inhaúma e, nesta, Tabuleiro Grande, todavia ele fica ainda "mais pra baixo". Todos os casos que se ouvem no Brasil sobre localidades distantes devem ser tomados *cum grano*[9], embora haja sempre uma base para as histórias, por mais exageradas que elas sejam (WELLS, 1995, p. 204-205 – Original publicado em 1886).

O barão de Langsdorff (1997, p. 220), também faz seus apontamentos sobre o "sertão" mineiro, certo de que tenha conseguido localizá-lo precisamente na região de Curvelo. Seu relato é, entretanto, mais otimista que de outros viajantes, quando afirma que "o sertão (interior) não é tão deserto e agreste como descreveu St. Hilaire. Já estamos no sertão, e ainda é uma região fértil e habitada".

Charles Frederick Hartt, que esteve no Brasil em diversas ocasiões em razão de suas pesquisas na área da geologia, diferentemente de outros viajantes que procuram localizar o sertão na paisagem mineira, explica:

[9] A expressão *cum grano* salis é termo atualmente usado para restringir a declaração e tornar o ouvinte/leitor consciente de que o que é dito não pode ser tomado literalmente, mas, pode ser sarcástico ou formulado com exagero, e, portanto, apenas com reservas ("por alto") deve ser compreendido. Nesse caso, portanto, a expressão é usada para que ressalvar que afirmação não precisa ser verdadeira em todos os aspectos, podendo ser verdadeira em apenas "um grão", isto é, em um único aspecto.

> O termo sertão, plural sertões, tantas vezes empregado em publicações no Brasil, quer simplesmente dizer o interior de um país em oposição à costa. [...] A palavra parece ter uma significação um tanto indefinida no Brasil. Os habitantes do sertão são chamados sertanejos (HARTT, 1941, p. 184).

Nesse sentido, entendemos que a análise sobre o sertão, constitui-se a partir de tantos quantos possíveis forem os olhares para defini-lo. Pode-se assim, além de caracterizá-lo considerando sua vastidão e ausência de habitantes, especialmente conferida por sua composição natural, que dificulta acessos, ou ainda, descrevê-lo de acordo com a ocupação que lhe foi imposta e, consequentemente, a ação humana que ocorreu sobre ele – o que possivelmente o fez perder sua característica original, de isolamento, integrando-o a outros espaços, essa localidade ganharia sentidos diversos. Desse modo, o sertão, tal qual concebido por Moraes (2009, p. 89), "não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica".

Associando assim como fez Hartt (1941), o sertanejo, àqueles habitantes que vivem em localidades alheias aos traçados mais comuns dos caminhos percorridos pelos viajantes, Spix e Martius (1981, p. 76, v. 2 – Original publicado em 1823/1831), ao percorrerem as regiões mais inóspitas da capitania de Minas Gerais, nas proximidades de Grão Mogol, descrevem sua população. Ao que parece, o único defeito do sertanejo é sua inclinação para o ócio e os prazeres da vida, sendo considerados, entretanto, como pessoas pacíficas e bem-intencionadas:

> O acolhimento, por toda parte neste sertão, não era menos hospitaleiro do que nas outras terras de Minas; porém quão diferentes nos pareceram os habitantes destas regiões solitárias, em confronto com os

> sociáveis e cultos cidadãos [sic] de Vila Rica, de São João d'el-Rei, etc.! [...] O sertanejo é criatura da natureza, sem instrução, se exigências, de costumes simples e rudes. Envergonhado de si próprio e de todos que o cercam, falta-lhe o sentimento da delicadeza moral, o que já se demonstra pela negligência no modo de vestir; porém, é bem intencionado, prestativo, nada egoísta e de gênio pacífico. A solidão e a falta de ocupação espiritual, arrastam-no para o jogo de cartas e dados e para o amor sensual, no qual, incitado pelo seu temperamento insaciável e pelo calor do clima, goza com requinte. O ciúme é quase a única paixão que o leva até ao crime. Ademais, só a mínima parte dos sertanejos é de origem puramente europeia, a maioria consta de mulatos, na quarta ou quinta geração; outros são mestiços de índios com negros ou de europeus com índios. Escravos negros são raros, devido à miséria geral dos colonos; os trabalhos da lavoura e da criação de gado são feitos pelos próprios membros da família (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 76, v. 2 – Original publicado em 1823/1831).

Eschwege (1996, p. 86-87 – Original publicado em 1824), por sua vez, localiza o sertão no caminho para Goiás, e afirma que na região entre Formiga e Araxá, muitos mineiros foram atraídos pela busca das terras férteis, das boas pastagens e da ausência da justiça, onde se pode viver "em segredo". Sobre a constituição de Araxá, Saint-Hilaire (1937) comenta:

> Os primórdios do distrito de Araxá datam dos nossos dias, e sabe-se que este burgo foi povoado não só por cultivadores cujas terras começavam a esgotar-se e outros que ainda não as possuíam, como também por devedores insolváveis e criminosos que procuravam subtrair-se a justos castigos. Quando da reunião do

> julgado de Araxá à província de Minas, Eschwege, que fora encarregado pela administração de fazer um relatório sobre a região, percebeu, estando em Patrocínio, que os habitantes o evitavam, e soube pouco depois que esse distrito afastado tornara-se asilo de homens que, tendo cometido crimes, ou devendo dinheiro ao Tesouro Real, tinham fugido de Minas (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 201 v. 1 – Original publicado em 1842).

A ausência de esforço e dedicação por parte do brasileiro, entretanto, seriam, na opinião de Eschwege (1996), responsáveis pela provável decadência daquela região, assim como já acontecia em outras localidades de Minas Gerais, em que as áreas cultiváveis se transformaram em desertos. Assim, prevê o alemão, que "os sertões férteis, após uma geração, estarão igualmente exauridos, de maneira que só mais tarde, quando derrubadas inteiramente as matas virgens, é que o homem, atingido pela miséria, poderá ter esperanças de uma agricultura progressista" (ESCHWEGE, 1996, p. 87 – Original publicado em 1824).

À semelhança de Eschwege (1996), Auguste de Saint-Hilaire também localiza o sertão no caminho para Goiás. Segundo o viajante francês, "é para além da povoação de Formiga, lugarejo situado a cerca de 24 léguas de S. João d'El Rei, que se situam, desse lado, os limites do sertão ou deserto; mas a região começa muitos antes a ser pouco habitada" (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 115, v. 1 – Original publicado em 1842). Ele procura caracterizar ainda o homem residente nessa região longínqua, comparando-o ao habitante das regiões mais povoadas de Minas Gerais:

> Embora esses homens habitem uma região longínqua e deserta, não se encontra entre eles essa amável hospitalidade que é tão geral em outras partes da

> província das Minas. Contarei, como exemplo, o que me sucedeu em uma habitação muito importante. À minha chegada, mandaram colocar minhas bagagens em um pequeno quarto úmido e escuro, cheio de pulgas e bichos de pé. Para não penalizar o filho da casa, como o qual viajara, não me queixei e fui trabalhar na varanda (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 120, v. 1 – Original publicado em 1842).

Ainda que o *sertão* e sua delimitação fossem indefinidos, cabendo, portanto, sua localização e caracterização aos que porventura julgassem tê-lo enfim encontrado, a questão dos limites fronteiriços entre as capitanias e, posteriormente, províncias, era de importância estratégica e econômica. Mesmo que esses limites, ainda não plenamente estabelecidos, estivessem no sertão. Para realizar essa tarefa, estrangeiros foram incumbidos de realizar levantamentos, mapeamentos e medições que viabilizassem a demarcação do território.

A exemplo disso, o próprio Eschwege (1996), na referida viagem a caminho da capitania de Goiás, no ano de 1816, fora incumbido de visitar e demarcar os distritos de Araxá e Desemboque, a fim de estabelecer a fronteira entre a duas capitanias. Sobre a delimitação da região, Eschwege (1996) explica:

> [...] Esses distritos ou julgados (Araxá e Desemboque) abrangem uma área igual a de Portugal, pelo menos, estendendo-se entre o rio Grande e o Paranaíba, até a sua confluência, zona até agora desconhecida por causa dos selvagens caiapós. Ambos pertenciam à província de Goiás; como se achassem, porém, a grande distância da capital goiana, Vila Boa, por Carta Régia, desmembrados dessa província e incorporados à de Minas Gerais, a requerimentos dos habitantes, que enviaram, como já

> disse, um plenipotenciário do Rio de Janeiro (ESCHWEGE, 1996, p. 104-105 – Original publicado em 1824).

E completa em sua "Noticias e reflexões estadísticas a respeito da província de Minas Gerais", publicada na Memória da Academia Real de Ciências de Lisboa:

> Por Carta Regia do anno de de 1816 forão os Dous Julgados de São Domingos d'Araxá e Desemboque desmembrados da província de Goyazes, e unidos à de Minas, declarando que tudo que pertencia às freguesia dos dous Julgados pertenceria desde então à Minas. Deste modo ficou mui indeciso quaes fossem os verdadeiros limites; pois como a população todos os annos se aumentava introduzindo-se d'outras partes das províncias muitos novos colonos para o fertil sertão, que começa desde a entrada de Goyazes para S. Paulo, e continua até a foz do Paranahiba com o Rio Grande, que vem a ser hum comprimento de mais de outenta legoas, resultou daqui o mesmo inconveniente que se pretendia evitar na desmembração, de ficarem estas terras muito distantes da capital da província; e seria muito acertado determinar-se que os Rios Uberava Falso e Uberava verdadeiro, entre o Rio Grande e o Rio das Velhas, e o Rio Pizarrão entre o Rio das Velhas e o rio Paranahiaba, fizessem os limites de Minas, ficando todas as terras dali até a foz do Paranahiba com o Rio Grande, pertencendo à província de S.Paulo, e assim mais próximos à capital (ESCHWEGE, 1825, p. 02).

A região do Desemboque compreendia na época, o denominado sertão da Farinha Podre, área localizada entre os Rios

Grande e Paranaíba, e que hoje corresponde ao Triângulo Mineiro. A povoação de Farinha Podre, também visitada por Auguste de Saint-Hilaire, foi, segundo o naturalista francês, fundada em 1812, por mineiros interessados nas pastagens férteis, além da descoberta de jazidas de ouro na região:

> Tal imigração, contudo, deu-se em proporções *mineiras* e não paulistas, isto é, contando com uma população migrante muito maior. Um grande (e pouco estudado) movimento centrífugo de população, talvez o maior até então visto, tendo como área de repulsão e região mineradora da capitania de Minas Gerais, iniciou-se a partir da década de 1760 em direção a todas as regiões circunvizinhas (LOURENÇO, 2003, p. 59).

Isso, significa, portanto, que a ocupação da região, embora estivesse vinculada às províncias de Goiás e São Paulo, por se tratar de uma área de trânsito de tropeiros e mineiros em direção às lavras de Goiás e Mato Grosso, foi também uma região formada a partir do enfraquecimento das primeiras regiões auríferas do centro da província de Minas Gerais, e ocupada em razão do fluxo migratório que buscava alternativas viáveis diante da decadência experimentada pela mineração (LOURENÇO, 2003).

Desemboque, por sua vez, entrou em declínio em razão da falência da mineração nessa região, que fora paulatinamente substituída pela pecuária, tendo em vista a abundância de pastagens e águas naturalmente salitrosas em direção ao Triângulo Mineiro. Sobre a predisposição da região para a pecuária, Eschwege (1996) constatou em passagem por São Pedro de Alcântara (atual município de Ibiá):

> Desse ponto em diante, a topografia torna-se mais plana. As terras aluvionárias são mais férteis e têm boas pastagens. Num percurso de sete léguas encontrei apenas três fazendas. Mais, não se podia esperar, pois a área média de cada uma delas é de três léguas quadradas. Nelas se cria gado com mais intensidade que em outras zonas. Os bois passam por ser os melhores e alcançam bons preços, o que pode resultar não só das boas pastagens, mas ainda pelo trato melhor que se dispensa aos animais, os quais, uma ou duas vezes por mês, são levados em manadas para as nascentes salinífera (bebedouros), a cujas águas se atribui a boa condição das boiadas (ESCHWEGE, 1996, p. 103-104 – Original publicado em 1824).

Saint-Hilaire (1937, p. 208, v. 1 – Original publicado em 1842) corrobora com o alemão, afirmando que, "[...] existem perto de Paracatu, terrenos salitrados que substituem o sal para o gado vacum, e pode ser igualmente substituído em diversos distritos, como Araxá, Patrocínio, arredores de Farinha Podre, por águas minerais que os animais saboreiam com delícia". A pecuária proporcionou, nesse sentido, a ascensão de novos núcleos urbanos, sendo, Araxá, Patrocínio e Uberaba, enquanto Desemboque, estagnada, foi anexada à Sacramento como distrito, em 1862 (BESSA, 2013).

Saint-Hilaire reforça ainda, a importância da pecuária para a região de Araxá, economicamente relevante para o Brasil:

> O gado bovino constitui, pois, a riqueza deste país. Como já disse, as pastagens são excelentes, e as águas minerais que se encontram na vizinhança de Araxá dispensam o criador de dar sal aos seus animais. A multiplicação das rezes é tal, que quem não quisesse

> aumentar seu rebanho e que, por exemplo, fosse proprietário de cem cabeças, poderia, anualmente, vender cinquenta (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 226, v. 1 – Original publicado em 1842).

Ainda que o *sertão* delimitado por Eschwege (1996) tivesse uma dinâmica específica, estabelecida pela mineração e, posteriormente, alterada por sua decadência, ou que os recursos disponíveis naquela paisagem tivessem favorecido a ascensão da pecuária como atividade econômica mais expressiva, a região que compreendia o *sertão* não poderia, plenamente, satisfazer as necessidades e interesses do homem, tornando-o completamente indiferente ao lugar onde vive:

> Senti viva a satisfação quando dei as costas àquele lugar deserto, no qual nada se fizera para tornar atraente a vida comunitária. Entristeço-me ao conhecer locais em que as casas parecem apenas coladas ao solo nu, inculto, sem uma árvore sequer, plantada pelos moços, que possa recordar aos velhos a sua mocidade perdida, sem uma praça enfeitada que os faça amar o torrão natal. Daí a ausência de sentimento, o pouco relacionamento entre as famílias, as emigrações contínuas que lembram os nômades. Nada os liga à terra natal, a não ser os interesses materiais. Tao logo esses não possam mais ser satisfeitos de maneira fácil, abandonam os lares em ruínas, para recomeçarem a vida em outras bandas (ESCHWEGE, 1996, p. 93 – Original publicado em 1824).

A ausência de ligação entre as pessoas e o *sertão*, relatada por Eschwege (1996), poderia, eventualmente, ser solucionada pela aproximação com a natureza e o aproveitamento dos recursos

naturais disponíveis. Saint-Hilaire (1937), sugere que os habitantes das províncias mais longínquas utilizem, por exemplo, o acesso a plantas medicinais e seu cultivo, prática já realizada em algumas localidades e que garante, por exemplo, alternativas de medicação na ausência de médicos: "já disse noutro lugar os habitantes do interior do Brasil, privados do médicos, empregavam para a cura de suas enfermidades diversas plantas que crescem em torno de suas moradias" (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 155, v. 1 – Original publicado em 1842).

Outro recurso que, na opinião do viajante francês deve ser valorizado no sertão, encontra-se em Araxá, as águas minerais da propriedade do Barreiro[10]. O atual complexo, teve seu primeiro estudo geológico realizado em 1886 por Orville Derby. Saint-Hilaire explica as propriedades das águas e sua possível utilização:

> São claras, de cor avermelhadas, e têm um gosto amargo que ao mesmo tempo, lembra o dos ovos estragados. A indicação deste pequeno número de caracteres mostra assaz que elas são sulfurosas e, por conseguinte, poderiam ser empregadas para a cura de todas as moléstias em que se aconselham águas desta natureza e, em particular das moléstias cutâneas, tão comuns no Brasil (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 228, v. 1 – Original publicado em 1842).

Para além do consumo humano e suas propriedades terapêuticas, Saint-Hilaire (1937) ressalta que o gado também se beneficia da água. E esclarece que o *Barreiro* é uma propriedade

[10] O nome *Barreiro* vem em decorrência da lama que se forma a partir das fontes naturais da região.

pública onde os fazendeiros levam mensalmente seus rebanhos, em dias determinados pelo juiz local:

> Faz-se entrar o gado à tarde no recinto, deixa-se-o [*sic*] passar ali a noite; os bois bebem à vontade, e fazem-nos sair no dia seguinte. Os animais muito magros recusam, às vezes, beber a água do *barreiro*, mas, fazem-nos bebê-la à força. [...] Todos os animais têm gosto extraordinário por essas águas desagradáveis. Jamais vi tão grande quantidade de aves como neste lugar (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 228, v. 1 – Original publicado em 1842).

Ele ressalta, entretanto, que é preciso haver cuidado com a fonte de água mineral, preocupação que vinha sendo desprezada pelos fazendeiros da região. e explica que "[...] seria necessário para conservar sempre, no *barreiro*, a mesma abundância de água; fazê-lo limpar. Os numerosos animais que ali patinham sem cessar, agitando a terra nágua [*sic*] formam uma lama espessa, e os antigos da zona pretendem que eles já tamparam algumas fontes" (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 229, v. 1 – Original publicado em 1842).

O viajante francês afirma que, em decorrência dessa disponibilidade hídrica específica para o favorecimento da criação de gado, o *sertão* se destaca quando comparado à região da Vila Rica ou Sabará, que, mesmo dispondo de excelentes pastagens, maior oferta de água para os animais e campos que nunca secam completamente, não se comparam aos terrenos salitreiros que substituem a ração de sal (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 80 – Original publicado em 1838).

Ele explica, entretanto, que à despeito da propensão do sertão à criação do gado em razão das águas do *barreiro* e das excelentes pastagens, essa atividade promove a procrastinação e faz dos

habitantes desses lugares os mais indolentes, quando comparados aos das demais regiões de Minas Gerais:

> A indolência dos habitantes do Sertão é talvez, maior ainda que a dos ouros mineiros. Sua fisionomia revela-lhes já a índole, e se encontra a expressão desse defeito em todos os movimentos do seu corpo. Aliás, o calor do clima convida bastante os homens dessa gleba a entregarem-se à ociosidade. A criação de gado, a que se entregam, exigindo pouca atividade, favorece sua tendência à moleza, e a má alimentação que quase sempre ingerem, contribui ainda mais para tirar-lhes a energia. [...] A indigência é a companheira ordinária da preguiça. Por isso, apesar das vantagens que apresenta sua terra, os habitantes do deserto são de uma pobreza extrema (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 308-309 – Original publicado em 1837).

É também à essa indolência que Saint-Hilaire (2000) atribui a ausência de interesse dos sertanejos em desenvolver outras atividades que não a criação de gado. O viajante explica que a agricultura não é promovida, com exceção do cultivo para o consumo próprio, como da mandioca. Ele garante também que "[...] existe ouro em vários lugares do sertão, mas não o exploram em parte alguma" (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 311 – Original publicado em 1837).

E sugere, que para se conhecer plenamente as riquezas da região, dever-se-ia submetê-la à análise de algum geólogo que, além das pedras preciosas, poderia encontrar "provavelmente ossos fósseis, pois que me deram em Vila do Fanado[11] um dente de mastodonte, que está atualmente no Museu de Paris, e me disseram

[11] Atual município de Minas Novas.

ter sido encontrado em um terreno salitrado do sertão" (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 312 – Original publicado em 1837).

A região onde se localizava Vila do Fanado, visitada por Saint-Hilaire (2000) que no século XVIII atraíra desbravadores interessados na exploração aurífera, mas que, em razão da decadência da mineração passou a produzir algodão e tecidos, além da agricultura de subsistência e da criação de gado, levou também à expulsão de seus habitantes quando a terra se viu esgotada em razão das queimadas utilizadas no cultivo. Para evitar tal condição, o viajante explica que "[...] a terra é suscetível de se fatigar, e quando ela já produziu durante algumas vezes, não rende mais tanto; mas, se então a deixarem repousar uma dúzia de anos, e às capoeiras o tempo de se desenvolverem e tornar-se capoeirões, o solo começará a produzir com o vigor inicial" (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 311 – Original publicado em 1837).

À despeito do modo como o sertão é retratado por Saint-Hilaire (2000), sujeito à condições naturais extremas, determinantes, na visão do francês para definir o povo que nele habita, porém, agraciado com riquezas naturais e recursos que possibilitariam seu desenvolvimento, a conclusão do viajante sobre o lugar é otimista, e ele profetiza: "[...] Com o tempo essa região deixará de ser deserta. [...] O sertão conhecerá novos recursos, e, ao mesmo tempo, restar-lhe-ão sempre gordas pastagens, terras férteis, e um rio que, navegável em imensa extensão, estabelecerá úteis comunicações entre o país e o oceano" (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 320 – Original publicado em 1837).

CAPÍTULO 4

A Identidade Nacional

A IDENTIDADE NACIONAL

Estando sempre relacionada aos elementos acima abordados, tanto no que diz respeito à valorização da natureza, à exuberância da paisagem ou aos recursos naturais dela oriundos, passando pela constituição do povo e a ausência de uma sociedade que se reconheça como Nação, em razão das questões raciais envolvidas e da própria escravidão, faz-se necessário retomar esse turbulento contexto do século XIX como imperativo para se compreender a construção da identidade nacional brasileira.

Souza (2014, p. 197), afirma que, para além do "atraso" envolvido na escravidão, no preconceito racial, nas tentativas de "branqueamento" da população através do imigrante europeu, ou da própria valorização da natureza e dos recursos disponíveis, a questão da identidade nacional permanece como um problema a ser resolvido, estando diretamente relacionado à inércia do brasileiro, o que, inevitavelmente, afetará o progresso da Nação:

> Cada ano este Império mais se desenvolve; mas assim mesmo, ainda precisará de dois séculos de seu progresso atual para chegar a uma situação igual a dos Estados Unidos. Os indícios atuais são, porém, que o Brasil não continuará no passo vagaroso que o caracterizava até à abolição do tráfico negro; e os melhoramentos internos auspiciosamente iniciados sob D. Pedro II desenvolverão rapidamente os recursos do país (KIDDER; FLETCHER, 1941, p. 148, v. 2 – Original publicado em 1845).

Embora otimistas quanto à condição de atraso do Brasil e, associando o progresso do país à, primeiramente, romper com a

prática da escravidão, além, por certo, dos necessários investimentos em áreas diversas como apontado por outros estrangeiros que aqui estiveram no mesmo século, os viajantes estadunidenses são enfáticos aos comparar o desenvolvimento do Brasil ao dos Estados Unidos, prevendo que, sejam necessários ainda dois séculos para que se equiparassem. E, reforçando a necessidade de que empreendimentos que promovam a integração do território sejam o carro-chefe para se alcançar o desenvolvimento almejado, afirmam:

> Contudo, do progresso geral que está pouco a pouco penetrando o Brasil todo, esta província recebe o seu quinhão; e, quando as estradas de ferro estiverem terminadas até Joazeiro, Goiás, será facilmente ligada em algumas horas aos grandes mercados na costa do Atlântico (KIDDER; FLETCHER, 1941, p. 174-175, v. 2 – Original publicado em 1845).

A modernidade advinda desses aparatos, entretanto, não poderia ser trazida abruptamente para o país (SOUZA, 2014). Eschwege (1979, p. 257, v. 2 – Original publicado em 1833), afirma que:

> Em virtude de ter sido a natureza humana muito liberal para com o país, acreditam os brasileiros que todos os recursos naturais devem ser mobilizados de uma vez. Esquecem-se, pois, de que a indústria europeia não poderia ser transportada para a América, sem a necessária adaptação.

Uma vez mais, o discurso do viajante estrangeiro reforça o papel do Brasil como fornecedor de recursos naturais ao processo de industrialização que deveria ser conduzido, preferencialmente, pelo

europeu, considerando a inaptidão do brasileiro para fazê-lo. Por isso, ainda que esse processo de modernização fosse transplantado para o território brasileiro, ele deveria, ser cautelosamente adequado, no que tange à legislação e administração, e aos agentes envolvidos nesse processo:

> Pode-se concluir que o Brasil encerra ainda formidáveis tesouros em seu subsolo e que um vasto campo de trabalho haverá ainda para os vindouros. Nada, porém, se deverá esperar enquanto os serviços não forem realizados em bases seguras por companhias de mineração bem administradas e não forem promulgadas leis mais oportunas (ESCHWEGE, 1979, p. 179, v. 1 – Original publicado em 1833).

Os recursos naturais seriam, portanto, indispensáveis nesse contexto. Sua ocorrência e disponibilidade garantiriam o desenvolvimento econômico do Brasil àquela época e também na atualidade. Por isso, reiteramos que os viajantes estrangeiros no país construíram uma visão de mundo sobre o território brasileiro e sua paisagem diretamente relacionada com a potencialidade econômica que poderiam oferecer.

Mesmo que a exploração dos recursos naturais fosse entendida pelos viajantes como o caminho mais viável ao desenvolvimento econômico do Brasil, e que esses recursos, exaustivamente descritos e mapeados, como outrora demonstrado, necessitassem de uma condução adequada para que fossem utilizados, condução esta atribuída recorrentemente ao estrangeiro e sua capacidade intelectual para realizá-la, outros fatores foram considerados como empecilhos para o avanço da modernidade sobre o território nacional.

O clima, por exemplo, ao mesmo tempo em que favorecia atividades como a agricultura, fora, sob uma ótica determinista, a razão pela qual o povo brasileiro encontrara dificuldade em tornar-se condutor de seu próprio país. Nas proximidades de Araxá, Saint-Hilaire (1937, p. 203, v. 1 – Original publicado em 1842) afirma que "nestas regiões o isolamento destrói a emulação: o clima convida à ociosidade, não se exercita a inteligência, não se pensa mais, e cai-se numa espécie de embrutecimento geral".

Nem mesmo a própria atividade agrícola parece escapar da apatia demonstrada pelo povo envolvido com essa prática. Essa impressão, vislumbrada por Saint-Hilaire (1937) é, de modo semelhante, descrita pelo britânico John Mawe, ainda em 1809 na ocasião de sua vinda ao Brasil e Minas Gerais:

> Como nos achássemos então na província de Minas Gerais (região afamada no Rio de Janeiro pela excelência de seus queijos), esperava encontrar aí melhores condições de agricultura – algum estabelecimento que merecesse o nome de fazenda – casas construídas não somente para abrigo, mas também com a preocupação de conforto. Pensava poder vislumbrar, entre os habitantes, aquele ar de saúde e de contentamento que se origina das ocupações revigorantes da agricultura; vãs ilusões, aqui se notavam os mesmos sinais de indolência observados nas outras regiões do país: os agricultores pareciam agir como se o arrendamento, em virtude do qual possuíam as terras, estivesse prestes a ser anulado; tudo em torno deles parecia anunciar criaturas que vivem de expedientes: as casas velhas, estragadas não eram reparadas; as ervas daninhas cobriam o pequeno número de jardins cercados; os cafeeiros, plantados nos primeiros tempos ainda existiam, mas o proprietário atual era muito indolente para colher os frutos; não havia nenhuma pastagem

> cercada, algumas cabras forneciam o leite de que se tinha necessidade; raramente se podia obter leite de vaca (MAWE, 1978, p. 114 – Original publicado em 1812).

E como quem procura resolver essa condição, Mawe (1978) afirma:

> [...] Observando esses deploráveis efeitos da apatia dos habitantes, não pude deixar de pensar nas vantagens que para eles adviriam da introdução do sistema de agricultura inglês. O exemplo de uma só fazenda, administrada segundo esse sistema, contribuiria para fazê-los corar de um estado de miséria voluntária que para eles é um opróbio e lhes acarreta o desprezo dos estrangeiros (MAWE, 1978, p. 114 – Original publicado em 1812).

Além do clima, verificamos anteriormente que as questões raciais também foram apontadas como determinantes para a constituição do povo brasileiro e, que, de modo geral, a miscigenação da população foi entendida sob uma ótica negativa, enquanto empecilho para o avanço da modernidade sobre o território e do próprio povo. Além dos indígenas e negros, o branco europeu, representado no processo de colonização pela figura do português, também fora apontado como responsável pelo atraso da civilização do país.

Sobre o papel do português, Agassiz e Agassiz (2002, p. 460 – Original publicado em 1869) afirmam que "Não se deve esquecer que a população branca descende quase que exclusivamente de portugueses; ora, de todas as nações da Europa, Portugal é aquela

que, na época do descobrimento e colonização do Brasil, havia sido a menos afetada pela civilização moderna".

Saint-Hilaire (1974) também concorda que os portugueses não são, entre os europeus, os habitantes que melhor representam àquele continente. De passagem por São João D'el Rey, ele associa a grosseria da população local, em boa parte, à presença de jovens portugueses "[...] vindos das províncias as mais distantes, de Portugal, jovens que não receberam educação nenhuma, mas que são orgulhosos de terem nascido na Europa" (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 113 – Original publicado em 1838). E completa:

> Os negociantes portugueses estabelecidos não somente em S. João como em outras partes do Brasil onde viajei, são, na maior parte, repito, homens de classe inferior, que frequentemente não sabem ler nem escrever e que começaram sem nenhum capital. Enquanto os brasileiros dissipam negligentemente tudo quanto possuem, os europeus economizam soldo a soldo, passando por todas as privações a fim de conseguir fortuna. A primeira coisa que arranjam é uma negra, que sirva ao mesmo tempo de cozinheira, amásia, lavadeira, arrumadeira e até para carregar água e lenha, trabalhos que os americanos só entregam aos escravos homens. Tornando-se ricos esses homens, conforme tive já ocasião de dizer, conservam toda a sua primitiva rudeza, e, juntando a isso uma insuportável arrogância, tratam com desprezo os brasileiros, aos quais devem sua opulência (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 113 – Original publicado em 1838).

Talvez por isso, o brasileiro procurasse estabelecer aproximação com os costumes europeus, em uma tentativa de construir uma identidade à imagem e semelhança do povo europeu,

provavelmente mais próxima dos ingleses que dos portugueses. O francês Jean Ferdinand Denis, ao comentar a "imitação dos costumes" dos brasileiros aos dos ingleses, critica:

> Estes costumes, aliás, supõe um grau de civilização que eles não dão; demais, restringem a manifestação e o desenvolvimento das manifestações naturais, de que são tão ricamente dotados os povos meridionais e, o mais das vezes, os referidos costumes as repelem como estranhas às leis da boa sociedade (DENIS, 1980, p. 113).

De modo bastante semelhante, Rugendas (s. d.) pondera que a busca pela construção do caráter nacional dos brasileiros marcada pelas características impostas pelo modo de vida europeu é prejudicial à nação. Uma vez que, os costumes daquele continente limitam as manifestações dos povos meridionais, ricamente constituídos de seus próprios hábitos e tradições:

> Seria difícil pintar com traços marcantes e gerais o caráter nacional dos brasileiros, tanto mais quanto começam apenas a formar uma nação. Partilham até certo ponto os traços principais do caráter português. Por outro lado, nas classes elevadas e sobretudo nos portos de mar, é comum renunciarem à sua personalidade para entregar-se à imitação dos costumes ingleses, imitação que não pode favorecer os habitantes mas tão somente prejudicá-los com exigências e formalidades de toda ordem. Tais costumes, de resto, supõe a existência de um grau de civilização mas não o outorgam; ademais, restringem as manifestações e o desenvolvimento das disposições naturais de que os povos meridionais são tão ricamente dotados. Estes, no entanto, muitas

> vezes as rejeitam como contrárias à boa educação (RUGENDAS, s. d., p. 129).

Não deixam de surpreender os viajantes, entretanto, o esforço feito pelos brasileiros, em especial na capital, Rio de Janeiro, para adequar o cotidiano da cidade aos hábitos de consumo do europeu, mesmo que esses hábitos fossem completamente alheios ao povo e ao lugar, contrastando drasticamente com o cenário à sua volta:

> Língua, costumes, arquitetura e afluxos dos produtos da indústria de todas as partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro feição europeia. O que, entretanto, logo lembra o viajante que ele se acha numa parte estranha do mundo, é sobretudo a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte, assim que põe o pé em terra (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 90, v. 1 – Original publicado em 1823/1831).

Cenário este que impressionava, na maioria dos relatos, por sua desordem, falta de higiene e, uma vez mais, pelo "aspecto" do povo, tomado pela preguiça e apatia, como resultado, evidentemente, do clima pouco propício ao trabalho:

> Hoje, algumas senhoras e eu fomos a terra, e, depois de termos escolhido residência, demos algumas voltas de carro pela cidade. O que chama desde logo a atenção no Rio de Janeiro é a negligência e a incúria. Que contraste quando se pensa na ordem, no asseio, na regularidade das nossas grandes cidades! Ruas estreitas infalivelmente cortadas, no centro, por uma vala onde se acumulam imundícies de todo gênero; esgotos de nenhuma espécie; um aspecto de

> descalabro geral, resultante, em parte, sem dúvida, da extrema umidade do clima; uma expressão uniforme de indolência nos transeuntes: eis o bastante para causar uma impressão singular a quem acaba de deixar a nossa população ativa e enérgica (AGASSIZ; AGASSIZ, 2002, p. 67 – Original publicado em 1869).

Não se podia diferenciar, nesse cenário sequer os habitantes das classes mais abastadas, que eram, em sua maioria, vistos com sendo tão ignorantes quanto àqueles desprovidos de posses:

> [...] pois não se pode conceber a ignorância dos ricos, dos brasileiros do interior do país, não falo apenas do povo, mas daqueles que pertencem às classes da burguesia, gozando de certa facilidade econômica e até mesmo ocupando uma posição social bastante alta. História e geografia, por exemplo, são completamente desconhecidas. Eu vi alguns que não conheciam nenhum outro evento histórico além da chegada da família real no Brasil e a proclamação da independência de seu império. De fato, na geografia, vi habitantes que reconheceram apenas duas grandes divisões do globo, das quais uma inclui a América, e a outra Portugal e suas dependências. Eles, na verdade, às vezes ouviram que há certos lugares como França, Inglaterra, Itália, etc .; mas, segundo eles, são apenas províncias portuguesas (ROY, 1875, p. 155-156).

Na mesma medida em que o brasileiro assuma a imagem do europeu como um modelo a ser seguido, é preciso reforçar que o viajante estrangeiro também assume o papel de *agente da modernidade*, diante de um povo que necessita desenvolver a

habilidade de utilizar os recursos naturais à sua disposição (SOUZA, 2014). A necessidade imperativa de modernização do território brasileiro, tal qual verificamos em Minas Gerais, como parte indissociável do avanço da mineração sobre suas áreas mais remotas, deveria ser conduzida pelo estrangeiro.

Alguns obstáculos, entretanto, colocam-se no caminho desse propósito, Souza (2014) ao revisitar a obra de Richard Burton, aponta que o primeiro desses obstáculos seria o que o inglês chama de "brasileirismo", ou seja, a resistência ao capital estrangeiro por ser um agente de exploração dos recursos naturais. O que levaria diretamente ao segundo obstáculo apontado por ele, o caráter predatório da exploração inglesa no país. Segundo o próprio Burton (1976, p. 187):

> Os interesses particulares prevaleceram sobre os públicos; em certos casos notórios, foi organizado um verdadeiro sistema de rapina; planos irrealizáveis foram lançados ao mercado; reles especuladores ficaram ricos; a economia foi de todo negligenciada e o dinheiro foi enterrado, como se esperasse que crescesse (BURTON, 1976, p. 187).

Embora o inglês pareça contraditório, ao, concomitantemente, apontar a resistência do brasileiro à entrada do capital estrangeiro, bem como, afirmar que os agentes estrangeiros envolvidos nesse processo agem, frequentemente, de modo predatório, Richard Burton é, segundo Souza (2014) um agente capitalista, e age de modo racional e utilitário, priorizando o desenvolvimento material acima de qualquer outra necessidade.

Além dos viajantes estrangeiros cumprirem papel decisivo na construção de uma visão de mundo sobre o Brasil na Europa que fora, sem dúvida, responsável por despertar o interesse de agentes

econômicos daquele continente em nosso território, a imigração, como já apontamos, também foi essencial para trazer ao Brasil aqueles que foram responsáveis por fazer avançar a modernização necessária no país. O caminho rumo à modernidade, estaria, segundo Souza (2014), atrelado à vinda dos imigrantes, responsáveis por consolidar padrões civilizatórios que fossem capazes de anular os efeitos negativos da formação histórica e social brasileira.

Segundo Santos (2003), é sobretudo na segunda metade do século XIX que há um esforço por parte dos viajantes em elogiar a imigração para o Brasil. Esse elogio, esteve, segundo a autora, atrelado à necessidade de garantir a regeneração do povo brasileiro, pautada no trabalho livre. Souza (2014) afirma que como parte do processo de modernização do país, era necessário que a escravidão fosse eliminada. O autor cita Burton (1976, p. 234) ao afirmar que a imigração e a necessidade da abolição são inseparáveis: "todos esperam pelo grande dia da imigração e do trabalho livre. Todos estão, também, conscientes do fato de que a escravatura e a imigração não poderiam coexistir".

O viajante inglês completa:

> Tenho espaço muito reduzido para tratar de um assunto tão importante e que leva tão longe como a escravidão no Brasil. Mas assinale-se brevemente que é difícil encontrar um homem educado no país que não deseje de boa-vontade vê-la abolida, se se puder encontrar para ela um substitutivo. Todos olham para o futuro, para convictos de que a imigração e a escravidão dificilmente poderão co-existir (BURTON, 1983, p. 363, v. 1).

Compartilhando desse entendimento, Rugendas (s. d.), por exemplo, coloca em xeque a escravidão e aponta os impactos

positivos que adviriam da abolição, evidentemente, aliada ao incentivo da imigração europeia no país:

> Há um assunto que, em que pese a importância extraordinária que pode ter para o Brasil, não está sendo encarado pelo governo com a devida atenção: é a colonização do país por europeus. As vantagens que dela resultariam para o Estado são tão evidentes que não parece necessário enumerá-las. Mais do que qualquer outro meio, essa colonização aceleraria e orientaria a civilização. Apenas nos deteremos diante de uma das faces do problema, que nos parece não ter sido, ainda, suficientemente considerada: a influência que o aumento da população branca no Brasil, e em geral no Novo Mundo, teria necessariamente, na situação dos negros e dos escravos. Evidentemente, essa influência acarretaria mais cedo ou mais tarde na abolição da escravidão, sem que houvesse a temer nem perturbações nem perigos. Com efeito, se a preponderância, do número pertencesse aos brancos, diminuiriam, naturalmente, os perigos da emancipação dos negros, perigos esses que talvez tenham sido muito exagerados. Aliás, a concorrência do trabalho dos homens livres encarece sempre o trabalho dos escravos e diminui, por conseguinte, as vantagens do sistema escravocrata, tornando a abolição desejada pelos próprios senhores de escravos (RUGENDAS, s. d., p. 198).

A inserção do imigrante europeu e a abolição da escravidão com o consequente afastamento do negro da composição racial e social do Brasil, resolveriam, portanto, na perspectiva de alguns viajantes o principal problema do Brasil: o brasileiro. O país que conta com grande potencial de recursos naturais a serem explorados,

precisaria realizar grandes mudanças no que diz respeito à sua identidade nacional (SOUZA, 2014, p. 217).

Gardner (1975), viajante escocês, é enfático ao afirmar que o atraso e a pobreza do Brasil são decorrentes não de fatores econômicos, mas, devido às próprias características de seu povo, características essas, que o impedem de criar condições para o desenvolvimento da nação. Por isso, Barreiro (2002, p. 78) afirma que há recorrentemente na fala dos viajantes a "necessidade de ordenamento, [...] em consonância com os padrões disciplinares estabelecidos pela modernidade em seus aspectos sociais e culturais". Padrões esses, evidentemente, estabelecidos pela sociedade europeia. O Brasil seria, portanto, na perspectiva de Souza (2014, p. 221),

> [...] o paraíso a ser modernizado; uma modernização que, parte tanto da constatação do atraso nativo quanto da idealização da terra de origem, vista como o estágio a ser atingido pela nação tropical, em uma escala evolutiva cujo percurso é definido pelos viajantes como indispensável (SOUZA, 2014, p. 221).

Modernização que também seria alcançada a partir dos interesses econômicos os quais já demonstramos, terem sido essenciais para motivar a vinda dos viajantes ao Brasil. A constituição do povo brasileiro, a partir da abolição e da entrada de imigrantes europeus, garantiria a superação do atraso civilizacional e favoreceria o desenvolvimento econômico, já que, na perspectiva de alguns viajantes, como Rugendas (s. d.), a população antes escravizada se tornaria parte da sociedade consumidora do país:

> [...] É o Estado quem mais lucrará com a emancipação progressiva dos escravos, pois ela terá por efeito substituir uma população privada de posses, ou pelo menos muito pobre, e que em certas circunstâncias pode tornar-se temível, por uma população remediada, suscetível de contribuir para as necessidades da sociedade e a defesa do país. [...] Basta refletir sobre quão pequeno é o consumo de produtos da indústria de um povo pobre e escravo e a importância que assume esse consumo no seio de um povo de negros livres (RUGENDAS, s. d., p. 123-124).

À despeito da pouca ou quase nenhuma credibilidade dada ao brasileiro, houve algumas tentativas de identificar entre as regiões e os habitantes do Brasil, àqueles que melhor representariam o ideal de identidade nacional proposto pelos viajantes. De modo semelhante à construção feita pelos poetas inconfidentes, que encontraram em Minas Gerais o lugar que melhor comporia a nação liberta de Portugal, o mineiro também esteve em evidência em alguns relatos de viagem, como o melhor representante do povo brasileiro:

> O mineiro se distingue favoravelmente dos demais brasileiros por uma maior atividade e diligência. Como morador de uma terra interior de clima mais temperado, e com um solo em geral menos generoso do que o das províncias vizinhas, ele se encontra na contingência, e na necessidade, de trabalhar com mais vigor (TSCHUDI; HALFELD, 1998, p. 107 – Original publicado em 1863).

E completam, "o mineiro é mais altivo e empreendedor, e sua visão é mais ampla, razão pela qual seus preconceitos são menores

do que os dos demais brasileiros" (TSCHUDI; HALFELD, 1998, p. 115 – Original publicado em 1863). Essa impressão talvez pudesse ser resultado do acesso à educação recebida pelo povo na província mineira:

> Quanto à educação, é justo dizer que Minas Gerais, segundo as estatísticas oficiais, é a primeira de todas as províncias nesse louvável empreendimento. O governo provincial tem feito grandes gastos com o sustento das escolas, e o povo parece ter apreciado o benefício que lhe trazem (KIDDER; FLETCHER, 1941, p. 170, v. 2 – Original publicado em 1845).

Demonstrando menos otimismo em relação à instrução recebida pelos mineiros, bem como, interesse demostrado pelo povo em desenvolver seu "espírito", guardadas as devidas considerações temporais, uma vez que, Kidder e Fletcher (1941) estiveram no Brasil já em meados da metade do século, Saint-Hilaire (2011a) comenta episódio vivido por ele em Minas Gerais:

> A cerca de suas léguas e meia do ribeirão encontrei o Rio Grande, que se atravessa sobre uma ponte de madeira, e cujo pedágio é arrecadado pala Fazenda Real. Apresentei meus documentos ao homem encarregado de receber o dinheiro dos viajantes e ele me deixou passar livremente. Sua mulher e filhas, ao avistarem os insetos espetados em meu chapéu e as plantas que saíam de minha pasta, mostraram o maior espanto. "Não são os mineiros, diziam elas, que têm tanto desejo de aprender. Nós outros, não nos preocupamos com todas estas coisas, não passamos de ignorante e brutos". Durante todo o tempo que viajei em Minas ouvi repetir por toda parte semelhantes conceitos e não posso deixar de

> consignar que, até certo ponto, vêm em abono dos mineiros. Pode esperar-se que aqueles que se envergonham de sua ignorância, dela procuram logo sair (SAINT-HILAIRE, 2011a, p. 51 – Original publicado em 1849).

Rugendas (s. d.), por sua vez, atribui ao mineiro a invocação primeira do "espírito" da independência, julgando ser a Inconfidência Mineira o marco inicial desse processo:

> [...] Ora, nessa época, que os brasileiros chamam com ênfase "tempo da Inconfidência", havia na Fazenda Borda do Campo frequentes conferências entre os principais habitantes da região; e, embora tenham sido descobertas, e muitos conspiradores presos e punidos, é indubitável que essas reuniões, em que se verificava o nascimento do espírito da independência dos brasileiros, principalmente dos mineiros, contribuíram mais tarde, fortemente para mantê-lo vivo e propagá-lo (RUGENDAS, s. d., p. 33).

Trazendo à baila o papel dos paulistas na ocupação de Minas Gerais, à semelhança do poeta Cláudio Manuel da Costa, que no século anterior enalteceu os bandeirantes como representantes essenciais para a construção do caráter nacional brasileiro, Auguste de Saint-Hilaire (1937) relata:

> Quando sabemos, por experiência própria, quantos percalços, privações e perigos esperam, ainda hoje, o viajante que se aventura nessas regiões longínquas, e em seguida lemos a descrição pormenorizada dessas intermináveis andanças dos antigos paulistas, sentimo-nos tomados de estupefação e quase somos

> tentados a acreditar que pertenciam a uma raça de super-homens (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 27, v. 1 – Original publicado em 1842).

Auguste de Saint-Hilaire é relembrado por Richard Burton (1983) por comparar a personalidade dos paulistas e mineiros. O francês, que tendo vivido alguns anos em Minas Gerais, afirma, segundo Burton (1983) que sentiu falta da cordialidade do mineiro ao deixar a província. O inglês, no entanto, diz que não enxerga o paulista da mesma forma, sua cordialidade estaria no fato de receberem melhor o estrangeiro que os primos mineiros:

> Saint-Hilarie, que se tornou quase mineiro, achou falta de cordialidade quando deixou Minas. Minha experiência é contrária à dele. O paulista, ainda que reservado, fica mais à vontade com os estrangeiros que o seu primo. O último pode ser definido como "acanhado", termo que corresponde, mais ou menos, ao inglês *shy*. Há uma aflitiva dose de cerimônia que nos transporta à primitiva meticulosidade do Minho e do Douro. Ambas as províncias são igualmente hospitaleiras, ambas detestam a falta de maneiras e ambas preferem o sistema francês de etiqueta ao inglês – com a diferença que tinham há um século. Mas na estrada o paulista tira o chapéu, dá um cordial bom-dia e responde de boa mente a todas as perguntas. O mineiro encara-nos antes de tocar o seu chapéu e frequentemente sua mão fica suspensa entre a sela e a cabeça, calculando infantilmente se o estrangeiro quer ou não retribuir o cumprimento. Algumas vezes olharam-se carrancudos e irritados, as mulheres ficavam impedidas toras as esperanças de intercâmbio. Isso, porém, foi azar meu (BURTON, 1983, p. 130, v. 2).

Mawe (1978) também lembra em suas *Viagens ao interior do Brasil*, o papel dos paulistas na ocupação do território das Minas Gerais, enaltecendo as adversidades por eles enfrentadas, especialmente no enfretamento com os temidos Botocudos. De passagem por Vila Rica ele relata:

> [...] Parece que esta montanha, outrora tão rica, foi descoberta pelos paulistas, que, dentre todos os desbravadores do Brasil, foram os que mais conservaram o espírito empreendedor e o zelo ardente e infatigável que caracterizavam os portugueses de outrora. Os paulistas, partindo da sua capital, penetram nestas regiões, arrostando todos os perigos, e afrontando todos os obstáculos que se lhes deparavam, em território selvagem, habitado por homens ainda mais selvagens. Abriram caminho através de matas impenetráveis, carregando suas provisões, cultivando, de quando em quando, pequenos espaços de terra, que lhes fornecessem alimentos em caso de necessidade e também lhes servissem para entreter comunicações com São Paulo. Cada polegada de terreno lhes foi disputada pelos índios, aqui denominados botocudos, que os atacavam com furor ou lhes armavam ciladas (MAWE, 1987, p. 125 – Original publicado em 1812).

Paulistas e mineiros também são colocados na dianteira da busca pela identidade nacional do povo brasileiro na obra de Rugendas (s.d). Nesse caso, entretanto, embora o viajante concorde que os paulistas, no papel de bandeirantes, tenham tido papel essencial na ocupação do território de Minas Gerais, ele explica que esse movimento de migração, que também trouxe gente de outras regiões do país e do exterior, fora motivado pela fuga de criminosos

e pela busca do enriquecimento rápido, o que comprometeu o caráter e a reputação dos mineiros:

> As diferenças que se observam entre o caráter dos habitantes de Minas Gerais, chamados mineiros, e o dos paulistas são grandes; poderíamos estranhá-las, principalmente considerando que boa parte da população da primeira dessas províncias veio de São Paulo. No entanto, essas diferenças se explicam pela imigração de aventureiros de todos os países. A imensa abundância de ouro em Minas Gerais, o lucro fácil que dava outrora esse metal, não podiam deixar de provocar consequências bastante prejudiciais ao caráter dos mineiros: a ociosidade e a prodigalidade, que andam de par com inúmeros desmandos. É preciso acrescentar a isso outras circunstâncias também prejudiciais: a afluência de vagabundos de todas as partes do Brasil, a proibição de exportar o ouro e os diamantes para fora da província, etc. Dessas medidas resultaram fraudes, crimes e violências; não é de espantar, portanto, tenha o povo de Minas Gerais uma reputação duvidosa (RUGENDAS, s.d., p. 131).

Parecendo esquecer-se dos atributos dos paulistas na ocupação do sertão mineiro, em outro momento, Saint-Hilaire (2000) retrata o modo como esses homens realizaram essa empreitada. De modo menos heroico, ele pondera:

> Segundo me disseram, os primitivos habitantes do Sertão oriental foram paulistas que fugiram depois da derrota do Rio das Mortes. Encontraram a região habitada por tribos indígenas; exterminaram-nas, e alguns se misturaram com seus fracos restos. Exploradores de ouro, desiludidos das esperanças

> concebidas, ficaram, sem dúvida, também no Sertão, para não terem a fadiga de voltar sobre seus passos. Enfim, estou persuadido de que essa região deserta frequentemente serviu de asilo a criminosos perseguidos pela justiça (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 308 – Original publicado em 1837).

Por essa razão, não se pode, segundo o francês, o governo brasileiro deixar de observar de perto os habitantes do *sertão*. Pois, esses carecem de recorrente instrução moral e, a educação deve ser uma prioridade conforme sinalizaram Kidder e Fletcher (1941). Caso contrário, em razão das adversidades enfrentadas pelos moradores dessas regiões interioranas, tal qual experimentaram os bandeirantes séculos antes, podem ser levados a viver à revelia das leis. Por isso, Saint-Hilaire (1874, p. 108) reforça que, se "[...] o governo brasileiro quer que os habitantes dos sertões do interior não caiam na mais completa barbaria, é preciso que zele por sua instrução moral".

Para garantir essa instrução moral, Saint-Hilaire (2000) entende que a presença da religião nos lugares mais distantes do país é essencial. Aliada à instrução moral, a religião serviria para minimizar o embrutecimento do sertanejo, reestabelecendo sua dignidade. Tendo em vista que, na opinião do francês, o caráter do povo do sertão já se aprimorou com o passar do tempo:

> Tudo o que precede prova que, se os sertanejos não mais cometem grandes crimes, e que, enervando-os o calor do clima abrandou seus costumes, pouco realmente ganharam quanto a civilização. A prostração que sucede à agitação febril não significa saúde. O povo do deserto é atualmente bom, hospitaleiro, caridoso, pacífico, mas essas virtudes são apenas o resultado de seu temperamento e deixa-

> se levar por ele sem esforço e como que por instinto. Estranhos a ideias elevadas e combinações generosas, quase que completamente estranhos, mesmo, ao exercício das faculdades intelectuais, os sertanejos levam uma existência animal e não saem de sua apatia senão para entregar-se às voluptuosidades mais grosseiras. Só uma instrução sólida, religiosa e moral, poderia arrancá-los a essa espécie de embrutecimento, elevar seu espírito e restituí-los à dignidade de homens (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 309 – Original publicado em 1837).

A instrução do povo, sendo ou não habitante do sertão, deveria perpassar, na opinião de John Mawe (1978) pelo aprimoramento intelectual, e não religioso como aponta Saint-Hilaire (2000). Afinal, o viajante e comerciante inglês, entende que a ciência poderia fornecer a instrução necessária ao povo para que pudesse, adequadamente, conduzir o desenvolvimento do país. Aliando, nesse sentido, a construção do caráter e melhoria dos "hábitos" da população à instrução intelectual, que juntos, seriam amplamente sentidos na prosperidade da nação:

> Que objeção se poderá formular contra uma medida igualmente proveitosa aos súditos do Estado? A mais estreita política não encontraria pretexto para conservar um povo na ignorância, porque ser instruído é ser útil, e a menor parcela de instrução dada aso súditos redunda em proveito do Estado. Não há dúvida que os ministros atuais da Corte do Rio de Janeiro, todos homens instruídos e amigos das ciências, se esforçarão por divulgá-las entre um povo capaz de cultivá-las com êxito e de tirar delas partido útil. Poder-se-á, com a introdução desta medida, iniciar uma mudança total nos costumes, no caráter e nos hábitos dos brasileiros: a instrução seria

> proporcionada a todas as classes; a emulação vibraria entre elas, e os conhecimentos úteis transmitidos de pais a filhos não tardariam a se generalizar. Seria a verdadeira base da prosperidade do país, tão rico de produtos naturais e, ao mesmo tempo, tão abandonado por falta de habitantes esclarecidos e industriosos (MAWE, 1987, p. 188 – Original publicado em 1812).

De modo geral, observa-se que a construção da identidade nacional, que fora também uma preocupação no século anterior, externalizada pelos poetas envolvidos na Inconfidência Mineira, assim como, perdurou no século XX enquanto uma necessidade de consolidação dos ideais republicanos, esteve sempre atrelada à questões raciais e geográficas, que buscaram na exuberância do meio natural, suprir a ausência de um povo que satisfatoriamente representasse a nação brasileira.

Por isso, evidentemente, encontramos tanta resistência nos relatos de viagem no que se refere às questões raciais. A miscigenação, entre portugueses, índios e negros não era bem aceita, justamente por resultar em uma raça "inferior". Paralelamente, verificamos sucessivas tentativas de incluir o imigrante europeu nessa relação, como uma alternativa à questão racial. Como pano de fundo para esse cenário, o meio natural revela-se, ora como solução e ora como problema. De onde são provenientes os recursos necessários ao avanço do país, mas, que agressivamente se apresenta como inibidor do desenvolvimento social e intelectual do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

AGASSIZ, L.; AGASSIZ, E. **Viagem ao Brasil**: 1865-1866. Brasília: Senado Federal, 2000.

ALVES, D. B. "Uma região mineradora. Minas Gerais, Brasil, segunda metade do século XIX". **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [2015]. Disponível em: <www.journal.openedition.org>. Acesso em: 23/12/2023.

ANDRADE-LIMA, D. "Vegetação". *In*: ANDRADE-LIMA, D. **Bacia do Parnaíba**: aspectos fisiográficos. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978.

BARREIRO, J. C. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BESSA, K. "A gênese do urbano no triângulo mineiro: os núcleos de povoamento e a rede de arraiais do século XIX". **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium**, vol. 4, n. 2, 2013.

BINZER, I. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

BOAVENTURA LEITE, I. **Antropologia da viagem**: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

BRANDÃO, E.; ARAÚJO, M. M. "Hasenclever: um olhar panorâmico sobre a paisagem oitocentista ou uma curiosa travessia do Rio de Janeiro a Minas Gerais". *In*: ALVES, D. B. (org.). **Ernst Hasenclever e sua viagem às províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2015.

BURMEISTER, H. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

BURTON, R. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1976.

BURTON, R. **Viagens aos planaltos do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1983.

CALDCLEUGH, A. **Viagens na América do Sul**: extrato da obra contendo relato sobre o Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

CÂNDIDO, A. **Formação da literatura brasileira**: Momentos decisivos. São Paulo: Editora Martins, 1959.

CANSTATT, O. **Brasil**: a terra e a gente. Brasília: Senado Federal, 2002.

CASTELNAU, F. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. São Paulo: Editora Nacional, 1949.

CASTRO, D. G. "Significados do conceito de paisagem". **Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Goiânia: UFG, 2004.

COURCY, E. V. **Seis semanas nas minas de ouro do Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

DELESSERT, E. M. **Voyages dans les deux océans Atlantique et Pacifique: 1844 a 1847**. Brésil, États Unis, Cap de Bonne-Espérance, Nouvelle-Hollande, Nouvelle-Zélande, Taiti, Philippines, Chine, Java, Indes Orientales, Égypte. Paris: Franck Libraire, 1848.

DENIS, J. F. **Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

DERBY, O. A. "Atas das sessões, até a décima terceira". **Revista do Instituto Histórico e Geographico**, vol. 1, 1895.

ESCHWEGE, W. L. **Brasil, Novo Mundo**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

ESCHWEGE, W. L. **Jornal do Brasil (1811-1817) ou Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

ESCHWEGE, W. L. **Notícias e reflexões estadísticas a respeito da província de Minas Gerais**. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1825.

ESCHWEGE, W. L. **Pluto Brasiliensis**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1979.

FREIREYSS, G. W. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1982.

GARDNER, G. **Viagem ao interior do Brasil Viagens no Brasil**: Principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do

diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.

GERBER, H. **Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HARTT, C. F. **Geologia e Geografia Física do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1941.

HASENCLEVER, E. "Diários de viagem". *In*: ALVES, D. B. (org.). **Ernst Hasenclever e sua viagem às províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2015.

HEUSSER, C.; CLARAZ, G. "Physikalische und Geologische Forschungen in Innern Brasiliens". *In:* PERTEMANN, A. **Mittheilungen Aus Justus Perthes' Geographischer Anstalt Über Wichtige Neue Erforschungen auf dem Gesammtgebiete der Geographie**. Berlim*:* Justus Perthes, 1859.

KIDDER, D. P.; FLETCHER, J. C. **O Brasil e os brasileiros**. São Paulo: Editora Nacional, 1941.

KLEIN, A. L. (org.). **Eugen Warming e o cerrado brasileiro**: um século depois. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

KLUMB, H. **Doze horas em Diligência**: Guia do Viajante de Petrópolis a Juiz de Fora. Rio de Janeiro: Editora Casa do Editor, 1872.

KOTTE, K. F. **O Brasil e sua importância para a emigração alemã**: Considerando-se especialmente a Colônia de Mucuri na província de Minas Gerais. Stéfano Leipzig: Voigt e Günther, 1855.

LANGSDORFF, G. H. **Os Diários de Langsdorff**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997.

LEITE, I. B. **Negros e viajantes estrangeiros em Minas Gerais no século XIX** (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: USP, 1986.

LISBOA, K. M. **A nova Atlântida de Spix e Martius**: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

LOURENÇO, L. A. B. **A oeste das Minas**: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista. Triângulo Mineiro (1750-1860). Uberlândia: Editora da UFU, 2003.

MAWE, J. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1978.

MINAS GERAIS. **Conheça Minas**: clima, vegetação, relevo. Belo Horizonte: Governo do Estado, 2019. Disponível em: <www.mg.gov.br>. Acesso em: 17/03/2024.

MORAES, A. C. R. **Geografia Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Annablume, 2009.

MOREIRA, M. L. "Mulheres viajantes no século XIX". **Cadernos Pagu**, n. 15, 2000.

POHL, J. E. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1976.

PRATT, M. L. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: Editora da USC, 1999.

ROY, J. J. E. **Le'Empire du Brésil souvenis de voyage**. Paris: Alfred Mame et Fils Éditeurs, 1875.

RUGENDAS, J. M. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1998.

SAINT-HILAIRE, A. **Quadro geográfico da vegetação primitiva na Província de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011b.

SAINT-HILAIRE, A. **Segunda viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2011a.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás**. São Paulo: Editora Nacional, 1937.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

SANTOS, C. A. "Viajantes franceses e modelos de colonização para o Brasil (1850-1990)". **Revista do Mestrado de História**, n. 6, 2003.

SANTOS, R. R. "A criação do Brasil através do Romantismo". **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, vol. 7, n. 1, 2018.

SCHWARTZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Editora Cia das Letras, 1993.

SELYS LONGCHAMPS, W. **Notes d'un voyage au Brèsil**. Muquardt: Bruxelles, 1875.

SILVEIRA, R. W. D.; VITTE, A. C. "Debate e epistemologia na gênese da geografia moderna: pensamento e imaginação geográfica. **Anais do XII Colóquio Ibérico de Geografia**. Porto: Universidade do Porto, 2010.

SOUZA, R. L. **O paraíso precisa ser modernizado**: os viajantes do século XIX e a identidade nacional. Uberlândia: Editora da UFU, 2014.

SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. P. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.

TAUNAY, C. A **Manual do Agricultor Brasileiro**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2001.

TSCHUDI, J. J. **Viagens através da América do Sul**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

TSCHUDI, J. J.; HALFELD, H. G. F. **A província brasileira de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

TSCHUDI, J. K. **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

WALSH, R. **Notices of Brazil in1828 and 1829**. London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830.

WALSH, R. **Notícias do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1985.

WARMING, E. **Lagoa Santa e a vegetação dos cerrados brasileiros**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1973.

WEECH, J. F. **A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1992.

WELLS, J. W. **Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil**: do Rio de Janeiro ao Maranhão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

WIED-NEUWIED, A. P. M. Z. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1940.

WRIGHT, M. R. **The new Brazil**: Its resources and attractions historical, descriptive, and industrial. Washington: George Barrie's Sons, 1907.

SOBRE A AUTORA

SOBRE A AUTORA



Kárita de Fátima Araújo

Professora de Geografia da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso e atua como professora substituta na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), concluiu o mestrado em Geografia em 2014 e Doutorado em Geografia em 2019 pela mesma instituição. Possui publicações e interesse na área de pensamento geográfico e história da Geografia.

E-mail para contato: karitafaraujo@hotmail.com

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2024

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2024